



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara

Departamento de Economia

CAROLINE CRISTINA SANCHES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO:
UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)**

Araraquara

2019

CAROLINE CRISTINA SANCHES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO:
UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)**

Monografia apresentada ao departamento do curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da UNESP, *campus* de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

Bolsa: FAPESP (2017/25824-7)

Araraquara

2019

Sanches, Caroline Cristina
Economia Solidária e o Ecossistema Empreendedor
Solidário: um estudo de caso do município de
Araraquara (SP) / Caroline Cristina Sanches – 2019
148 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e
Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Leandro Pereira Morais

1. Economia Solidária. 2. Ecossistema Empreendedor
Solidário. 3. Empreendimentos Econômicos Solidários.
4. Trabalho e Renda. 5. Políticas Públicas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAROLINE CRISTINA SANCHES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO:
UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)**

Monografia apresentada ao departamento do curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da UNESP, *campus* de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

Bolsa: FAPESP (2017/25824-7)

Data da defesa: 14 / 11 / 19

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:



Presidente e Orientador: Professor Doutor Leandro Pereira Morais

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - *campus* de Araraquara



Membro Titular: Professora Doutora Ana Elisa Périco

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - *campus* de Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr), *campus* de Araraquara

*À Vida, por me permitir encontrar força no
perdão, esperança nas batalhas, segurança no
palco do medo e amor nos desencontros.
A Deus, por poder viver o milagre da Vida.*

(Adaptado de Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao Divino Mestre, por me guiar e amparar nesta caminhada.

À minha mãe, por dar luz aos meus olhos no momento em que eu nasci. Ao meu pai, por me acolher como sua filha. E, aos meus irmãos, Ana Laura, Matheus e Yasmin, por serem fonte de Esperança pro meu coração.

Ao Eduardo, meu noivo, por ser um Amigo e Companheiro nesta jornada. Todo Amor, Carinho, Paciência e Compreensão contribuíram para abrandar os momentos mais difíceis e tornar os bons momentos inesquecíveis.

Aos meus sogros, Marcia e Benedito (e toda a família), por todo ensinamento e aprendizado. Cada valor e virtude que vocês cultivam em casa são Joias pra minha vida.

À UDV – lugar onde plantei o melhor de mim – e aos Amigos de lá, pela amizade verdadeira, pelo carinho, por todos os bons Ensinamentos e por sempre vibrarem e torcerem por mim. “O bem só sabe quem recebe”. E, em especial, sou grata ao Mestre Rodrigo Polignano, pela Amizade Fraternal, e por ser uma Joia Rara, daquelas que encontramos pelas florestas encantadas da vida.

À Ana Elisa, por ser uma Pérola em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Doutor Leandro Pereira Morais, pelos aprendizados, confiança, persistência e capricho dedicados a este trabalho.

A todos os professores da UFF, da UNESP e da Universidade de Coimbra que tive algum contato, dentro ou fora da sala de aula. Vocês compõem uma boa parte da pessoa (e quase economista) que sou hoje.

À UNESP, à UFF e à Universidade de Coimbra, por me proporcionarem momentos de ricos aprendizados e boas oportunidades.

Ao CNPq/PIBIC e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelas bolsas de iniciação científica, enquanto estudante da UFF (2014-2016). À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de iniciação científica concedida a mim, em 2018 (processo n° 2017/25824-7) – no dia do meu aniversário.

A todos que, de alguma forma, estiveram presentes em meu caminho, fica registrado o meu agradecimento, com carinho... “Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós; deixam um pouco de si, levam um pouco de nós” (“O Pequeno Príncipe”, Antoine de Saint-Exupery).

“Las empresas de la economía social son empresas de personas, no de capitales. Trabajan con el capital, no para el capital.”

(GUÍA LABORAL DE LA ECONOMÍA SOCIAL VALENCIANA – CIRIEC España, 2018, p. 18)

RESUMO

A Economia Social e Solidária (ESS) é um campo heterogêneo do ponto de vista teórico-conceitual e da *práxis*, que contempla um conjunto atividades em todos os setores da atividade econômica, organizadas em forma de cooperativas, associações, organizações não governamentais (ONG's), fundações e até mesmo com base na informalidade. No Brasil, costuma-se referi-la como Economia Solidária (ESOL). No entanto, devido às indefinições teórico-conceituais sobre o tema, observa-se o crescimento da importância e do interesse em se entender essa temática, que vem progressivamente ganhando espaço nas agendas públicas, nas universidades e nas organizações multilaterais. Isto porque tais atividades contribuem para o enfrentamento do desemprego, através da geração de trabalho e renda. Todavia, os empreendimentos econômicos solidários (EES) – componente fundamental da ESOL na dinâmica econômica real – caracterizam-se por fragilidades estruturais, intrínsecas ao seu *modus operandi*. Uma das formas para se enfrentar essa realidade reside na construção e no fortalecimento do chamado “ecossistema empreendedor solidário”, que se refere a um conjunto de relações entre atores e agentes do território, que estão direta ou indiretamente conectados ao funcionamento dos EES. Nesta perspectiva, é de fundamental relevância a análise de uma determinada experiência territorial, no sentido de compreender a dinâmica e o processo de construção do ecossistema empreendedor solidário. Para isso, este trabalho fará um estudo de caso do município de Araraquara, no intuito de entender como se concebem a organicidade e as articulações dos principais atores envolvidos nesse processo, através de um olhar pela perspectiva da política pública de ESOL local. Em se tratando de um “estudo de caso”, o objetivo do que se propõe nesta pesquisa será fundamentalmente atingido com base em revisão bibliográfica e realização de entrevistas com atores importantes no processo de construção do ecossistema empreendedor para ESOL no território.

Palavras – chave: Economia Social e Solidária; Economia Solidária; Ecossistema Empreendedor Solidário; Empreendimentos Econômicos Solidários; Trabalho e Renda; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Social and Solidarity Economy (SSE) is a heterogeneous field from the theoretical-conceptual and the *práxis* point of view, which includes a range of activities in all sectors of the economic activity, organized as cooperatives, associations, non-governmental organizations (NGO's), foundations and even those based on informality. In Brazil, it is commonly referred as Solidarity Economy (ESOL). However, due to the theoretical and conceptual uncertainties about the subject, it is noticed a growth of the importance and interest in understanding this topic, which has been progressively gaining space in the public agendas, universities and multilateral organizations. This happens because such activities contribute to the unemployment confrontation through the generation of work and income. Nonetheless, the solidarity economy enterprises (SEE) – fundamental component in the real economic dynamics of the ESOL – are characterized by structural fragilities, intrinsic to their *modus operandi*. One of the ways to face this reality lies on the construction and strengthening of the so-called “solidarity entrepreneurial ecosystem”, which refers to a range of relations between actors and agents of the territory, that are directly or indirectly connected to the functioning of the SEE. In this perspective, it is fundamentally important the analysis of a particular territorial experience, in order to understand the dynamics and the construction process of the solidarity entrepreneurial ecosystem. For this, this work will make a case study of Araraquara city, aiming to understand how it is conceived the organicity and articulations of the main involved actors in this process, through a perspective from the public policy of the local ESOL. As it is a “case study”, the aim of what is proposed in this research will be fundamentally achieved based on literature review and interviews with important actors in the construction process of the entrepreneurial ecosystem to the ESOL in the territory.

Keywords: Social and Solidarity Economy; Solidarity Economy; Solidarity Entrepreneur Ecosystem; Solidarity Economy Enterprises; Work and Income; Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Constructos que compõem o ecossistema empreendedor, segundo Isenberg (2010; 2011) e <i>European Commission</i> (2016).....	46
Figura 2 - Principais formas de organização dos EES de Araraquara, em 2019.....	70
Figura 3 - Classificação dos EES pela localidade geográfica no município de Araraquara	72
Figura 4 - Intensidade da presença dos atores que se articulam e/ou são responsáveis pelo provimento de infraestruturas de apoio em relação ao total de EES listados.....	100
Figura 5 - Principais atores e articulações que compõem o atual arranjo do ecossistema empreendedor solidário em Araraquara	113
Figura 6 - Fatores componentes da Hélice Tripla adaptados para o ecossistema empreendedor solidário em Araraquara	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos constructos que compõem o ecossistema empreendedor, de acordo com Isenberg (2010; 2011) e <i>European Commission</i> (2016).....	47
Quadro 2 - Relação das pessoas entrevistadas e suas formas de abordagem	64
Quadro 3 - Principais atores que oferecem algum tipo de infraestrutura de apoio aos EES	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Formato do questionário aplicado aos membros dos EES, pertencentes ao segundo grupo (“b”).....	63
Tabela 2 - Classificação dos EES por categoria e localização geográfica	73
Tabela 3 - Classificação do grau de relevância dos constructos propostos por Isenberg (2010; 2011) e <i>European Commission</i> (2016) para a <i>criação, manutenção e emancipação</i> de um EES no território, a partir do ponto de vista de membros dos EES mapeados (em %).....	105
Tabela 4 - Questionário aplicado aos membros dos EES para a identificação do grau de relevância dos constructos propostos por Isenberg (2010; 2011) e <i>European Commission</i> (2016) para a <i>criação, manutenção e emancipação</i> de um EES no território (em %).....	140
Tabela 5 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como <i>associações</i> no município (em %)	141
Tabela 6 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como <i>cooperativas</i> no município (em %)	142
Tabela 7 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como <i>grupos informais</i> no município (em %).....	142

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

ACIA – Associação Comercial e Industrial de Araraquara

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AMA – Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre

AMCA – Associação das Mulheres Camponesas em Ação

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ATCAAR – Associação dos Trabalhadores do Comércio Alternativo de Araraquara

ATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Reforma Agrária

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CCJ – Comissão de Constituição da Justiça

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador

CESS – Coordenadoria de Economia Social e Solidária

CGN – Comissão Gestora Nacional

CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOBELA – Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro
COOPAM – Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região
COOPERSOL – Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos de Araraquara e Região
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgoto
EAM – *Emprendimientos Asociativos Mercantiles*
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
ES – Economia Social
ESOL – Economia Solidária
ESS – Economia Social e Solidária
EU – *European Union*
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB – Fundação Banco do Brasil
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FEARA – Federação das Entidades do Terceiro Setor de Araraquara e Região
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FNP – Frente Nacional dos Prefeitos
FSM – Fórum Social Mundial
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCONESP – Incubadora de Empreendimentos Solidários do Nordeste do Estado de São Paulo
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP's – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MUPSP – Mulheres Unidas do Parque São Paulo
NEESC – Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania
NEPESC – Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania
NGO's – *Non-Governmental Organizations*
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCS – Organização de Controle Social
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – *Objetivos de Desarrollo Sostenible*
OESS – Organizações de Economia Social e Solidária
OI – Organizações Internacionais
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG's – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
OPP – Oficina de Planejamento Participativo
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador
PIB – Produto Interno Bruto
PIIS – Programa de Incentivo à Inclusão Social
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PMAIS – Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNES – Política Nacional de Economia Solidária
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPAIS – Programa Paulista de Agricultura de Interesse Familiar
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão Universitária

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SE – *Solidarity Economy*
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEE – *Solidarity Economy Enterprises*
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIES – Sistema Nacional de Economia Solidária
SINCOMERCIO – Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara
SSE – *Social and Solidarity Economy*
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIARA – Universidade de Araraquara
UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xv
INTRODUÇÃO	21
1. Justificativa	28
2. Objetivos	31
CAPÍTULO 1: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	32
1.1– Questões teórico-conceituais na esfera da Economia Social (ES), da Economia Solidária (ESOL) e da Economia Social e Solidária (ESS)	32
1.2– Definições e elementos característicos da ES, ESOL e ESS	37
1.3– Definições e elementos característicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).....	39
1.4– Ecossistema empreendedor no âmbito da ESOL	44
CAPÍTULO 2: PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
2.1– Panorama internacional da ESOL	51
2.2– ESOL no contexto brasileiro.....	52
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	62

CAPÍTULO 4: O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO EM ARARAQUARA	67
4.1 – Mapeamento dos EES presentes no município de Araraquara	68
4.1.1 – Classificação dos EES	70
4.2 – Principais atores identificados como responsáveis pelas “interações locais” de ESOL em Araraquara	74
4.3 – Percepção da presença dos fatores que compõem o ecossistema empreendedor solidário na realidade da ESOL em Araraquara.....	89
CAPÍTULO 5: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO EM ARARAQUARA	109
CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÊNDICES	135
APÊNDICE A - ROTEIRO DE MAPEAMENTO DOS EES	135
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	137
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	139
APÊNDICE D - DADOS DAS ENTREVISTAS	141
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	143
ANEXOS	144
ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ARARAQUARA	144
ANEXO B - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA	146

INTRODUÇÃO

A Economia Social (ES) e a Economia Solidária (ESOL) são integrantes de uma área de estudos composta por diferentes correntes teóricas, que buscam identificar, de forma mais precisa, a função que ambas têm na transformação do modo de produção capitalista.

Existe um debate que permeia o campo da ES e da ESOL, que abrange desde a esfera teórico-conceitual até a *práxis*, contemplando diferentes opiniões e direcionamentos sobre o tema, que vão desde aqueles que veem a Economia Social e Solidária (ESS) como simples práticas de subsistência, até aqueles a consideram como um novo modelo de desenvolvimento, em contraposição ao modelo capitalista hegemônico. Também há espaço para os críticos que a enxergam como mais uma faceta da precarização do mercado de trabalho, a partir da consideração de algumas experiências, como é o caso das chamadas “falsas cooperativas”¹ ou “cooperfraudes”. No que diz respeito à esfera da *práxis*, verifica-se a existência de uma ampla gama de atores e formas jurídicas que constituem esse campo. As atividades de ESS estão presentes em todos os setores da atividade econômica, podendo ser organizadas em forma de cooperativas – que, segundo Morais (2013), são as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país –, associações, ONG’s, fundações, como também através de atividades baseadas na informalidade.

Ademais, com exceção dos estudos no âmbito do cooperativismo, a produção científica no “setor” da ESS é relativamente recente. E, embora faça o uso de diversas denominações (como “Economia Social”, “Economia Solidária”, “Terceiro Setor”, “Economia Social e Solidária” etc.), a quantidade de estudos que abordam iniciativas da sociedade civil, voltadas para a questão social, vem se ampliando expressivamente (MORAIS, 2013).

De modo geral, pode-se afirmar que a ESS surge como uma alternativa para debelar os efeitos negativos da economia capitalista (como o desemprego; a desigualdade social etc.),

¹ Definidas pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) como “coopergatos”, as chamadas “falsas cooperativas” funcionam como uma empresa tradicional (capitalista), no sentido de ser orientada para o capital (através da obtenção de lucro), com uma estrutura hierárquica característica desse padrão organizacional. Porém, não realizam as suas obrigações de “empresa capitalista”, como a garantia dos direitos trabalhistas, via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); bem como não praticam um dos principais requisitos necessários à uma empresa social, que é a inclusão dos trabalhadores nos processos decisórios da empresa (seja através de voto em assembleias ou outros tipos de participações, que determinam o presente e o futuro da empresa). Para mais informações, consultar: <http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-e-falso-cooperativismo/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

através de atividades baseadas na cooperação, que proporcionam uma redução dos níveis de desigualdade na sociedade, por meio da inserção de trabalhadores (sobretudo os que estão desempregados formalmente) em atividades ligadas ao mercado de trabalho informal (sem carteira assinada) (MORAIS, 2013).

Por um lado, o mercado de trabalho brasileiro é marcado por expressiva heterogeneidade estrutural, cujas relações típicas estabelecidas neste campo são as assalariadas de mercado (contratuais), “características do mundo de regulação capitalista” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 7). Com o enfraquecimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, do mercado de trabalho nos derradeiros anos, o Brasil observou um crescimento de diversos outros tipos de ocupações, marcadas por elevado grau de precariedade, informalidade, baixos salários, diferenças nos rendimentos etc. A causa desses acontecimentos tem

Suas raízes no processo contraditório e inacabado de desenvolvimento vivido por todos os países latino-americanos, cada um com suas características, o que faz com que um enorme contingente populacional busque diariamente estratégias individuais ou familiares precárias de inserção no circuito global de circulação de valor (*ibid.*, p. 7).

Por outro lado, o meio pelo qual os “trabalhadores de ESOL” inserem-se no mercado de trabalho ocorre, sobretudo, pela via da “economia plural”, no campo da ação coletiva (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 7). Isto é, esses trabalhadores

Se organizam de forma associativa, sem uma relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades de teor econômico, sejam elas voltadas à produção propriamente dita e à prestação de serviços, sejam elas voltadas a atividades de intermediação, como a constituição de fundos para microfinanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras (*ibid.* p. 7).

Em termos de Moraes (2013), o funcionamento de um sistema baseado na solidariedade é caracterizado pela existência de associações entre pessoas, de forma igualitária, que se unem para formar uma cooperativa de produção, consumo, comércio ou poupança. Nessas cooperativas, todos os sócios têm o direito de participar dos processos decisórios (através do voto em assembleias, por exemplo), bem como de usufruir, de forma igualitária, da mesma parcela de “receitas”.

De acordo com Singer (2002), a competição e a desigualdade inerentes ao sistema capitalista advêm de seu modo de produção; que, ao permitir a aplicação de dois princípios básicos de seu sistema (direito de propriedade individual e direito à liberdade individual), divide a sociedade em duas grandes classes: a dos proprietários de capital e a dos não possuidores do mesmo (ou, proletariado). Por outro lado, o modo de produção solidarista, caracterizado pela propriedade coletiva ou associada e o direito à liberdade individual, traduz-se em apenas uma classe social: a dos trabalhadores, que detêm de iguais direitos e mesmo acesso ao “capital” (*ibid.*).

No que diz respeito à remuneração do trabalho em uma empresa capitalista, pode-se deduzir que esta é fundamentalmente determinada por seus dirigentes, a partir da interação entre a oferta e a demanda de força de trabalho no mercado (SINGER, 2002a). Em contrapartida, na empresa solidária é possível observar que os salários – que são chamados de “retiradas” – variam de acordo com a obtenção de receitas, e a sua distribuição para os sócios é ajustada em comum acordo com todos os envolvidos, a partir de uma decisão em assembleia (*ibid.*).

Os lucros, por sua vez, na empresa capitalista, são divididos entre os acionistas e os fundos de investimentos (que podem ser acrescidos ao capital já existente), de modo que este lucro se torna algo inacessível para a grande parte dos trabalhadores pertencentes às mais baixas hierarquias dessas empresas (SINGER, 2002a). Enquanto que, nas empresas solidárias, as chamadas “sobras”² (nome dado ao que é chamado de “lucro” pelas empresas capitalistas, mas feitas as devidas ressalvas, visto que as “sobras” não têm a mesma finalidade que o lucro) são direcionadas a: i) fundos de educação (muitas vezes geridos pelos próprios sócios); ii) fundos de investimento (que pode ser divisível ou indivisível³); e iii) entre os sócios, de acordo com um critério previamente concordado e aprovado em assembleia (*ibid.*).

Resumidamente, o interesse de uma empresa capitalista está estritamente ligado à acumulação de capital, que tem seu destino decidido pelos grupos controladores (acionistas, por exemplo); ao passo que, em uma empresa solidária, o propósito essencial é o de promover

² “Sobra” é o termo utilizado no âmbito da ESOL para denominar o “excedente” dos EES, que não são direcionados para fins de acúmulo de capital, mas sim para fins de fortalecimento do próprio empreendimento.

³ O fundo de investimento divisível é aquele que é dividido entre os sócios e é usado para expandir o patrimônio da empresa solidária. A sua contabilização ocorre de forma individual e é sujeita à incidência de uma taxa de juros (abaixo da taxa vigente no mercado); de modo que, quando um sócio se retira da cooperativa, este tem o direito de retirar também a sua parte deste fundo, com os juros creditados à mesma. Por outro lado, o fundo de investimento indivisível (cujo tamanho varia de empresa para empresa) serve para a cooperativa como um todo, e não aos sócios de maneira individual. Nesse caso, a retirada de um sócio da cooperativa não acarreta em uma retirada do valor de contribuição correspondente a esse fundo – isso evita que a descapitalização decorrente da saída de um sócio possa prejudicar a cooperativa.

uma economia solidária, que se destaca, sobretudo, por seu objetivo último de gerar trabalho e renda às pessoas mais necessitadas e marginalizadas econômica e financeiramente dentro do sistema capitalista, de modo democrático, igualitário e com base na cooperação.

Nesse sentido, a economia solidária tem um potencial para se configurar, para além de um conjunto de atividades voltadas para a subsistência, como uma estratégia de desenvolvimento⁴, capaz de combinar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano (CARVALHO, 2011). Em adendo, nas palavras de Silva & Silva (2008, p. 5),

A economia solidária surge-nos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário, visto que todos os envolvidos beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais. Sendo que não há qualquer tipo de discriminação entre os envolvidos, havendo total respeito pela raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa⁵.

Em se tratando do impacto da ESS em um determinado território, constatou-se, a partir de um estudo realizado pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), em 2007⁶,

Que a Economia Social e Solidária apresenta um grande potencial para ativar processos de “desenvolvimento endógeno”, visto que a forte conexão comunidade (território) e Economia Social e Solidária faz desta especialmente conhecedora dos interesses e necessidades daquela, sendo capaz de promover a corresponsabilidade em termos de utilização de recursos e distribuição de benefícios (MORAIS, 2014, p. 14).

Tal constatação permite, até mesmo, que as Nações Unidas reconheçam a ESS como um dos caminhos auxiliares que contribuirão para a efetivação dos *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS) no território – objetivos estes que foram propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Agenda de 2030 (MORAIS; BACIC, 2018). Isso porque as dezessete metas propostas pelos ODS – que contemplam as áreas econômica, social e ambiental –, quando se conectam (atuando conjuntamente), podem possibilitar um desenvolvimento local mais abrangente e sustentável.

⁴ Essa é uma colocação que faz referência ao ponto de vista da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), de Paul Singer, bem como de diversos autores importantes (citados nesta monografia) e algumas instituições de forte influência no mundo, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU).

⁵ Adaptado do português de Portugal.

⁶ Disponível em: <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-es.pdf> e https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS_546403/lang--en/index.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

Todas essas averiguações justificam a crescente importância que o tema da ESS, da ESOL e da ES vem ganhando em diversas esferas, como nas agendas públicas, nas universidades, nas organizações multilaterais etc.⁷ Isso porque, como destacado, essas atividades – figuradas, principalmente, pelos empreendimentos econômicos solidários (EES), que constituem a célula básica de representação da ESOL na dinâmica econômica real (SILVA; CARNEIRO, 2016) – contribuem para o enfrentamento do desemprego, através da geração de trabalho e renda, bem como são capazes de configurar-se como estratégia de desenvolvimento local, a partir das recentes constatações no âmbito das Organizações Internacionais (OI). Todavia, os EES caracterizam-se por debilidades estruturais, ligadas ao seu *modus operandi*. E, uma das formas para se enfrentar essa realidade reside na construção e no fortalecimento do chamado “ecossistema empreendedor solidário”, que se refere a um conjunto de relações entre atores e agentes de um determinado território, que estão direta ou indiretamente conectados ao funcionamento dos EES.

Em se tratando do termo “ecossistema empreendedor” – que pode ser compreendido como uma base sistêmica, que influencia (em termos de produtividade, inovação, competitividade etc.) e permite a criação (e “co-evolução”) de novos empreendimentos (MORAIS; BACIC, 2018) –, este passa a ganhar crescente importância a partir dos anos 1990 (CHELL, 2007) como paradigma para interpretar os atores e as relações que levam ao surgimento e crescimento de empreendimentos, com base no conhecimento e na formulação de políticas públicas para dinamizar atores e relações (COHEN, 2006; BACIC, 2014). Este é um processo se caracteriza, portanto, como um produto resultante de uma “co-construção”, que parte de uma dinâmica integrada de desenvolvimento econômico e social, incluindo políticas de incentivo ao empreendedorismo social, através de programas nas universidades, nos institutos de pesquisa, nos órgãos governamentais de apoio etc. (MORAIS, 2013; MORAIS; BACIC, 2016).

Recentemente, a *European Commission* (2016) divulgou um estudo, baseado nas constatações de Isenberg (2010; 2011)⁸, demonstrando que esse ecossistema pode ser compreendido e visualizado a partir da consideração de alguns fatores fundamentais, que são: i) políticas de apoio; ii) acesso a recursos financeiros; iii) fatores culturais; iv) infraestruturas

⁷ Nas palavras de Tremblay (2009, p. 5), com relação à crescente atenção que vem ganhando o termo “Economia Social”, “*the growing attention to the concept of the Social Economy (SE) is indicative of efforts to address inter-related social, economic and environmental issues affecting the sustainable development of people, communities, and nations, and the inter-dependent nature of global human development*”.

⁸ Que afirma que um ecossistema empreendedor é constituído por uma comunidade dentro de uma região de atores interdependentes, com diversos papéis, que interatuam, determinando o desempenho (ou a “saúde”) do ecossistema e, eventualmente, de toda a economia de uma região.

de apoio; v) capital humano; e vi) acesso aos mercados. Ademais, esse estudo também confirmou que um ecossistema empreendedor não depende somente de um desses fatores de forma isolada, mas de um conjunto deles, interagindo, de forma simultânea, em um determinado território (adaptado de *EUROPEAN COMMISSION*, 2016).

Em suma, a abordagem de ecossistemas considera o empreendedorismo como fruto da interação entre diversos atores dentro de um determinado território, que, juntos, determinam o funcionamento e a “saúde” do ecossistema como um todo. A partir disso, um determinado empreendimento é capaz de nascer e obter forças e suporte para seu crescimento e emancipação, dentro do próprio local em que se encontra instalado.

A existência desse “ecossistema”, portanto, é fundamental para quase todo tipo de empresa e organização. Contudo, ela se torna essencialmente crucial para a criação, consolidação e crescimento dos EES, devido às fragilidades estruturais específicas a esse tipo de organização. Essa é uma tarefa, portanto, que depende do estabelecimento de articulações (ou “redes”) estratégicas e duradouras, e envolve uma série de esforços econômicos, financeiros, políticos e sociais (OIT, 2014; MORAIS; BACIC, 2018). “Por essas razões, as redes e as parcerias são uma componente essencial de uma ESS forte” (OIT, 2014, p. 55).

Nesta perspectiva, para que se possa compreender a dinâmica por trás da construção desse ecossistema, torna-se necessário o exame de uma determinada experiência territorial. Por esse motivo, pretende-se, nesta monografia, realizar um “estudo de caso” do município de Araraquara (SP) – que se concentra em um território de, aproximadamente, 1.003.625 km², com uma população estimada de 233.744 pessoas para o ano de 2018 e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em 2016, de R\$ 39.065,74⁹ –, de modo a visualizar o “estado da arte” da experiência deste município com relação à ESOL¹⁰, em busca de entender o atual estágio em que se encontra o processo de construção do ecossistema empreendedor solidário no território.

Assim sendo, a partir do enfoque de uma economia alternativa, possível e solidária, o objetivo do que se propõe nesta pesquisa será fundamentalmente atingido com base em revisão bibliográfica e levantamento de dados de ESOL no município (sobretudo de natureza qualitativa, obtidos fundamentalmente a partir da realização de entrevistas com agentes locais conectados com a ESOL, como também através de um mapeamento dos EES existentes atualmente), buscando identificar os principais atores envolvidos com a ESOL local, de modo

⁹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>. Acesso em: 13 abr. 2019.

¹⁰ Ressalta-se que este trabalho utilizará o termo ESOL para a compreensão do que se pretende. Dentre as justificativas para tal escolha (que serão explanadas no capítulo 1, quando forem tratadas as indefinições teórico-conceituais sobre o tema), destaca-se que este é o termo utilizado com mais frequência no Brasil.

a compreender como eles se conectam entre si e com os EES, bem como entender como se articulam com as políticas públicas de ESOL. Com isso, pretende-se delinear um possível um caminho de fortalecimento e emancipação dos EES dentro do território.

A sequência deste trabalho será exposta da seguinte forma: no restante desta introdução, será exposta a justificativa que norteia a opção por estudar o referido tema, bem como a hipótese e os objetivos (geral e específico) desta pesquisa. Mais adiante, no primeiro capítulo, serão explanadas as percepções teórico-conceituais no âmbito da ESS, de modo a fazer uma breve contextualização e revisão bibliográfica dos temas de Economia Social, Economia Solidária e Economia Social e Solidária. Ademais, serão tratados alguns pontos referentes aos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e suas características; além da exposição do que se entende por Ecossistema Empreendedor para a ESOL. O capítulo seguinte apresenta uma recapitulação histórica da ESOL, com uma sucinta colocação do panorama internacional e, na sequência, a apresentação da experiência brasileira. No capítulo três constam os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa, que consiste em um “estudo de caso”, baseado em uma análise exploratória, de natureza qualitativa. O capítulo subsequente (capítulo quatro) expõe os resultados dos dados de ESOL obtidos no município, a respeito dos atores envolvidos com a ESOL dentro do território, assim como as suas conexões com os EES e com as políticas públicas locais de ESOL. No capítulo cinco será realizado um esforço na direção de encontrar caminhos possíveis para a construção de um ecossistema empreendedor solidário, a partir da identificação dos pontos fundamentais (de alicerce) para a efetivação deste processo no município. Na sequência, as considerações finais serão explanadas. No prosseguimento, constam as referências bibliográficas. E, por fim, os apêndices – contendo os roteiros utilizados no mapeamento dos EES de Araraquara (e alguns resultados obtidos), bem como o roteiro estruturado das perguntas aplicadas a atores envolvidos com a ESOL no município, como os agentes públicos, docentes das universidades, membros dos EES e demais atores que se relacionam com este processo no território – e os anexos – no qual são disponibilizados documentos pertinentes para a compreensão e avaliação dos resultados obtidos.

1. Justificativa

A principal justificativa que norteia a opção por estudar, nesta monografia, a “Economia Solidária”, com um olhar específico para os empreendimentos econômicos solidários, está relacionada ao desafio de entender como se concebem a organicidade e as articulações dos principais atores envolvidos na concepção da ESOL em Araraquara, a partir da análise de uma realidade concreta que permeia o funcionamento dos EES nos dias atuais.

Nessa perspectiva, partindo da hipótese de que a existência de um ecossistema empreendedor para ESOL possibilita a criação, manutenção e emancipação dos EES dentro do território e, portanto, contribui com o desenvolvimento socioeconômico local, o proposto trabalho, para além de proporcionar um enriquecimento de dados existentes acerca dos EES, também poderá contribuir para um melhor gerenciamento dos mesmos em termos de estrutura organizacional, com base na autogestão¹¹, facilitando a reinserção econômica e social dos trabalhadores envolvidos – no sentido de atuar como válvula de escape de uma situação de desemprego para a geração de trabalho e renda. Além disso, pelo lado das políticas públicas, poderá lançar bases para a elaboração de novas políticas nessas áreas, a partir de uma visão *bottom-up* na formulação das mesmas¹²; contribuindo, deste modo, com a possível consolidação das bases para a criação de um ecossistema para ESOL no território.

Mais especificamente, a justificativa da escolha do município de Araraquara como alvo desta pesquisa, para além de ser a sede da instituição proponente, também é explicada por sua pregressa experiência no tema, tendo em vista a criação de diversas ações e frentes envolvidas com a ESOL, que contribuem para gerar possibilidades de avanços na construção do ecossistema empreendedor solidário no território. Alguns desses marcos podem ser enfatizados:

- Em 2004, criou-se o *Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania* (NEESC), na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) –

¹¹ Refere-se aqui ao termo “autogestão” como um “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um 'coletivo'. É um exercício de poder compartilhado” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

¹² Como enfatizado por Pressman & Wildavsky (1984), enquanto no modelo “*top-down*” de implementação de políticas públicas a ênfase é dada pelo parâmetro dos próprios formuladores, em um patamar hierárquico mais elevado (e, portanto, com menor tendência à discricionariedade), a perspectiva “*bottom-up*” contempla uma visão que se baseia diretamente no público-alvo dessas políticas, de modo que, a opinião dos cidadãos, bem como o contexto socioeconômico em que vivem, são balizadores para a formulação e implementação dessas políticas públicas.

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr); e, em 2018, o *Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania* (NEPESC); que contribuem substancialmente com a pesquisa e o levantamento de dados na área de ESOL e afins;

- Em 2005, foi criada a *Coordenadoria Municipal de Economia Solidária* (pela Lei nº 6250-05), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), responsável pela viabilização de diversos projetos no âmbito da ESOL no município;
- Em fins de 2007, mediante a publicação de um edital de chamada de projetos no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) – vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –, formalizou-se, a partir do NEESC, a criação de uma incubadora de EES, denominada *Incubadora de Cooperativas Populares do Nordeste de São Paulo* (INCONESP);
- Em 2008, realizou-se o *Fórum de Economia Solidária* em Araraquara, a partir do qual se elaborou e aprovou a *Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara* e a *Lei Municipal da Economia Solidária* (em fins de 2009);
- Criação de uma nova Coordenadoria, intitulada *Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária*, dentro da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, o que reforça o reconhecimento pela área da ESOL;
- Realização no município, em julho de 2017, da *1ª Conferência Municipal de Economia Solidária e Criativa*, com o tema "Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social". Nessa Conferência, os principais atores sociais envolvidos foram chamados para pensar e elaborar juntos o *Sistema Público Municipal de Economia Solidária*, bem como o *Conselho* e o *Fundo Municipais de Economia Solidária*, que foram apreciados pelo Poder Legislativo, garantindo a sua institucionalização no sentido da implementação do *Centro Público de Economia Solidária* (espaço físico voltado ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio, fomento, desenvolvimento e comercialização dos produtos oriundos dos EES);

- Em 30 de novembro de 2017, a partir da Lei nº 9.143, foi sancionado o Projeto de Lei nº 317-17, onde foi instituído o *Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária*, composto por dezenove diretrizes, para o período compreendido entre 2018-2021;
- Realização, em Araraquara, em março de 2019, do *I Congresso Internacional de Democracia Participativa: Participação Popular e Economia Solidária*, que contou com a participação de importantes figuras de ESOL, nacionais e internacionais – com atuação direta da Prefeitura de Araraquara, da UNESP e do NEPESC, entre outros. Dentre muitos pontos importantes, destaca-se a contribuição do Congresso com o debate, a reflexão e a troca de experiências entre o poder público, sociedade civil organizada, universidades e demais instituições, a respeito da participação popular e economia social e solidária na contemporaneidade, que pode contribuir com inovações e alternativas para a construção de políticas públicas nessas áreas;
- Criação, em 2019, do *Conselho Municipal de Economia Solidária*, que contribui para o fortalecimento do diálogo entre a sociedade civil e o poder público e viabiliza possibilidades de criação de políticas públicas de ESOL no município;
- O atual Prefeito, Edson Antônio da Silva, além de demonstrar sensibilidade pela importância da ESOL, ocupa, no momento, o cargo de vice-presidente da *Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) em Economia Solidária*, a qual possui articulação com a *Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*; o que possibilita o estabelecimento de um efetivo diálogo com as diversas esferas governamentais responsáveis pela construção de políticas públicas de ESOL.

2. Objetivos

i. Objetivo geral

Esta monografia tem como objetivo central compreender a dinâmica de construção do chamado ecossistema empreendedor solidário no município de Araraquara, de modo a mapear como a organicidade e as articulações dos principais atores envolvidos neste processo são concebidas no território.

ii. Objetivos específicos

A partir do objetivo geral, os objetivos específicos deste trabalho consistem em:

- Ampliar a discussão teórico-conceitual referente aos termos ESS, ES, ESOL, EES etc., bem como a temática referente ao ecossistema empreendedor solidário;
- Mapear os principais EES existentes atualmente no município;
- Identificar, no município de Araraquara, os principais atores responsáveis pelas “interações locais”, ligadas ao funcionamento dos EES – como agentes econômicos, agentes de conhecimento, agentes de regulação etc., conforme propugnado por Albagli & Maciel (2004)¹³ –, e suas conexões com a política pública municipal de ESOL;
- Apresentar o “estado da arte” deste processo, levantando suas principais características, avanços e desafios.

¹³ De acordo com Albagli & Maciel (2004, p. 9), “a produção, a socialização e o uso de conhecimentos e informações, assim como a conversão destes em inovações, constituem processos socioculturais e que tais práticas e relações inscrevem-se no espaço e na própria produção do espaço, em suas várias escalas”. Segundo as autoras, o conhecimento tácito, que pode nascer a partir das “interações locais” na produção, contribui para a geração de ganhos em termos de competitividade e inovação. Em outros termos, o conhecimento que gera inovação, ganhos de competitividade e desenvolvimento territorial pode surgir a partir das interações locais, propiciadas pela existência de uma rede de conexões entre diversos atores pertencentes ao meio.

CAPÍTULO 1: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 – Questões teórico-conceituais na esfera da Economia Social (ES), da Economia Solidária (ESOL) e da Economia Social e Solidária (ESS)

A ES e a ESOL são integrantes de uma área de estudos composta por diferentes correntes teóricas, que buscam identificar, de forma mais precisa, a função que ambas têm na transformação do modo de produção capitalista.

Os conflitos teórico-conceituais, que ainda permeiam o campo da ESS nos dias atuais, demonstram diferentes opiniões e visões a respeito do tema¹⁴, que tratam de assuntos relacionados às diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação; bem como questões políticas, culturais, ideológicos e conceituais (SINGER, 2002; LIMA, 2003; MONZÓN, 2006; MORAIS, 2007; FONTANEAU *et al.*, 2010; POIRIER, 2010; CHAVES; MONZÓN, 2018). Todavia, enquanto conceito, a ESS possui tripla natureza, que, segundo Vieira (2005, p. 56), “ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente viável, também é um movimento social e uma teoria propositiva da mudança socioeconômica”.

Nas palavras de Silva (2018, p. 8),

As definições existentes atualmente na literatura, embora converjam em termos de condições básicas para a caracterização de uma iniciativa ou empreendimento de economia solidária, divergem principalmente no tocante à capacidade de transformação no cenário macrossocial sobre o qual incide. Enquanto alguns teóricos apontam tais iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados e em situação de exclusão social, e por isso deveria ser adotado como paradigma de política pública no campo das relações de trabalho, outros chegam a apontá-las como instrumentos concretos para um avanço rumo à superação do capitalismo; há ainda aqueles que veem esses empreendimentos como iniciativas populares precárias e marginais; e outros as criticam por serem meras formas funcionais ao capitalismo, sem poder real de transformação da sociedade.

Pela perspectiva teórica, especificamente em se tratando do termo “ESOL”, muito provavelmente ele pode ter sido empregado, pela primeira vez, pelos franceses, especialmente

¹⁴ Para mais informações a respeito dos diferentes pontos de vista sobre a ESOL, consultar Santos (2002).

pelo economista da Escola Francesa Liberal, Charles Dunoyer (1768-1862), de acordo com Montolio (2002) e Tremblay (2009). No entanto, não existe, ainda, uma determinação exata de quando o termo começou a ser utilizado; o que acabou abrindo espaço para que alguns teóricos defendessem a posição de primazia na utilização de tal conceito (MORAIS, 2013).

A especificação desses “setores”, segundo Cruz (2006), é algo trabalhoso, na medida em que ela não se restringe somente ao debate acadêmico, mas avança para olhares e propostas de um espectro mais amplo de atores sociais, de movimentos sindicais aos formuladores de políticas públicas, e de instituições religiosas a organismos multilaterais (MORAIS, 2013).

Como enfatiza Moreno & Chaves (2006 *apud* MORAIS, 2013), mesmo com tais imprecisões, é possível destacar alguns pontos mais precisos para essa discussão, que são:

1. A Economia Social tem seus alicerces advindos da Europa, que ganhou destaque a partir do crescimento de sua divulgação e utilização;
2. Em relação às organizações, a ESS tem seu foco direcionado às “*non profit*” (sem fins lucrativos);
3. A ESOL pode ser compreendida, segundo alguns autores da área, como uma derivação da ES. Além disso, a ESOL é o termo mais utilizado no Brasil.

Moreno (1996) e Morais (2013) detalharam, mais precisamente, os termos frequentemente utilizados em diversos países, de acordo com os diferentes modos de geração, atuação e comportamento com que estes setores se manifestam em seus respectivos países, que são:

1. *Terceiro Setor*: como sinônimo de “setor não lucrativo” (partindo do pressuposto da existência de outros dois “setores”: Estado e setor privado capitalista – isto é, com fins lucrativos);
2. *Setor Voluntário*: setor cuja característica primordial é, justamente, a participação voluntária das pessoas nas atividades de caráter voluntário;
3. *Setor Não Lucrativo*: focaliza no caráter não lucrativo das organizações

pertencentes ao “terceiro setor”, cujas quais se têm o objetivo norteador de designar os lucros não aos sócios pertencentes à organização, mas sim direcioná-los para outros fins (como para fins sociais);

4. *Setor Filantrópico*: referentes às organizações que direcionam recursos (pessoais e materiais) às questões públicas (ou sociais); sendo as fundações uma das expressões que mais se aproxima deste setor;
5. *Setor Caritativo*: diz respeito às doações privadas destinadas à caridade, com finalidade social;
6. *Organizações Não Governamentais (ONG's)*: são entidades privadas que trabalham pela promoção socioeconômica dos países, nomeadamente os subdesenvolvidos e emergentes;
7. *Setor Independente*: está relacionado com uma das características desse “terceiro setor”, que é a independência frente ao poder público, no sentido de não ser apenas parte deste último, mas um setor independente, com as suas próprias especificidades;
8. *Setor Intermediário*: se refere a um que setor estabelece uma conexão entre os interesses privados e as políticas públicas. Portanto, compõe uma “terceira força social”;
9. *Setor Isento de Impostos*: essa referência é feita porque este setor possui amplo apoio do poder público, através de subsídios e isenções de tributos;
10. *Economia Social*: é um termo abrangente, que compreende tanto entidades do Terceiro Setor (como as fundações e associações), como organizações de natureza empresarial, com foco social, tais como: cooperativas, mutuais, entre outras.

Em seu trabalho, Rodríguez (2017) também enumera algumas “*tendencias conceptuales*” (termos mais comuns e frequentemente utilizados atualmente) para a ESS, focando, basicamente, em dois termos mais amplos, que são:

1. *Terceiro Setor*: semelhante ao setor não lucrativo, o “terceiro setor” é caracterizado pela realização de ações de interesse e desenvolvimento social, além de não realizar distribuições de nenhum tipo de excedente do exercício econômico a seus investidores. É um setor que, apesar de ter como um de seus pilares a participação voluntária, também possui uma estrutura formal semelhante à de organizações privadas. Portanto, pode-se entender que uma organização pertencente ao “terceiro setor” seja: de participação voluntária; privada; independente do setor público; estruturada administrativamente de forma legal; possuidora de um caráter lucrativo (contanto que não realize a repartição de seus lucros aos envolvidos com a organização) etc.;

1.1. Principais organizações: fundações; voluntariados; ONG’s etc. São organizações que, em sua maioria, fazem parte da chamada “sociedade civil” (caracterização comum nos países de língua inglesa).

2. *Economia Social*: sendo um termo mais frequentemente utilizado na Europa, a “economia social” se refere às organizações que possuem características associativas e democráticas em seu cerne estrutural;

2.1. Principais organizações: cooperativas; mutuais¹⁵; e todas as organizações que possuem um caráter associativo, cooperativista e/ou com base na autogestão¹⁶. Além disso, também inclui as organizações de caráter voluntário, fundações e as ONG’s¹⁷.

3. *Economia Social e Solidária*: possui fortes influências das experiências latinas de economia solidária. Está relacionada a

Práticas organizacionais que transcendem a esfera econômica e mantêm um compromisso de preservação, valoração e difusão das expressões populares, comunitárias ou ancestrais como uma nova forma de fazer economia em um contexto de crescente exclusão econômica e social (adaptado de RODRÍGUEZ, 2017, p. 28)¹⁸.

¹⁵ Organizações “mutuais”, que podem ser caracterizadas como ONG’s, cooperativas, associações, fundos de pensão, clubes (entre outros), são responsáveis por grandes movimentações financeiras, sociais e políticas e dependem profundamente do envolvimento e participação efetiva de seus participantes (INDALECIO, 2010).

¹⁶ Segundo Rodríguez (2017, p. 25), “*la autogestión implica autonomía y libertad en la toma de decisiones, igualdad en la participación societaria y primacia del trabajo sobre el capital*”.

¹⁷ Em relação às organizações sindicais, partidos políticos, de defesa de direitos, organizações informais, sacramentais e organizações controladas por agentes externos (como entidades governamentais), o autor enfatiza que todos estes se aproximam da “economia social”, porém não são partes constituintes da mesma.

¹⁸ Citação original, em espanhol: “*Con múltiples influencias provenientes de experiencias latinas la economía*

Resumidamente, apesar de não ser algo consensual, pode-se entender que o “Terceiro Setor” pressupõe a existência de três setores independentes, que são: i) Setor Público ou Estado, com suas ações voltadas para o público; ii) Setor Privado, com suas atividades ligadas ao princípio capitalista de acumulação de capital; e iii) Terceiro Setor, que, apesar de possuir características organizacionais semelhantes às do setor privado, tem suas atividades voltadas ao interesse público e social (VIEIRA *et al.*, 2017). No que se refere à abordagem da “Economia Social” e “Economia Solidária”, destaca-se a colocação deste mesmo autor (p. 116-117):

Por sua vez, a abordagem da “economia social”, apesar de não abarcar organizações não lucrativas que não possuem características como a gestão democrática e o desenvolvimento de atividades produtivas, incorporam as organizações cooperativas, associações produtivas e mutualidades, situadas pela maioria das pesquisas sobre o terceiro setor como parte do mercado. Já o domínio da economia solidária extrapola a noção de fronteiras entre setores específicos, por ser considerada como um campo de uma economia plural com ações desenvolvidas tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil organizada, como no mercado de trocas. Trata-se de um domínio mais restrito por abarcar apenas as organizações cujos objetivos são econômicos, porém voltadas para a prática da gestão democrática e com forte apelo político. Observa-se que os três construtos¹⁹ dizem respeito a um espaço voltado para a geração de trabalho e renda e, em decorrência, fundamentais para o desenvolvimento social. Do mesmo modo, tratam-se de espaços férteis ao desenvolvimento de inovações voltadas para a resolução de problemas coletivos.

Adicionalmente, Tremblay (2009) também lista diferentes terminologias, organizadas por países, a citar: “*Social Economy*” (EUA e Canadá); “*Solidarity Economy*” (Argentina, Brasil, Chile e Quebec); “*People’s Economy*” (Ásia); “*Associative Movements*” (Senegal e Turquia); “*Civil Society*” (África do Sul); e “*Community Economic Development*” (Austrália, Nova Zelândia e Canadá) (MORAIS, 2013).

Como se pode notar, a multiplicidade de terminologias existentes, que varia de um país para outro (ou, até mesmo, dentro de cada país), de acordo com seus respectivos aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos etc. (juntamente com as indefinições teórico-conceituais que ainda permeiam o campo da ESS), contribuem para gerar diversas implicações, sobretudo para a mensuração deste “setor”; além de limitar a avaliação de políticas públicas específicas para ESOL no País, devido à falta de dados, de informações e de mensuração de seus impactos (MORAIS, 2013).

solidaria se asienta en prácticas organizacionales que trascienden lo económico y realizan emprendimientos por la preservación, valoración y difusión de las expresiones populares, comunitarias o ancestrales como nueva forma de hacer economía en un contexto de creciente exclusión económica” (RODRÍGUEZ, 2017, p. 28).

¹⁹ “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”.

1.2 – Definições e elementos característicos da ES, ESOL e ESS

Como se pode verificar, a esfera da ESS ainda apresenta imprecisões em termos de classificação, mensuração e sistematização, tanto no que se refere às suas definições teórico-conceituais, quanto no campo da *práxis*, o que gera implicações, inclusive, na determinação mais precisa de quais organizações (e suas características) compõem a ESS.

Frente a isso, alguns autores e organizações (como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou mesmo a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES) têm buscado delinear, com mais precisão, alguns pontos característicos no domínio da ESS.

Como ressalta Moraes (2010, p. 66) – e também a partir da perspectiva da SENAES –, a ESOL é entendida como

Um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras a partir da autogestão. As atividades econômicas compreendem atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. As organizações solidárias se referem às cooperativas, associações, empresas autogestionadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de intercâmbio etc. a partir da ideia de empreendimentos econômicos solidários (EES).

Sob outro prisma, a partir do trabalho de Rodríguez (2017), posiciona-se a visão proposta pela OIT sobre o tema, no qual são expostas as seguintes definições de ESS:

- A ESS se centra nas “pessoas”;
- Suas organizações são heterogêneas, combinando mudanças sociais com valores sociais e rentabilidade (este último item não necessariamente cabe a todas as organizações de ESS);
- A ESS realiza suas operações com base em regras previamente combinadas e de reciprocidade garantida – isto é, permite a existência de redes de cooperação, associação e confiança, o que contribui para o fortalecimento do capital social comunitário –, sobretudo pelo controle social;
- Funcionam sob a égide de uma democracia econômica;
- Inclui, em seus objetivos, a manutenção de vínculos sociais;

- A ESS pode ter como objetivo, inclusive, a busca pela redução da lacuna existente entre indivíduos e autoridades (nas associações comunitárias).

Assim, pode-se chegar aos seguintes pontos que podem servir determinantes para a ESS, fundamentados nas perspectivas das principais autoridades no assunto utilizadas neste trabalho:

- i. A ESS refere-se a formas específicas de organizações e empresas, sendo os tipos mais comuns as cooperativas, as associações, as organizações comunitárias, as empresas sociais e as fundações. Constitui-se, portanto, em um grupo de organizações dinâmicas e em evolução;
- ii. Essas organizações possuem características comuns, que as diferenciam das outras organizações da economia pública e da economia privada tradicional, pois compartilham princípios operativos específicos baseados na participação, na solidariedade, na inovação social, na incorporação voluntária e na propriedade coletiva;
- iii. Os EES têm sua administração baseada em processos de autogestão, que, diferentemente de um sistema de hierarquia presente nas empresas capitalistas (também denominado de “heterogestão”²⁰ por Singer), contribui para a democratização dos processos decisórios dentro de uma empresa, no qual passa a exigir de seus sócios não apenas o cumprimento das tarefas de seu cargo, mas também uma preocupação com os problemas gerais da empresa (o que pode ser um entrave para a consolidação das empresas solidárias, caso os sócios demonstrem desinteresse pelas causas das mesmas);
- iv. A amplitude existente de denominações são conceitos divergentes, porém relacionados. Todos possuem certas origens geográficas e antecedentes teóricos que enfatizam dimensões particulares desta forma econômica;

²⁰ De acordo com Singer (2002a), o sistema de heterogestão, apesar de ser caracterizado fundamentalmente como uma administração baseada em diferentes níveis hierárquicos de autoridade e, portanto, que gera um incentivo à competição entre seus membros, requer, também, um certo grau de cooperação entre os empregados, visto que o sucesso de uma empresa depende, inclusive, do trabalho em equipe entre os diferentes departamentos existentes dentro da mesma, que pode gerar ganhos de lucros e de competitividade frente às outras empresas, bem como maximizar a eficiência do pessoal empregado.

- v. As organizações de ESS podem oferecer vantagens comparativas para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, incluindo a coesão social, o “empoderamento” e o reconhecimento de uma economia plural (ILO, 2017);
- vi. A ESS está, portanto, adquirindo mais importância no momento atual, tendo em vista o acontecimento da crise econômica mundial, que mostrou que os mecanismos de enfrentamento exigirão, dentre outros aspectos, um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (DASH; MORAIS, 2015).

1.3 – Definições e elementos característicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Como demonstrado no tópico 1.1, partindo da premissa que a ESOL é parte integrante de uma esfera maior, que é a ES, este trabalho irá adotar o termo ESOL como referência à Economia Solidária, visto que a ES contempla uma multiplicidade de organizações (como cooperativas, sociedades mutuais, associações e empresas sociais; além das organizações do “terceiro setor”, como as ONG’s, as fundações, os institutos, entre outros), que não será alvo de análise por parte desta pesquisa – que se restringirá ao enfoque de organizações, pequenas iniciativas, associações, empresas e cooperativas de ESOL, com objetivos econômicos, “porém voltadas para a prática da gestão democrática e forte apelo político” (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 117), caracterizadas como “empreendimentos econômicos solidários”.

Como destaca Silva & Carneiro (2016, p. 15),

A multiplicidade de formas organizativas presentes no universo da economia solidária no Brasil torna uma tarefa bem difícil a tentativa de buscar uma caracterização geral de seus EES, dada toda a diversidade de motivações, contextos e dinâmicas em que eles se veem envolvidos permanentemente.

Por esse motivo, muitos autores têm buscado caracterizar os EES, de modo a facilitar a mensuração e mapeamento de EES nacionais e internacionais, bem como contribuir para a institucionalização e desenho de políticas públicas específicas para estes. Em linhas gerais, é

possível delinear algumas especificidades inerentes aos EES descritos por alguns desses autores importantes na área²¹:

- De modo geral, possuem como pilares: a cooperação, a solidariedade, a igualdade, a democracia e a autogestão;
- É resultado de uma associação entre trabalhadores engajados, que se unem em prol de uma causa comum;
- São iniciativas que visam garantir trabalho e renda às pessoas envolvidas com os empreendimentos;
- Os trabalhadores envolvidos com a produção detêm da posse coletiva dos meios de produção;
- Possuem uma gestão baseada na democracia, vislumbrada através de uma participação direta (como direito ao voto a todos os membros envolvidos com o empreendimento), ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação;
- A receita líquida é repartida entre os associados;
- A destinação do excedente anual (também chamado de “sobras” no âmbito das empresas sociais) é decidida por critérios previamente combinados entre todos os cooperadores.

Adicionalmente, a SENAES – que foi responsável por mapear a economia solidária em todo o território nacional²², junto com o Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES)²³, o que contribuiu “tanto para orientar as ações de fomento como para facilitar a

²¹ Com base em Singer & Souza (2000), Singer (2002a), ILO (2013), Silva & Carneiro (2016) e Silva (2018) – entre outros.

²² Todavia, como enfatiza Singer (2009, p. 44-45), “houve várias tentativas [de dar continuidade ao trabalho de mapeamento da ESOL no Brasil], mas a limitação de recursos limitou o seu alcance a estudos de caso qualitativos, que mobilizaram pesquisadores em universidades das diferentes regiões e propiciaram conhecimentos teóricos e práticos que se mostraram de grande valia quando a SENAES começou a organizar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)”. Por esse motivo, é imprescindível que exista um esforço no sentido de se trabalhar, cada vez mais, pela viabilização de incentivos à pesquisa na esfera da ESOL, para que essas lacunas teórico-conceituais (e da *práxis*) sejam preenchidas.

²³ Que resultou, em 2007, na publicação do “Atlas de Economia Solidária”, revelando a existência de um total de 22 mil EES presentes no Brasil, nos quais associavam-se cerca de 1,7 milhão de pessoas; movimentando aproximadamente 6 bilhões de reais por ano (SINGER, 2009) – cerca de 8% do PIB na época. Para mais

formação de redes e cadeias produtivas no seio da economia solidária” (SINGER, 2009, p. 44) – delineou algumas características inerentes às empresas de economia solidária²⁴ (juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES)²⁵, a citar²⁶:

- São organizações de caráter coletivo (suprafamiliares, singulares ou complexas), tais como: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos etc., nas quais os trabalhadores envolvidos (tanto no meio rural, quanto urbano) exercem as atividades de produção e comercialização baseadas em um caráter comunitário e democrático;
- Essas organizações devem “realizar atividades natureza econômica, socioambiental e cultural, que devem ser as razões primordiais da existência da organização” (GAIGER *et al.*, 2018, p. 141);
- A repartição da “receita” (ou “sobras”) é feita de forma igualitária entre todos os cooperadores envolvidos com o empreendimento;
- Essas organizações possuem caráter permanente, que inclui os empreendimentos ativos, bem como os que estão sendo criados; e possuem as suas atividades

informações, consultar: <https://apufpr.org.br/economia-solidaria-movimenta-8-do-pib-brasileiro/>. Acesso em: 11 out. 2019.

²⁴ Tais constatações serviram como base para a elaboração do documento preparatório para a III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), que aconteceu em novembro de 2014, em Brasília. Além disso, esses esforços de caracterizar os EES também contribuíram exponencialmente com a institucionalização de ESOL no País. Para mais informações, consultar: http://www.coopcentabc.org.br/documentos/documentos_eventos/conferencia_nacional_economia_solidaria_abc_baixada_santista_28_29/III_Conferencia/05_Texto_de_Referencia.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

²⁵ Como indicado em Morais & Bacic (2019, p. 16), mais recentemente (2013) foi realizado, pela SENAES e pela Comissão Gestora Nacional (CGN), um mapeamento da ESOL no território nacional. Este trabalho, disponibilizado em Gaiger (2014) e intitulado de “A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais”, faz uma “caracterização da ESOL no Brasil após treze anos de políticas públicas realizadas pela SENAES” (MORAIS; BACIC, 2019, p. 16). Os dados obtidos indicam a existência de 19.708 EES e 1.423.631 pessoas associadas; dos quais: 55% concentram-se nas zonas rurais, enquanto 34,8% localizam-se em áreas urbanas e outros 10,4% realizam suas atividades entre as áreas rurais e urbanas. Os formatos das organizações se dividem entre associações (60%), grupos informais (30,5%), cooperativas (9%) e sociedades mercantis (menos de 1%) (*ibid.*). Para mais informações, consultar: Gaiger (2014) e Silva & Carneiro (2016).

²⁶ Importante destacar que, apesar de ter-se praticamente chegado a um consenso no que diz respeito à definição e caracterização dos EES no Brasil, a partir da SENAES, em muitos outros países ainda existem imprecisões no que se refere a essas especificações. Na Argentina, por exemplo, quando foi realizado um mapeamento desses tipos de organizações de ESOL, utilizou-se o termo “*emprendimientos asociativos mercantiles*” (EAM), que foi definido como grupos de “*trabajadores pertenecientes a distintas unidades domésticas que desarrollan conjuntamente actividades de producción y/o venta de bienes y servicios en el mercado. Sus actividades están dirigidas a generar ingresos monetarios, pero sus fines no son los de acumulación privada de capital. Los ingresos obtenidos se destinan a cubrir los costos de producción, para acumularlos en fondos de reserva (ej. para la adquisición de bienes de uso durable), a distribuir entre los trabajadores para atender necesidades mediante el consumo, o para sostener otros emprendimientos sociales o actividades comunitarias*” (CORAGGIO; SABATÉ, 2010, p. 35; PATEO, 2012; SILVA; CARNEIRO, 2016).

econômicas e um grupo de participantes definidos;

- Os EES podem ou não possuir um registro legal – o que não impede o seu funcionamento e atuação de modo permanente no mercado;
- São organizações que se envolvem em uma série de atividades econômicas, tais como: produção de bens; prestação de serviços; fundos de crédito (através das “finanças solidárias”, como cooperativas de crédito e fundos rotativos comunitários); *marketing* (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços); comercialização e consumo solidário etc. (GUSHIKEN, 2015);
- Os EES podem ser individuais ou um complexo²⁷ – isto é, organizações de vários graus ou níveis –, contanto que atendam às características de uma “empresa social e solidária” descrita acima;
- Para a SENAES, muitas cooperativas consideradas “tradicionalistas” (catalogadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB), bem como as organizações avaliadas como sendo pertencentes ao “terceiro setor” (como é o caso das fundações; institutos e ONG’s), não compõem o conjunto dos EES analisados pela secretaria (MORAIS, 2010).

Por outra ótica, França Filho & Laville (2004) descrevem cinco grandes traços característicos inerentes aos EES, que são:

- a. *Pluralidade de Princípios Econômicos*, visto que essas experiências apresentam distintas fontes de recursos, como: i) mercado, através da comercialização e/ou prestação de serviços; ii) poder público, a partir da obtenção de subsídios, oriundos tanto de organizações governamentais quanto de ONG’s; e iii) recursos provenientes de práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, doações e outras formas de trocas;
- b. *Autonomia Institucional*, referente ao reconhecimento da independência dessas iniciativas no que diz respeito à possibilidade de controle por parte de outras instituições. Isto, pois, confere autonomia na gestão dos empreendimentos, bem

²⁷ Como é o caso do “Complexo de Mondragón”, na Espanha.

como em relação às outras organizações parceiras;

- c. *Democratização dos Processos Decisórios*, que significa a suposição da existência de mecanismos de decisão interna dentro dos EES. Tal critério propõe a existência de uma democracia participativa dentro dessas organizações, em contraposição ao modelo hierárquico presente na gestão das empresas “tradicionais”;
- d. *Sociabilidade Comunitário-Pública*, que deriva das formas de organização desses grupos, se baseiam em uma sociabilidade singular, ao mesclarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais (nas quais não se admite um padrão impessoal de relações no trabalho); o que contribui para valorizar as relações comunitárias e o princípio da alteridade;
- e. *Finalidade Multidimensional*: este é um critério que demonstra que, ao lado de uma ótima econômica, essas organizações também internalizam uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetarem-se num espaço público. Nesse sentido, o aspecto econômico do empreendimento solidário serve como um meio para a realização dos objetivos necessários ao funcionamento, manutenção e fortalecimento do mesmo, alinhados com as prioridades sociais, políticas e ecológicas. Portanto, o empreendimento proporciona benefícios não apenas para os membros envolvidos diretamente com o seu funcionamento, mas também contribui com o desenvolvimento da sociedade e o território no qual estão instalados.

E, por fim, como enfatiza Rodríguez (2017), as empresas da economia solidária (que incluem os EES) são portadoras de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e social, que gira em torno não do capital, mas do ser humano, da justiça social e da sustentabilidade; criando, dessa forma, uma nova forma de organização econômica alternativa à “tradicional”.

1.4 – Ecossistema empreendedor no âmbito da ESOL

Primeiramente, o termo “empreendedor” (original do francês “*entreprendre*”) foi aprimorado pelo economista Jean-Baptiste Say, que definiu como empreendedor aquele agente econômico (ou “homem dos negócios”) capaz de deslocar seus recursos entre diferentes áreas, com o intuito de aumentar os níveis de produtividade. Joseph Schumpeter, por sua vez, definiu que a figura de um empreendedor é atribuída ao indivíduo que, a partir do processo que ele definiu como “destruição criadora”, contribui para desenvolver e/ou aprimorar tecnologias, gerando mudanças positivas para a economia capitalista como um todo.

De acordo com Barros & Miranda (2008), o fenômeno do empreendedorismo impacta positivamente no crescimento econômico; e contempla, em linhas gerais, três aspectos fundamentais: i) a inovação, que possibilita à empresa aumentar o seu desempenho no mercado; ii) aumento do desempenho econômico do país, como resultado da iniciativa inovadora; e iii) aumento da taxa de emprego, devido ao aumento da atividade econômica.

No caso do empreendedorismo na esfera da ESS – que é um tema de crescente interesse, sobretudo a partir da última década do século XX (CHELL, 2007) –, constata-se que esse tipo de empreendedorismo está relacionado com a possibilidade de permitir às pessoas, social e economicamente marginalizadas do sistema, uma oportunidade de geração de trabalho e renda, a partir de iniciativas de interesse coletivo, de caráter comunitário (ANDRADE *et al.*, 2016). Assim sendo, esse novo agente empreendedor precisa dispor de certa capacidade de inovação (com foco social), capaz de obter ganhos de renda (sem fins lucrativos); mas, ao mesmo tempo, conservando como prioridade o impacto social positivo que essa iniciativa pode gerar. Além disso, esse empreendedor deve ser capaz de articular alguns elementos essenciais nesse processo, que são: i) motivações pessoais; ii) competências previamente adquiridas; iii) relacionamento/redes de sustentação ou de contatos (pessoal, profissional e/ou institucional); e iv) disponibilidade de recursos financeiros (VALE, 2000; 2004; KANTIS *et al.*, 2002 *apud* MORAIS; BACIC, 2018a).

No que diz respeito ao termo “ecossistema empreendedor”, é possível compreendê-lo como uma base sistêmica, que influencia (em termos de produtividade, inovação, competitividade etc.) e permite a criação (e “co-evolução”²⁸) de novos empreendimentos

²⁸ Segundo Nygaard (2008), a ideia de “co-evolução” está relacionada às mudanças que ocorrem em uma determinada base sistêmica (como uma indústria ou a própria economia), a partir da evolução das tecnologias, das instituições e dos mercados. A “evolução” na economia, segundo o autor, pode ser caracterizada como “um processo de mudanças qualitativas, que ocorrem ao longo do tempo, conduzido por empresas, governos e outras

(MORAIS; BACIC, 2018a).

A partir dos anos 1990, o termo “ecossistema empreendedor” passa a ganhar importância como paradigma para interpretar os atores e as relações que levam ao surgimento e crescimento de empreendimentos, com base no conhecimento e na formulação de políticas públicas para dinamizar atores e relações²⁹ (COHEN, 2006; BACIC, 2014). Este processo se caracteriza, portanto, como um produto resultante de uma “co-construção”, que parte de uma dinâmica integrada entre diferentes atores, resultando em ações capazes de fomentar o desenvolvimento econômico local (MORAIS, 2013; MORAIS; BACIC, 2016).

De acordo com Cohen (2006), existem alguns elementos de natureza institucional e relacional que fazem parte de um ecossistema empreendedor. Tais elementos se inserem dentro de um ambiente natural e social, sendo distinguidos entre “rede informal” (pessoas próximas dos empreendedores e suas relações com outras empresas) e “rede formal” (universidades de pesquisa; serviços de apoio governamental local, regional ou nacional; serviços de apoio empresariais (consultores, contadores, advogados); entre outros) (MORAIS; BACIC, 2019).

Nas palavras de Isenberg (2011), um ecossistema empreendedor é constituído por uma comunidade dentro de uma região de atores interdependentes, com diversos papéis, que interatuam, determinando o desempenho do ecossistema e, eventualmente, de toda a economia de uma região. Em outros termos,

O impacto do ecossistema nos níveis micro e macro da atividade econômica depende da interação eficaz de agentes constituintes do sistema como em um ambiente natural. Fazendo uma analogia ao ecossistema natural, o isolamento de um ator pode causar consequências negativas, incluindo o efeito sobre a saúde do sistema (SILVA, 2017, p. 22-23).

Em recente estudo propugnado pela *European Commission* (2016) e baseado nas constatações de Isenberg (2010; 2011), afirma-se que esse ecossistema pode ser compreendido e visualizado a partir da consideração de alguns componentes “chave”, descritos na figura e no quadro a seguir.

organizações, a partir de motivações, decisões, regras e capacidades” (adaptado de NYGAARD, 2008). Nesse sentido, o “co-envolvimento” desses componentes (tecnologias, instituições e mercados) propicia o estabelecimento de um sistema (ou, um “ecossistema”) de inovação – interativo e cooperativo –, no qual ocorre a troca e difusão de informações e conhecimentos entre os diversos agentes envolvidos.

²⁹ Segundo Serrano (2015), essas relações podem ser: i) de natureza política (como alianças entre os atores sociais e políticos que constituem a base da governança territorial); ii) de produção (criação de redes de EES); e/ou iii) conexões que podem gerar inovação (grupos de atores que criam as condições necessárias para a geração e difusão da inovação social).

Figura 1 - Constructos que compõem o ecossistema empreendedor, segundo Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016)³⁰



Fonte: elaboração própria com base em Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016).

³⁰ Descrição desses fatores na versão original do texto, em inglês: “these include 1) the political acknowledgement and legal forms that have been recognized at the national level; 2) access to market; 3) the public support (for start up and scaling up, as well as the fiscal framework); 4) access to finance; 5) networks and mutual support mechanisms; 6) research, education and skills development. National reports confirm that, rather than depending upon one factor alone, the eco-system is shaped by the interplay between all these factors. Although they are present in all countries studied, their relative importance varies significantly across countries” (EUROPEAN COMMISSION, 2016, p. 19).

Quadro 1 - Descrição dos constructos que compõem o ecossistema empreendedor, de acordo com Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016)

Políticas de Apoio	O apoio governamental – através das instituições, finanças, estrutura regulatória, incentivos, institutos de pesquisa, universidades, legislação facilitadora etc. – contribui com a viabilidade de estratégias de empreendedorismo, tanto para o enfrentamento de crises e desafios, como para o estabelecimento de uma maior legitimidade social e fortalecimento dos EES.
Acesso a Recursos Financeiros	O acesso a recursos financeiros, sobretudo para os EES, é estratégico. Nem todas as empresas sociais dispõem de fácil acesso aos diversos tipos de capitais, como aqueles provenientes de microempréstimos, investidores-anjos, amigos e família, <i>venture capital</i> , fundos de <i>venture capital</i> , mercado de capitais públicos etc. Por isso, tais empreendimentos necessitam de políticas e apoio financeiro adequados ao seu tipo de funcionamento, capazes de incentivar a “capitalização” destas empresas sociais por meio de ferramentas inovadoras de financiamento (<i>EUROPEAN COMMISSION</i> , 2016).
Fatores Culturais	A cultura empreendedora e capacitadora, adquirida através de histórias de sucesso e das normas sociais, pode permitir maior tolerância aos riscos, erros e fracassos; bem como propiciar inovação, criatividade, criação de riqueza etc. Tal constructo pode facilitar o crescimento e estabelecimento dos EES através do fortalecimento de seus principais pilares: cooperação, solidariedade, igualdade, democracia e autogestão.
Infraestruturas de Apoio	Instituições ou infraestruturas de apoio/suporte – suporte público e fiscal; profissões de apoio e instituições não-governamentais – contribuem substancialmente para a promoção de empresas incubadas (como <i>startups</i>). Tal suporte é importante (dentre outros motivos) devido à forte heterogeneidade estrutural das organizações que compõem a ESS (como cooperativas; associações; fundações etc.), de ordem econômica, social, cultural e territorial (SILVA; CARNEIRO, 2016; MORAIS; BACIC, 2018a).
Capital Humano	O capital humano diz respeito à criação e difusão de conhecimento adquirido nas instituições de ensino superior, pesquisas científicas, patentes, investimento público em educação etc., que podem contribuir com o fortalecimento das empresas sociais a partir de um nível maior de capacitação dos atores envolvidos com o empreendimento; tornando mais fácil a organização, gerenciamento e operacionalização do mesmo.
Acesso aos Mercados	A percepção das condições do mercado (também viabilizado por meio de políticas públicas de apoio aos EES ³¹) possibilita maior acesso ao mesmo, através do estabelecimento dos primeiros clientes, de canais de distribuição e de redes de empreendedores.

Fonte: elaboração própria com base em Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016).

³¹ Um importante passo nesse sentido foi dado em 2014, na Europa, com a criação do *European Union* (EU) *Public Procurement Rules*, uma regulação que possibilita o oferecimento de novas oportunidades para empreendimentos sociais, além de contribuir para o estímulo da criação de novas propostas de serviços para esses empreendimentos, como aqueles relacionados às áreas de saúde e serviços sociais (como apoio a idosos, às crianças, à comunidade etc.) (*EUROPEAN COMMISSION*, 2016).

Ademais, esse estudo também confirmou que um ecossistema empreendedor não depende somente de um desses fatores de forma isolada, mas de um conjunto deles, interagindo, de forma simultânea, em um determinado território. Embora estejam presentes em praticamente todos os países, a importância de cada um dos fatores pode variar de um país para outro (*EUROPEAN COMMISSION*, 2016).

Assim, a existência desse “ecossistema” é fundamental para quase todo tipo de empresa e organização. Contudo, ela se torna essencialmente crucial para as Organizações de Organizações de Economia Social e Solidária (OESS), que incluem os EES (OIT, 2014). Isso porque os EES possuem muitas fragilidades intrínsecas ao seu funcionamento, relacionadas a diversos fatores, tais como: i) falta de competência necessária, por parte dos atores envolvidos, em termos de gestão e administração dos empreendimentos; ii) falta de experiência prévia (o que impede boas percepções de oportunidades de negócios, bem como da situação do mercado); iii) falta de interesse por parte dos agentes envolvidos em administrar e propor soluções para os problemas operacionais, administrativos, financeiros e econômico dos empreendimentos; iv) acesso restrito a recursos financeiros para a operacionalização e fortalecimento dos empreendimentos etc. Por esses motivos, é de fundamental importância a existência desse ecossistema – também chamado de “redes” – para a ESOL. Nos termos de uma pesquisa realizada pela OIT (2014, p. 55),

As parcerias e as redes são um fator de sucesso fundamental no desenvolvimento da ESS. A sustentabilidade da ESS depende da sua capacidade de se enraizar na comunidade, mobilizar várias partes interessadas e construir alianças fortes com parceiros sociais e com autoridades públicas.

Essa é uma tarefa, portanto, que “não está ao alcance de empresas ou organizações individuais” (OIT, 2014, p. 55). Requer esforços combinados no longo prazo,

Que envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações, tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos, emprego de tecnologias limpas etc. (MORAIS; BACIC, 2018a, p. 3).

“Por essas razões, as redes e as parcerias são uma componente essencial de uma ESS forte” (OIT, 2014, p. 55).

Nesse sentido, para que se possa alcançar e efetivar essas articulações para o estabelecimento de um ecossistema empreendedor no âmbito da ESOL, é preciso que cada um

dos constructos propugnados por Isenberg (2010; 2011) e pela *European Commission* (2016) – adaptados para o caso da ESOL – sejam fortalecidos no território e estabeleçam uma conexão duradoura.

Em relação às políticas de apoio, considerando a realidade que permeia o funcionamento dos EES, pode-se afirmar que as políticas públicas – viabilizadas pelos governos local, estadual e federal – são um dos pilares essenciais para o fortalecimento dos EES e para o estabelecimento desse ecossistema no território. Dentre as muitas condições necessárias para tal, destacam-se as reformas nos quadros legais, burocráticos e regulatórios (COHEN, 2006; ISENBERG, 2010).

Referente ao acesso aos recursos financeiros, ressalta-se a necessidade da existência de uma fonte de obtenção desses recursos para os EES, com custos mais baixos e com menos burocracias. Nesse processo, o papel das incubadoras (como as próprias universidades) e do governo local pode ser fundamental, no sentido de facilitar esse acesso, para que os empreendimentos possam ser promovidos economicamente.

Em se tratando dos fatores culturais, adquiridos através de histórias de sucesso e das normas sociais, é possível afirmar que estes podem contribuir com um ecossistema empreendedor solidário a partir do aumento da confiança empreendedora das pessoas envolvidas com os EES, no sentido de serem mais tolerantes aos riscos, erros e fracassos; e, a partir disso, serem capazes de inovar, criar riqueza e fortalecer o empreendimento.

A infraestrutura de apoio, por sua vez, tem que ser capaz de dar suporte aos novos EES por meio da integração entre os diversos atores envolvidos no processo. Santos *et al.* (2010) classifica as instituições que fornecem essas infraestruturas em três grupos: i) de infraestrutura (condições de telecomunicações; transportes; logística; energia; projetos tecnológicos etc.); ii) entidades não governamentais (como incubadoras); e iii) profissões de apoio (serviços de suporte, como: suporte à legalização da empresa; advogados especializados; contadores; consultores; fornecedores; agências de financiamento etc.).

O sucesso dos EES também depende, como salientado, da capacidade empreendedora de seus líderes. Essa capacidade pode se relacionar, principalmente, com alguma formação profissional, técnica ou superior específica em determinadas áreas, que possam contribuir com o gerenciamento e operacionalização da empresa social. Nesse sentido, é importante a obtenção de algum grau de “capital humano”³², através da educação e capacitação da mão de obra, via cursos profissionalizantes, voltados para a realidade dos EES.

³² Termo adaptado ao âmbito da ESOL para designar algum tipo de qualificação profissional, que contribua, em termos técnicos, com o gerenciamento e fortalecimento dos EES.

Por fim, o acesso aos mercados, quanto maior for, mais benefícios pode trazer aos empreendimentos. Esse acesso possibilita o estreitamento das relações (ou redes de contatos) com os demais agentes do mercado, o que contribui para a troca de informações, recursos e maior acesso ao mercado doméstico (e, às vezes, até internacional); além de possibilitar o aumento da produção e comercialização dos produtos que estes empreendimentos produzem.

Desse modo, a abordagem de ecossistemas considera o empreendedorismo como fruto da interação entre diversos atores, dentro de um determinado território; que, juntos, determinam o funcionamento e a “saúde” do ecossistema como um todo. A partir disso, um determinado empreendimento é capaz de nascer e obter forças e suporte para o seu crescimento e emancipação, dentro do próprio local em que se encontra instalado. Portanto, no contexto da ESOL, como demonstrado, a configuração de um ecossistema empreendedor solidário é imprescindível para a consolidação, crescimento e emancipação dos EES no território.

CAPÍTULO 2: PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 – Panorama internacional da ESOL

O marco do nascimento da ESOL surge juntamente com o movimento do que ficou conhecido como “cooperativismo revolucionário”, que ganhou força pouco depois da revolução do capitalismo industrial, na Inglaterra, em meados do século XIX – que expulsou os camponeses de suas terras e os direcionou às cidades, para que trabalhassem nas fábricas; fazendo surgir, então, uma nova classe social: a dos proletários (SINGER, 2002a).

A atuação dos trabalhadores nas fábricas, que era altamente exploratória (exaustivas horas de jornadas de trabalho; ausência de direitos trabalhistas que garantissem condições mínimas de sobrevivência e reprodução biológica dos mesmos etc.), traduzia-se em baixa produtividade dos mesmos – e, portanto, em redução de lucros para os donos do capital –, o que fomentou a geração de progressivos debates acerca dos limites das possibilidades de sobrevivência do proletariado e de novas formas de organizações políticas e econômicas (como os sindicatos), a partir de reivindicações da classe operária (SINGER, 2002a).

Percebendo a necessidade de melhores condições trabalhistas – que piorou após a depressão da economia britânica (pós Revolução Francesa) –, Robert Owen – um então proprietário de um grande complexo têxtil em New Lanark, e que veio a se tornar importante figura na história do socialismo e do cooperativismo – teve a ideia de formar uma sociedade de cooperativas (denominada “Cooperativa de Rochdale”), baseada na cooperação, na autogestão, na solidariedade, na igualdade e na democracia. Este fato contribuiu para melhorar as relações e condições de trabalho, bem como gerar renda para os trabalhadores ociosos; fazendo aumentar, assim, os níveis de consumo e investimento na economia (SINGER, 2002a).

Owen, dentre outros feitos, também criou a chamada “Associação de todas as Classes de todas as Nações” (em inglês, “*Association of All Classes of Nations*”), que contribuiu para a difusão de suas ideias no âmbito do cooperativismo. Essa Associação, que tinha um caráter nacional (voltada para os negócios internos) e internacional, fomentou a criação de organizações de caráter comunitário, assim como favoreceu a união de diversas propriedades comuns, de modo a aumentar a geração de renda para todas elas (KLAES, 2005). Tal tipo de

organização influenciou o surgimento do que veio a se denominar, em fins do século XIX, “*International Co-operative Alliance*” (“Aliança Cooperativa Internacional”), que tem como objetivo representar e preservar os princípios cooperativistas, através da união de cooperativas por todo o mundo.

Desse modo, o cooperativismo – que se tornou um importante componente da ESOL – passa a ganhar cada vez mais força de atuação em diversos países³³, bem como dentro do próprio sistema capitalista, como um “tecido intersticial”, no sentido de preencher algumas lacunas estruturais deixadas pelo mesmo (como as crises nas empresas, desemprego, exclusão social etc.) (SINGER, 2002a).

Como exemplo dessa expansão do cooperativismo, tem-se o caso da Espanha, no qual se destaca o surgimento do “Complexo Cooperativo de Mondragón” (localizado no País Basco). Tal movimento foi iniciado em 1943, pelo padre José Maria Arizmendiarieta (conhecido como Arizmendi), através da criação de uma escola profissionalizante independente (hoje denominada *Escuela Politécnica Superior de Mondragón*), direcionada aos jovens filhos dos operários da cidade – que, na época, havia sido devastada pela Guerra Civil Espanhola (“*La Cruzada*”). A partir dessa Escola, foi-se construindo um movimento social mais fortalecido, abrindo caminho para a criação de um complexo de cooperativas – composto por centenas de cooperativas, atualmente –, que se tornou, posteriormente, o “Complexo de Mondragón”.

Percebe-se, portanto, que a ESOL não surge apenas a partir de um movimento exclusivo dos desempregados e marginalizados da sociedade, mas também vai se consolidando nos países através de ações e apoios de diversos agentes (como governos, universidades, instituições etc. – além das próprias pessoas interessadas) (SINGER, 2002a).

2.2 – ESOL no contexto brasileiro

Em se tratando do caso brasileiro, é possível observar que a ESOL se manifesta, de modo mais efetivo, no início do século XX – momento de massiva imigração dos europeus para o Brasil –, através do surgimento de uma série de organizações características desta

³³ Como destaca Singer (2002a), a partir desse movimento de “novo cooperativismo” surgem também as Organizações sem Fins Lucrativos (ONG’s), bem como os movimentos emancipatórios da sociedade civil, através da promoção de comunidades, que, por sua própria iniciativa e empenho, são capazes de melhorar suas condições de vida.

(como as cooperativas), que apareceram com mais intensidade nas cidades (com predominância das cooperativas de consumo) e nos campos (como cooperativas agrícolas). Contudo, a partir de meados dos anos 1950, notou-se que a ESOL foi atuando mais intensivamente como uma resposta às precariedades do trabalho e ao elevado nível de desemprego da época.

Como tal, notou-se, nesse período, um expressivo crescimento urbano e da indústria, que resultou em aumento das atividades ocupacionais referentes à comercialização, reparos, serviços de lazer e diversão, além de empregos ligados à indústria de transformação. (MORAIS, 2013). Já nos anos 1960, esse elevado e contínuo crescimento econômico fomentou a criação de outras atividades, direcionadas a especialistas de diversas áreas, incluindo técnicos e professores de nível superior. Como resultado disso, foi possível verificar, já nos anos 1970, uma brutal expansão econômica e a consolidação de um sistema industrial, que culminou no crescimento do emprego formal nos setores público e privado (MORAIS, 2006). Por outro lado, esse elevado nível dinamismo na econômica não foi capaz de reduzir as disparidades sociais geradas por esse movimento, o que propiciou a manutenção de trabalhos com baixa remuneração, num contexto de políticas de contenção salarial e elevados níveis de concentração de renda (MORAIS, 2013). Em outros termos,

No contexto de forte crescimento econômico e do emprego no período do “milagre econômico” brasileiro (1968-1973) – que ainda se manteve com taxas médias elevadas até 1980 –, essas mudanças conformaram uma das peças centrais no profundo aumento da desigualdade e da exclusão social. Parcela imensa da massa trabalhadora brasileira não teve incorporados – em seus salários, direitos sociais e trabalhistas – os ganhos correspondentes a esse período de elevado ritmo de crescimento, expressivo aumento da renda per capita e de transformação da estrutura produtiva. Mesmo nesse contexto, a classe dominante, no regime ditatorial, não aceitava como algo necessário ou mesmo compatível uma política de elevação dos salários do conjunto dos trabalhadores. Assim, especialmente pelo arrocho do salário mínimo, mas também pela elevada expressão do trabalho ilegal e informal, e pela brutal dominação e exploração do trabalho no meio rural, expressiva parcela dos trabalhadores foi excluída desses ganhos, enquanto uma tendência inversa ocorria para aqueles trabalhadores melhores posicionados no mercado de trabalho, para os situados em ocupações de classe média assalariada com maior formação e qualificação profissional (como profissionais de nível médio ou superior de escolaridade, técnicos qualificados, administradores, engenheiros etc.), assim como profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados etc.) e proprietários de pequenos, médios e grandes negócios (KREIN *et al.*, 2018, p. 44).

Nos anos 1980, com o forte movimento de desindustrialização e, portanto, de interrupção do processo de crescimento econômico do País, houve um abrupto aumento do nível de desemprego na sociedade; que, juntamente com a flexibilização de muitos direitos trabalhistas já conquistados, culminou em uma ruptura na tendência de estruturação do

mercado de trabalho³⁴ (POCHMANN, 2004).

Portanto, de acordo com Dedecca (1999 *apud* KREIN, 2018, p. 78, notas de rodapé),

As mudanças no capitalismo contemporâneo, a partir dos anos de 1980, tem constituído um período de vingança do capital sobre o trabalho. Ou seja, se no período anterior, por meio da luta social, houve, progressivamente, uma ampliação de direitos, na atualidade há retrocessos que beneficiam o capital.

Percebe-se, assim, que a repercussão negativa na capacidade de geração de emprego, bem como sobre a crise da dívida externa, geraram impactos na economia brasileira e alteraram o quadro de geração de emprego formal. Tal situação se intensificou na década de 1990, com o dismantelamento do Estado através da ampliação das políticas neoliberais na pauta econômica e social – como exemplo, tem-se a política macroeconômica de estabilização (que se consolida em 1994, com a implementação do Plano Real), que, a despeito de ter debelado a inflação, impactou negativamente na geração de emprego industrial, tendo em vista as altas taxas de juros e a valorização da moeda nacional (a “armadilha difícil de desarmar” (COUTINHO, 1997)).

Constata-se, dessa forma, que o Brasil apresenta graves problemas estruturais em seu mercado de trabalho, que estão intimamente ligados à formação econômico-social brasileira (que traz consigo resquícios de um passado escravocrata), bem como à forma como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Dentre tais problemas estruturais, que limitam a integração e a incorporação da população ao mercado de trabalho formal, é possível destacar: i) a informalidade e as altas taxas de desemprego, além da exclusão, principalmente de determinados segmentos; ii) a heterogeneidade ocupacional; iii) a desigualdade dos rendimentos auferidos etc. (MORAIS, 2013).

É nesse contexto – já em um cenário de redemocratização, que permitiu o retorno da garantia da livre associação no País (SILVA; CARNEIRO, 2016) – que a ESOL (sobretudo no formato de cooperativas, associações, empresas autogestionárias etc.) vai se manifestando com mais força e ganhando notoriedade na esfera política – no Brasil e em diversos países –, como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e a favor da inclusão sociolaboral – sobretudo para os grupos mais vulneráveis socioeconomicamente, chamados de

³⁴ Como enfatiza Krein (2018), a despeito de a Constituição de 1988 ter contribuído com o fortalecimento da regulamentação estatal, com a constitucionalização de direitos e com a ampliação da proteção social, ela não alterou o caráter flexível da legislação trabalhista, marcada por alta informalidade, baixo poder de negociação da classe trabalhadora, baixos salários, precariedade nas condições de trabalho, altas desigualdades entre os rendimentos etc. Soma-se a este quadro o recente acontecimento da aprovação da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), que contribui para agravar, mais ainda, os problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

“grupos problemas”³⁵, que se deparam com dificuldades (ou, até mesmo, inviabilidade) de inserção no mercado de trabalho formal (com vínculo empregatício) ou de realização de atividades autônomas (MORAIS, 2013; ILO, 2017).

Nas palavras de Singer (2000, p. 25), importante referência nacional nesse tema,

A economia solidária ressurgiu de forma esparsa na década de 1980 e toma impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Como resultado dessa crescente notoriedade que a ESOL foi ganhando, Silva & Carneiro (2016, p. 7) destacam que “um conjunto significativo de intelectuais e representantes de movimentos sociais”, “como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta”,

Passou a adotar o termo “economia solidária” como um conceito que aglutina uma miríade de iniciativas econômicas populares seja no campo, seja na cidade, que possuíam o trabalho coletivo e a “autogestão” como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”. As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como “empreendimentos econômicos solidários” (EES) (*ibid.*, p. 7).

Este é um “setor”³⁶, portanto, que inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores, podendo estar presente em todas as fases do processo produtivo e de comercialização, como atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo, consumo solidário etc. (MORAIS; BACIC, 2016).

Atualmente, no Brasil – e em vários países, sob diferentes denominações –, constata-se o crescimento de diversas ações, frentes, organizações e iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais e pessoais ligadas à ESOL, organizadas com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão, tais como:

- i. *Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)*: criado em 1989, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – que foi responsável pelo assentamento de milhares de famílias em territórios desapropriados de

³⁵ Os “grupos-problema” são uma menção ao termo cunhado por Claus Offe (1989), em referência a um conjunto de indivíduos limitados pela posição desfavorável de inserção sociolaboral. Este grupo constitui-se, portanto, como um segmento com sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

³⁶ “Setor” este que, em 2013, apresentava cerca de 20 mil EES atuando no Brasil (SIES, 2013; SILVA; CARNEIRO, 2016).

latifundiários improdutivos, para a promoção da agricultura e formação de cooperativas. Cerca de dez anos após a sua criação, o SCA foi capaz de abarcar aproximadamente oitenta e seis cooperativas, cujas atividades voltavam-se para a produção agropecuária, prestação de serviços e de crédito, distribuídas em diversos estados brasileiros;

- ii. *Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)*: constituída em 1995, a CRESOL surge “a partir de experiências de fundos rotativos solidários existentes no sudeste do estado do Paraná” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 17).

Com o tempo, o sistema conseguiu constituir, a partir de uma estratégia própria de organização, um amplo sistema de cooperativas de crédito pelos agricultores familiares. As cooperativas se expandiram inicialmente para os demais estados da região Sul e atualmente já contam com unidades e sistemas descentralizados em outras regiões do país (*ibid.*, p. 17);

- iii. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's)*: filiadas à Fundação Unitrabalho – que desenvolve, desde 1997, estudos e pesquisas na área de ESOL –, são um importante componente da história da ESOL no Brasil. Partindo de dentro das universidades, essas incubadoras são responsáveis por atender

Grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002a, p. 123).

A partir desse movimento, muitas cooperativas foram criadas – nomeadamente as de crédito –, que tinham como intuito o estabelecimento de uma “rede nacional de crédito solidário”;

- iv. *Banco Palmas* (Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE): o Banco foi criado em 1998 e, segundo Silva & Carneiro (2016, p. 17), este

É um caso emblemático de promoção da economia solidária articulada à luta urbana em busca da melhoria das condições de vida de uma comunidade pobre de Fortaleza/CE. Sua estratégia baseava-se na construção de uma rede solidária de produção e consumo local envolvendo: microcrédito para a produção, cartão de crédito voltado para o consumo local, moeda social, loja solidária e apoio a diversas unidades produtivas coletivas e familiares;

- v. *Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)*: criada em 1999, surge com o intuito de “promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 17). Ademais, a ADS constitui-se como uma estratégia da Central Única dos Trabalhadores (CUT) “para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores num contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e informalização do trabalho” (*ibid.*, p. 17);
- vi. *Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR)*: surge em 1999, fruto da “organização política coletiva dos catadores de material reciclável” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 17). O principal objetivo do MNCR é o de promover a “articulação desses trabalhadores para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho”, bem como contribuir “para a formação de cooperativas e associações” (*ibid.*, p. 17). Além disso, o MNCR faz parte do chamado “Fórum Lixo e Cidadania”, “que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais” (*ibid.*, p. 17);
- vii. *União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL)*: surge em 2000, como um “projeto de inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, e de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho” (UNISOL, 2019), com o intuito de consagrar os princípios históricos do cooperativismo autêntico, a partir da constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, em âmbito nacional (SINGER, 2002a);
- viii. *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)*: fundada em 2004, com o objetivo de “representar e assessorar as empresas industriais de autogestão que estavam se formando na época, bem como impulsionar a criação de novas” (VIEITEZ; DAL RI, 2004, p. 267);
- ix. *Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSSES)*: lançada em 2002, em Porto Alegre, através do I Fórum Social Mundial (FSM), é formada por uma série de entidades de fomento à ESOL no País, e tem como objetivo primordial estabelecer uma rede de intercâmbio de notícias, opiniões e comércio entre cooperativas e associações produtivas e consumidores (SINGER, 2002a);

- x. *Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)*: a partir da integração entre empreendimentos de ESOL, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos, este Fórum possibilita a discussão e reflexão acerca de temas sociais e ambientais, ligados à ESOL, bem como a articulação e a possibilidade de criação de redes de contato, de modo a gerar mecanismos de fortalecimento para a ESOL no território – que, inclusive, está presente em todos os estados brasileiros e em diversos municípios. A partir realização do I FSM, que ocorreu em 2001, foi estruturada uma rede com doze entidades nacionais para compor o “Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária” (nome inicialmente dado ao FBES), que abarcavam desde os EES (rural e urbano), até movimentos sindicais, universidades, políticas de governo voltadas para a questão social (como o apoio ao crédito), entre outras, que eram: i) RBSES; ii) Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); iii) Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); iv) ANTEAG; v) Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); vi) Cáritas Brasileira; vii) MST – e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB); viii) Rede de ITCP’s; ix) ADS/CUT; x) Fundação Unitrabalho; xi) Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e xii) Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (GUSHIKEN, 2015);
- xi. *União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)*: criada em 2005, a UNICAFES surge como uma organização nacional com o objetivo principal de “representar os empreendimentos cooperativos de agricultores familiares e de economia solidária” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 17). Associam-se à UNICAFES “cooperativas de crédito, de produção, de trabalho, de comercialização e de infraestrutura que atuam diretamente com a agricultura familiar” (*ibid.*, p. 17).

Do ponto de vista da institucionalização nacional da política pública de ESOL, Silva & Carneiro (2016, p. 8) destacam a importância da “elaboração de canais de produção e circulação de informações fidedignas sobre a realidade dessas experiências”. Assim,

Apesar de toda sua multiplicidade, a obtenção de um conjunto considerável de informações permite compreender seus principais padrões de localização e manifestação bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico mais

geral e os espaços de disputa política que seus atores estão envolvidos. De porte dessas informações, torna-se possível um planejamento mais contundente de programas, estratégias e tecnologias de intervenção e capacitação para melhor aproveitamento desse potencial, seja via ações diretas entre grupos na sociedade engajados nessa temática, seja via ações governamentais, por meio de políticas públicas (*ibid.*, p. 8).

Nesse sentido, um marco fundamental dado em direção à institucionalização da ESOL no País foi a criação, em 2003, da SENAES – vinculada ao MTE –, cujo surgimento é fruto de movimentos sociais e políticos, assim como de experiências reais prévias à sua criação³⁷; além de partir da percepção de que a ESOL se constitui “em uma forma positiva de geração econômica e social” (MORAIS, 2013; SILVA; CARNEIRO, 2016; ANTUNES; CONTI, 2019; MORAIS; BACIC, 2019; UNISOL, 2019).

De seu surgimento até meados de 2016 – quando se inicia um processo retrógrado nas ações e políticas voltadas à ESOL, acarretando, no ano de 2019, em sua extinção –, a Secretaria, a partir do “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, inseriu-se paulatinamente nos Planos Plurianuais do Governo Federal (2004-2007; 2008-2011; 2012-2015), revelando, assim, a importância direcionada ao tema (MORAIS, 2013).

Houve, também, estratégias de expansão das políticas públicas – inclusive estaduais e municipais – de ESOL, como é o caso do surgimento dos “Centros Públicos de Economia Solidária” e da “Frente Parlamentar da Economia Solidária” (MORAIS, 2013).

Relevante, também, foi o surgimento e o fortalecimento do “Conselho Nacional de Economia Solidária” (CNES)³⁸ – criado em 2006, pelo Decreto nº 5.811 –, por meio do qual foram realizadas diversas “Conferências Nacionais de Economia Solidária”³⁹, contribuindo, assim, com a “constante interlocução entre representantes governamentais e sociedade civil” (ANTUNES; CONTI, 2019, p. 205; MORAIS, 2013; MORAIS; BACIC, 2019).

A evolução desses acontecimentos parece ter ocorrido a partir de uma perspectiva *bottom-up* de construção da política pública nacional de ESOL, tendo em vista que, no caso brasileiro – diferentemente de outros países –, tais políticas se conceberam com base no apoio

³⁷ Como é o caso da carta destinada ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proveniente do FBES (que, no momento, ainda era denominado de “Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária”), com o título “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que previa, em uma de suas cláusulas, a criação da SENAES.

³⁸ O CNES, quando criado, era vinculado ao MTE. Contudo, com o agravamento das medidas retrógradas adotadas nos governos mais recentes, o MTE foi extinto. Desse modo, toda a estrutura e arcabouço institucional da ESOL, que vinham sendo construídos com muito esforço, foi fragmentado. Isso direcionou o CNES ao Ministério da Cidadania (medida provisória 870/2019); o que limita, portanto, a sua atuação como Conselho de ESOL.

³⁹ A I CONAES foi realizada em junho de 2006, enquanto a II CONAES, em junho de 2010 e, por fim, a III CONAES, em novembro de 2014, ambas em Brasília.

e na participação do movimento de base da ESOL, assim como apontam França Filho (2006), Singer (2009), Freitas (2012), Morais (2013) e Antunes & Conti (2019).

Recentemente, um passo fundamental foi dado na direção da continuidade da institucionalização da política pública de ESOL no País, com a aprovação, em agosto de 2017, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do Projeto de Lei 4.685/12 (Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017), que dispõe sobre a “Política Nacional de Economia Solidária” (PNES) e os EES, e cria o SIES⁴⁰ – além disso, também autoriza a criação o Fundo Nacional de Economia Solidária⁴¹.

A despeito das potencialidades e dos avanços nesse campo de estudo e de ação, é importante ressaltar que a efetividade, manutenção e fortalecimento da ESOL no território dependem, fundamentalmente, do comprometimento do poder público, através das políticas públicas direcionadas ao tema. Isso porque, apesar da importância que vem adquirindo a ESOL, esta ainda apresenta fragilidades e vulnerabilidades estruturais, inerentes ao seu *modus operandi* (MORAIS; BACIC, 2018a; 2019). Como destacam Morais & Bacic (2018a; 2019), tais fragilidades situam-se em:

- a. *Fragilidades microeconômicas*: condições de acesso aos mercados (oferta e demanda de produtos e serviços); fixação de preços e de custos produtivos; condições de comercialização; acesso à tecnologia; ao “capital de giro” dos empreendimentos etc.⁴²;
- b. *Fragilidades macroeconômicas*: relacionadas às condições mais gerais de funcionamento da economia, como a exclusão de determinados grupos de acesso ao crédito em condições facilitadas; taxa de juros elevadas; impactos de ajustes fiscais na execução de programas; projetos e ações na área etc.;
- c. *Políticas públicas de apoio*: a falta de ações integradas e transversais (entre Ministérios, Secretarias etc., nos âmbitos federal, estadual e municipal) arrefecem os potenciais avanços das iniciativas de ESOL, que atuam em prol dos objetivos de geração de trabalho e renda para a população. Este fato se relaciona, também, com a falta de clareza no que concerne à definição e mensuração deste “setor”.

⁴⁰ Projeto este que foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em julho de 2019; e será avaliado, em breve, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

⁴¹ Para mais informações, consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 05 out. 2019.

⁴² Sobre aspectos da produção e comercialização dos EES, consultar Morais & Bacic (2016).

O que se pode constatar disso tudo, portanto, é que a efetivação da ESOL constitui-se em um “processo de conquista social” (CNES; SENAES; MTE, 2014, p. 5). Isto é,

A construção de uma política pública nacional de economia solidária é um processo sistemático de reconhecimento de direitos de cidadania pelo Estado, sobretudo dos trabalhadores e trabalhadoras das iniciativas econômico-solidárias, e como dever do Estado (*ibid.*, p. 5).

Desse modo, o crescimento e a expansão da ESOL “dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil” (CNES; SENAES; MTE, 2014, p. 5). Assim, essas ações devem partir de um “movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira” (*ibid.*, p. 5).

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Sendo um estudo exploratório, de natureza qualitativa, esta monografia se propõe a responder ao problema proposto através do detalhamento de informações não quantificáveis neste momento, como a identificação dos principais atores responsáveis pelas “interações locais” na construção do ecossistema empreendedor solidário, bem como as suas conexões e influências na concepção de políticas públicas municipais de ESOL no território.

Assim, além de uma revisão da bibliografia inicial acerca dos temas já explicitados (ESS; ESOL; EES etc.), este trabalho prevê o levantamento de informações e dados relevantes por meio de alguns roteiros⁴³ de entrevistas semiestruturadas com: a) atores da administração pública local envolvidos com a ESOL; b) participantes dos EES; c) pesquisadores do tema na UNESP; e d) outros atores relevantes para a compreensão da ESOL e do ecossistema no território⁴⁴.

Para o primeiro e o terceiro grupo (“a” e “c”, respectivamente), foi elaborado e aplicado um questionário centrado basicamente em captar a percepção destes atores em relação aos seguintes pontos:

- O que se entende por “ecossistema empreendedor solidário”;
- Quais os atores que podem ser considerados como importantes para compor esse ecossistema em Araraquara;
- Quais são os pontos positivos (conquistas) e negativos (desafios) na construção desse ecossistema no município;
- Como é visualizada a presença de cada um dos fatores propostos por Isenberg (2010; 2011) e pela *European Commission* (2016) – adaptados para a ESOL – no município de Araraquara – que incluem: i) políticas públicas de apoio; ii) acesso a recursos financeiros; iii) fatores culturais; iv) infraestruturas de apoio; v) capital humano; e vi) acesso aos mercados.

⁴³ Disponíveis no Apêndice A, B, C e D desta monografia.

⁴⁴ Todas as entrevistas realizadas para esta pesquisa aconteceram presencialmente (em sua maioria), por telefone (por ligação telefônica ou por meio de áudios em *chats*), ou, em menor medida, por *e-mail*.

Para o caso das perguntas aplicadas aos membros dos EES⁴⁵, foi realizado um questionário no qual se buscou captar a relevância que cada um dos fatores propostos por Isenberg (2010; 2011) e pela *European Commission* (2016) têm no processo de *criação*, *manutenção* e *emancipação* do referido EES, no seguinte formato:

Tabela 1 - Formato do questionário aplicado aos membros dos EES, pertencentes ao segundo grupo (“b”)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio												
Acesso a Recursos Financeiros												
Fatores Culturais												
Infraestruturas de Apoio												
Capital Humano												
Acesso aos Mercados												

Fonte: elaboração própria.

Para cada momento proposto do empreendimento, pedia-se que cada item da primeira coluna fosse classificado em:

- 1) Muito Importante;
- 2) Importante;
- 3) Neutro; ou
- 4) Irrelevante.

No caso do último grupo (“d”), os questionários aplicados deram ênfase em algo

⁴⁵ Para cada EES, realizou-se uma entrevista com um membro mais antigo (ou com algum membro que tivesse mais conhecimento acerca do empreendimento), no intuito de captar informações ligadas ao início do processo de criação do empreendimento, bem como sua situação nos dias atuais.

específico que se pretendia captar de um agente em especial. Para atores do Sistema S, por exemplo, foram realizadas perguntas ligadas ao fomento da cultura empreendedora para as empresas de ESOL, visto que estes agentes se conectam com os EES por meio da oferta de cursos direcionados a aspectos gerenciais e organizacionais dos EES⁴⁶. Nesse sentido, para esses atores citados, as perguntas centraram-se, basicamente, na percepção destes em relação à importância que os cursos de empreendedorismo têm para os EES, bem como nos desafios encontrados na realização desses cursos para os membros dos empreendimentos.

O quadro abaixo apresenta a relação das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, entre os anos de 2018 e 2019, classificada pelos grupos mencionados (“a”, “b”, “c” e “d”) e dividida pelas formas de abordagem.

Quadro 2 - Relação das pessoas entrevistadas e suas formas de abordagem

Grupos	Entrevistado	Qualificação/cargo ou EES correspondente	Forma de abordagem	Número de abordagens
a) Atores da administração pública local envolvidos com a ESOL	Camila Capacle Paiva	Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP), atual coordenadora executiva de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da Prefeitura Municipal de Araraquara	Presencial e por áudios em <i>chats</i>	Mais de 3
	Flávia de Jesus Andrade	Cientista social e atual gerente de Economia Criativa e Solidária da Prefeitura de Araraquara	Presencial e por áudios em <i>chats</i>	Mais de 3
	Silvani da Silva	Coordenadora executiva de Agricultura, ligada à Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico	<i>E-mail</i>	1
b) Participantes dos EES	Jiseli Dias de Souza Santana	AMA	Ligação telefônica	1
	Edna Andrade Lacerda	AMCA	Ligação telefônica	1
	Antonio Pereira da Silva	ATCAAR	Ligação telefônica	1
	Solange Aparecida de Matos Santos	Associação de Artesãos Mãos que Cria	Presencial e por ligação telefônica	2
	Helena Francisco da Silva	Cooperativa Acácia	Ligação telefônica	1

⁴⁶ Para a compreensão do que se perguntou a esses atores, consultar o Apêndice E desta monografia.

	Lázaro Marcos de Souza	COOBELA	Ligação telefônica	1
	Luiz Henrique Gomes	COOPAM	Ligação telefônica	1
	Antônio Aparecido da Silva	COOPERSOL	Ligação telefônica	1
	Célia Maria dos Santos Fernandes Silva	Grupo de Artesanato do Bela Vista	Ligação telefônica	1
	Maria Madalena Castelar	Grupo de Palha: Bela Vista	Ligação telefônica	1
	Flávio Rodrigues da Silva	Horta Comunitária Zona Norte	Ligação telefônica	1
	Camila de Cássia Ribeiro	Luz do Valle	Ligação telefônica	1
	Maria da Conceição da Silva	MUPSP	Ligação telefônica	1
c) Pesquisadores do tema na UNESP	Sérgio Azevedo Fonseca	Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), livre-docente em Administração pela UNESP e atual professor adjunto da UNESP, <i>campus</i> de Araraquara	Presencial	Mais de 3
d) Outros atores relevantes	Luciane Girasolo Frigieri	Analista de negócios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Presencial	1
	Davi Teixeira Pinto	Um dos membros responsáveis pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	Ligação telefônica	1

Fonte: elaboração própria.

Estudos acerca do ecossistema aplicado à ESOL constituem, ainda, um tema em construção e de relativa complexidade, tendo em vista algumas “lacunas” ainda existentes, que se referem ao desafio de definir e desenvolver metodologias e instrumentos de pesquisa capazes de captar, empiricamente, as conexões da “dinâmica inovativa local”, marcada por “interações locais”, que abarcam aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, socioinstitucionais etc. (ALBAGLI; MACIEL, 2004). Em outros termos, segundo as autoras, “o entendimento dessas complexas relações coloca novas questões nos campos conceitual e

metodológico, demandando instrumentos capazes de verificar e avaliar os processos do dinamismo socioeconômico local” (*ibid.*, p. 12).

Nesse sentido, Albagli & Maciel (2004) propõem, como parâmetros de pesquisa empírica, dois grandes grupos de estudos: i) estudo de casos (apresentando descrições detalhadas sobre estes processos) e ii) estudos estatísticos. Neste trabalho, optou-se pelo primeiro grupo, com o intuito de se atingir o objeto de compreensão da dinâmica de construção do ecossistema empreendedor solidário do município de Araraquara.

A opção por essa estratégia é interessante para os objetivos da construção desta monografia porque assegura a flexibilidade necessária à pesquisa exploratória, ao mesmo tempo em que possibilita ao pesquisador organizar a pesquisa em torno dos constructos de interesse (GIL, 2008).

Assim, como é enfatizado pelo relatório de pesquisa do IPEA, realizado em 2016, o levantamento de informações a respeito da atual situação dos EES no município,

Apesar de toda sua multiplicidade [...], permite compreender seus principais padrões de localização e manifestação bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico mais geral e os espaços de disputa política que seus atores estão envolvidos. De porte dessas informações, torna-se possível um planejamento mais contundente de programas, estratégias e tecnologias de intervenção e capacitação para melhor aproveitamento desse potencial, seja via ações diretas entre grupos na sociedade engajados nessa temática, seja via ações governamentais, por meio de políticas públicas (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 8).

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos com esse levantamento de informações, que contemplou, como já ressaltado, diversos atores envolvidos com a ESOL no território.

CAPÍTULO 4: O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO EM ARARAQUARA

Como definido nos capítulos anteriores, entende-se o termo “ecossistema empreendedor solidário” como um espaço territorial no qual está presente uma gama de atores, que se conectam, direta ou indiretamente, ao funcionamento dos EES. Nessa perspectiva, o primeiro passo dado em direção à identificação, no município, dos organismos e articulações que compõem esse ecossistema, foi o mapeamento e um breve diagnóstico dos EES existentes atualmente em Araraquara.

O levantamento de dados acerca dos EES existentes – baseados na concepção que a SENAES propõe para os EES –, realizado entre os anos de 2018 e 2019, se deu, em parte, juntamente com a INCONESP (a partir de dados fornecidos pelo primeiro mapeamento dos empreendimentos, realizado em meados de 2011), com o NEPESC (a partir da realização de visitas aos empreendimentos, com os alunos participantes do grupo, a fim de captar e computar todas as informações necessárias e pertinentes às pesquisas realizadas pelos membros do Núcleo), bem como através da realização de diversos outros contatos e entrevistas individuais.

A partir dos dados obtidos com esse mapeamento, foi possível notar a existência de algumas características em comum entre os empreendimentos. Dentre as evidências, percebeu-se que a conquista de certo grau de autonomia (de recursos e competências, por exemplo) por parte dos EES é um dos passos fundamentais para o fortalecimento dos mesmos dentro do território onde estão instalados. Isto, pois, além de permitir a inserção sociolaboral de muitas pessoas, também abre um “espaço emancipatório” dentro da economia, que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dos respectivos territórios nos quais os empreendimentos estão instalados (MORAIS; BACIC, 2018a; 2019). Todavia, também se notou que dentro dos empreendimentos ainda existe certo grau de resistência – real, simbólica, ou, até mesmo, ideológica – em expor e discutir assuntos de natureza econômica e financeira. Em muitos casos, diversas informações importantes (como àquelas ligadas aos custos de produção, custos de empréstimos obtidos, estratégias de mercado, excedente produtivo, entre outros) simplesmente não existem ou ainda estão disponibilizadas de maneira precária – em diversos casos, não há registros ou organização dos dados em alguma plataforma adequada para tal e/ou tais informações não foram arquivadas de modo apropriado (*ibid.*; *ibid.*).

Conforme salienta Gaiger (2008) – e também verificado nos empreendimentos dos quais se efetuaram as visitas –, os EES possuem duas lógicas distintas: a empresarial e a solidária. Os EES apresentam características “empresariais” quando se observa que seu funcionamento depende de atividades cotidianas ligadas à produção, ao comércio etc., de modo que eles têm que lidar com desafios semelhantes aos que uma microempresa enfrentaria em sua rotina empresarial. No entanto, por ter um caráter social – o que distingue os EES das “empresas tradicionais”, que são marcadas pela “posse privada dos meios de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 13) –, os EES podem beneficiar-se da possibilidade de internalização da cooperação na esfera de trabalho; algo que “pode propiciar fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo diretamente para sua viabilidade” (*ibid.*, p. 13). Ao mesmo tempo, o caráter social dos EES também é marcado por fragilidades em seu funcionamento, como a falta de especialização e qualificação de grande parte da mão de obra envolvida – o que dificulta a gestão e administração mais eficiente dos empreendimentos, por parte dos trabalhadores integrantes; bem como enfraquece os passos que os direcionam ao caminho da “emancipação” dentro do território e da economia – e a sua conseqüente desvalorização no mercado. “Assim, o êxito dessas experiências depende da capacidade de complementaridade e articulação de suas lógicas intrínsecas, tanto no sentido empresarial, quanto no sentido solidário” (MORAIS; BACIC, 2018a, p. 2).

A partir desse breve panorama acerca da realidade que permeia o funcionamento dos EES, serão expostos, logo adiante, os resultados obtidos com o mapeamento dos EES e dos demais atores envolvidos com a ESOL no município, bem como as percepções e compreensões acerca das articulações existentes entre os mesmos.

4.1 – Mapeamento dos EES presentes no município de Araraquara

O mapeamento⁴⁷ dos EES realizado no município de Araraquara, entre os anos 2018 e 2019, identificou os seguintes grupos que podem ser considerados como EES:

⁴⁷ Os roteiros das perguntas realizadas aos membros dos EES constam no Apêndice A e C desta monografia.

1. Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) – também conhecida como “Padoka”;
2. Associação de Mulheres Camponesas em Ação (AMCA);
3. Associação dos Trabalhadores do Comércio Alternativo de Araraquara (ATCAAR);
4. Associação de Artesãos Mãos Que Criam;
5. Associação Macaxeira (Farinheira);
6. Cooperativa Acácia de Catadores de Materiais Recicláveis de Araraquara;
7. Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro (COOBELA);
8. Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região (COOPAM);
9. Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos de Araraquara e Região (COOPERSOL);
10. Grupo de Artesanato do Bela Vista;
11. Grupo de Palha: Bela Vista;
12. Horta Comunitária Zona Norte;
13. Luz do Valle;
14. Mulheres Unidas do Parque São Paulo (MUPSP) – “Sabão Higobom”.

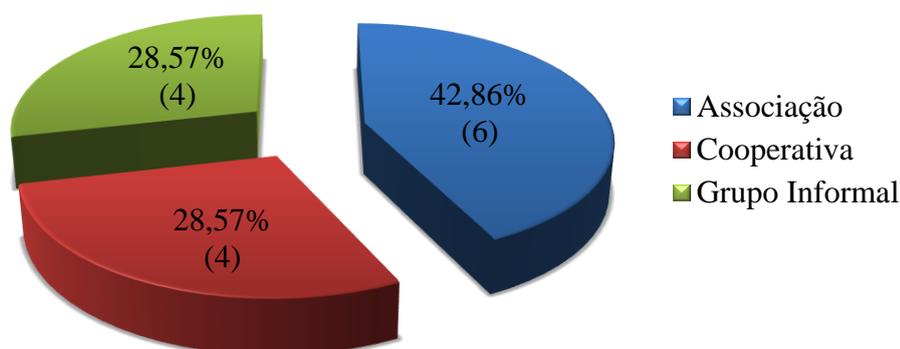
Além dos EES, foram identificados alguns “coletivos”, que são grupos que surgem a partir da mobilização de algumas pessoas (geralmente ligadas a pequenos EES), que se unem pelo afeto, pela ideologia, pela vontade de mudar a realidade e por acreditarem no potencial impacto social positivo que tem uma mobilização não subordinada ao Estado e às instituições no território. Em se tratando de coletivos ligados à ESOL, é possível citar o “Coletivo Colmeia Cultural de Araraquara”, o “Coletivo de Alimentação Mulheres Negras”, o “Coletivo Benu” e o coletivo “Rolê Feira”. No caso do coletivo Rolê Feira, este surgiu recentemente (2017), em Araraquara, com o objetivo reunir empreendedores e produtores locais, através da promoção de uma feira cultural, cujo principal intuito é o de promover uma economia criativa, colaborativa e sustentável. Os grupos empreendedores que fazem parte do Rolê Feira são, em sua maioria, grupos informais; que, apesar de atuarem na esfera produtiva e comercial, no âmbito da ESOL, ainda são grupos relativamente pequenos. Contudo, é importante perceber que projetos como o Rolê Feira são capazes de ampliar o alcance da ESOL no território, visto que, na configuração de um “coletivo”, estes empreendedores

podem gerar impactos locais mais significativos em termos econômicos e sociais, bem como garantir maior representatividade perante as instituições e ao poder público.

4.1.1 – Classificação dos EES

A partir do levantamento dos dados existentes acerca dos EES de Araraquara, é possível classificá-los com base em seu perfil organizacional, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Principais formas de organização dos EES de Araraquara, em 2019



Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos com o mapeamento dos EES em Araraquara.

Basicamente, as associações e as cooperativas foram classificadas como organizações que possuem um caráter formal, através da constatação de alguns desses itens: i) registro de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); ii) Estatuto; iii) Regimento Interno etc. Quanto aos grupos informais, apesar de terem suas atividades ligadas à ESOL, foram considerados por esta pesquisa como grupos de ESOL que não detêm de uma formalização legal.

SIES (2013), Gaiger (2014) e Silva & Carneiro (2016) pressupõem algumas características específicas a cada um desses grupos:

- Associações

Em linhas gerais, as atividades de uma associação estão ligadas a: i) defesa dos

direitos sociais (como direitos humanos, direitos de grupos minoritários étnicos, assim como outros direitos difusos e coletivos); ii) cultura e arte (que beneficiam diversos profissionais da área, como artistas plásticos, cantores, músicos, pintores, escritores, escultores, fotógrafos, artesãos, entre outros); bem como iii) outras atividades de caráter associativo, mas que não se enquadram nas especificadas anteriormente, tais como defesa de questões de interesse público ou causas de objetivos particulares. E, além disso, as associações também podem possuir um caráter econômico.

Segundo Gaiger (2014 *apud* SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 37), as associações

Aparecem nos EES de produção cuja finalidade seja oferecer trabalho e renda primordiais para os sócios, mas são mais frequentes proporcionalmente entre os EES de produção ou de serviços que não logram remunerar os sócios diretamente. Sua presença é maior nos EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, particularmente através do uso coletivo de bens e serviços pelos sócios ou de comercialização. Também constituem uma opção muito comum entre os EES de provimento de serviços sociais e de desenvolvimento comunitário e associativo.

- Cooperativas

No caso das cooperativas, seu principal foco está ligado à atividade econômica, no sentido de viabilizar um negócio produtivo e comercial à população, de forma coletiva, que beneficie os próprios cooperados.

Nas palavras de Gaiger (2014 *apud* SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 37), as cooperativas

Despontam entre os EES de produção ou de prestação de serviços com a finalidade de propiciar trabalho e renda primordiais para os sócios, figurando também entre os EES de geração de trabalho e renda complementares. Destacam-se também nos EES de comercialização e de finanças.

- Grupos informais

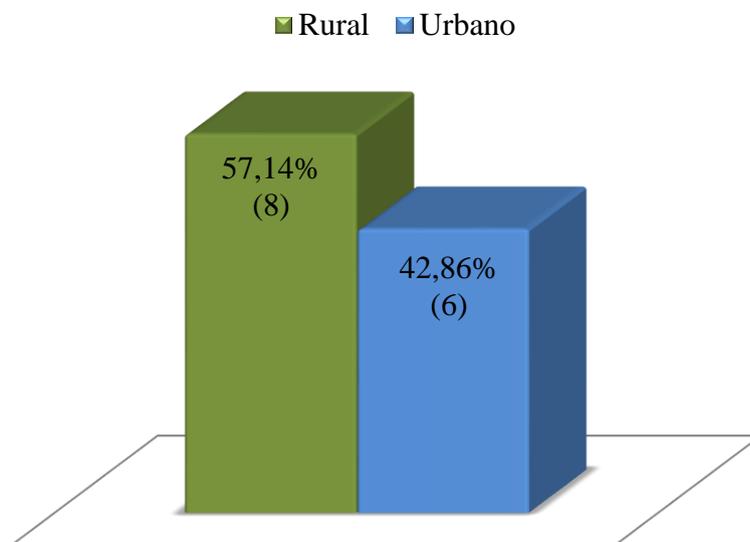
Em se tratando dos grupos informais, estes podem exercer atividades tanto de natureza associativa quanto cooperativa. Não existe uma regra específica para determinar o tipo de atividade que exerce um grupo informal. Na maioria dos casos, esses grupos são caracterizados como informais por apenas não possuírem um caráter legal. Contudo, eles já exercem atividades ligadas à sociedade e/ou econômicas.

Para os autores citados, esses grupos

Figuram em atividade de produção de bens com vistas à oferta de trabalho e à geração de renda primordial dos sócios, mas principalmente como forma de obter rendimentos complementares ou quando a remuneração dos sócios é insuficiente. Também são frequentes nos EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, por meio da comercialização ou do uso coletivo de bens e serviços (*ibid.*, p. 37).

Além dessas características, é possível distinguir os empreendimentos de acordo com a sua localização geográfica no território, como é apresentado na figura seguinte.

Figura 3 - Classificação dos EES pela localidade geográfica no município de Araraquara



Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos com o mapeamento dos EES em Araraquara.

De modo geral, a maior parte dos EES (e também os maiores) concentram-se nas zonas rurais – destes, 50% são associações, cerca de 17% são cooperativas e aproximadamente 34% são grupos informais –, visto que o mapeamento indicou um número expressivo de EES atuantes na agricultura, através da produção e comercialização de alimentos, assim como na fabricação de artesanato e diversos outros tipos de produtos. Esses empreendimentos geralmente estão localizados nas zonas periféricas da cidade, onde situam-

se os chamados “assentamentos”, nos quais se concentram diversas famílias, tais como as que uniram-se para formar alguma cooperativa ou associação. Contudo, a partir da Figura 3, também observou-se que seis dos quatorze EES mapeados atuam no perímetro urbano – dos quais 37,5% são associações, 37,5% são cooperativas e 25% são grupos informais –, o que pode ser um indício de que os empreendimentos (sobretudo os mais recentes) estão, cada vez mais, aumentando a sua atuação no mercado local (mais concentrado nas áreas centrais da cidade).

Conforme salienta Gaiger (2014 *apud* SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 20),

Esses números não almejam apresentar uma contraposição entre os universos rural e urbano. Pelo contrário, o que se percebe na prática é que a economia solidária busca, embora ainda de forma bastante incipiente em termos de resultados concretos, se constituir nesses espaços “mediante processos coletivos de mobilização que os revitalizam e dinamizam por vias distintas, mas convergentes” territorialmente.

Resumindo as informações apresentadas nas figuras anteriores, é possível chegar à seguinte tabela:

Tabela 2 - Classificação dos EES por categoria e localização geográfica

EES	Categoria organizacional			Localização geográfica	
	Associação	Cooperativa	Grupo informal	Rural	Urbana
1	X			X	
2	X			X	
3	X				X
4	X				X
5	X			X	
6		X			X
7		X		X	
8		X		X	
9		X		X	
10			X	X	
11			X	X	
12	X				X
13			X		X
14			X		X

Fonte: elaboração própria com base nos EES mapeados no território.

4.2 – Principais atores identificados como responsáveis pelas “interações locais” de ESOL em Araraquara

Como explicitado anteriormente, o primeiro passo para identificar a presença, em um determinado território, de uma estrutura que corresponda a esse ecossistema, é conhecer os atores e agentes que fazem parte e que atuam dentro do mesmo. Por esse caminho, partindo das informações obtidas com as fontes previstas, foi possível realizar a identificação de alguns atores importantes para o processo de construção do ecossistema empreendedor solidário no município, tais como:

a. *Governo local*

Pode-se afirmar que o papel do poder público no fomento da ESOL no município é imprescindível. Sobretudo para os casos dos empreendimentos mais novos, o amparo do poder público é essencial; visto que, de modo geral, os mesmos não possuem estrutura, recursos, materiais e/ou equipamentos adequados ao seu funcionamento e, até mesmo, à sua sobrevivência. Para os casos dos empreendimentos já consolidados no território, o suporte do poder público é importante, principalmente para a manutenção destes dentro da economia, assim como para o enfrentamento de diversos problemas específicos a cada empreendimento. Em outros termos, segundo Camila Capacle, o papel do governo local, sobretudo via políticas públicas, contribui estrategicamente para formar, manter e dialogar com os EES (informação verbal)⁴⁸.

Nos derradeiros anos, observou-se uma significativa atuação por parte do poder público local, no sentido de abrir mais espaço (em termos legais, institucionais e por meio de diversos outros tipos de iniciativas propulsoras para esta causa) dentro do território para a ESOL. Alguns exemplos desses esforços podem ser listados a seguir:

- Criação da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária (pela Lei nº 6250-05), em 2005, vinculada à SDE, que tem ampla responsabilidade na viabilização de

⁴⁸ Informação concedida por Camila Capacle em entrevista realizada para esta pesquisa, em 2019, via mensagens de áudio.

diversos projetos no âmbito da ESOL no município;

- Estabelecimento de conexões entre a Prefeitura, através da Coordenadoria de Economia Solidária, com os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) do município; o que contribui para a manutenção do emprego na cidade, especificamente para trabalhos ligados aos EES;
- Criação de uma nova Coordenadoria, intitulada Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária, dentro da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, o que reforça o reconhecimento pela área da ESOL;
- Criação, em 2019, do Conselho Municipal de Economia Criativa Solidária – importante instrumento de diálogo com a sociedade civil e para a criação de políticas públicas de ESOL no município;
- Diálogo com o Banco do Povo Paulista, que é um programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com as prefeituras. O principal objetivo do programa é o de oferecer financiamentos para micro e pequenos empreendedores (formais ou informais), associações e cooperativas produtivas ou de trabalho, para capital de giro e investimento fixo, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades⁴⁹;
- A partir da realização do Fórum de Economia Solidária – que representou um marco da ESOL local, visto que contribuiu com a “integração de diversos agentes e grupos que atuavam no campo da economia solidária no município” (GRIGOLETTO; FONSECA, 2012, p. 225) –, no ano de 2008, pela Prefeitura de Araraquara, foi elaborada e aprovada a Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara⁵⁰, como também foi criada a Lei de Economia Solidária (Lei nº 7145, de 27 de novembro de 2009), que instituiu o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, estabelecendo os princípios fundamentais e objetivos da política municipal de trabalho e ESOL, além de outras providências tomadas nesse sentido;

⁴⁹ Fonte: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

⁵⁰ Que consta no Anexo A desta monografia.

- Acompanhamento de diversos grupos caracterizados como organizações de ESOL, por parte do poder público local, para fins de criação de projetos direcionados a esses grupos;
- Realização, no município, em julho de 2017, da 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária e Criativa, que também contribuiu para o fortalecimento local da ESOL. Nessa Conferência, foram pensados e elaborados projetos para a criação do “Sistema Público Municipal de Economia Solidária”, bem como para o “Conselho e o Fundo Municipais de Economia Solidária”, que foram apreciados pelo Poder Legislativo no mesmo ano – a partir da Lei nº 9.143, que sancionou o Projeto de Lei nº 317-17 e criou o Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária⁵¹ –, garantindo a sua institucionalização no território;
- Implementação do Centro Público de Economia Solidária (espaço físico voltado ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio, fomento, desenvolvimento e comercialização dos produtos oriundos dos EES);
- Realização, no município, do I Congresso Internacional de Democracia Participativa: Participação Popular e Economia Solidária, em março de 2019, que contou com a participação figuras nacionais e internacionais ligadas à ESOL. Dentre muitos pontos importantes desse acontecimento, destaca-se a contribuição do Congresso com o debate, a reflexão e a troca de experiências entre o poder público, sociedade civil, universidades e demais instituições, a respeito da participação popular e ESS na contemporaneidade, que pode contribuir com inovações e alternativas para a construção de políticas públicas nessas áreas⁵². Além disso, também aconteceu, neste mesmo lugar, a Feira Regional de Economia Solidária, que reuniu uma diversidade de empreendedores de ESOL durante a realização do Congresso;

⁵¹ Dentre as propostas aprovadas no Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária (que compreende dezenove diretrizes, para o período compreendido entre 2018-2021), destaca-se o Fundo Municipal de Economia Criativa e Solidária, que contribui para a garantia de uma fonte de recursos permanente para o financiamento dos projetos e programas de incentivo e crédito de ESOL no território. Para mais informações, consultar: <http://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2017/12/07/plano-municipal-de-economia-criativa-e-solidaria-e-sancionado-por-edinho>. Acesso em: 12 abr. 2019.

⁵² Para mais informações, consultar: <http://www.araraquara.sp.gov.br/congresso-internacional-de-democracia-participativa>. Acesso em: 13 abr. 2019.

- Inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)⁵³ de 2018, de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária.

Além desses pontos, também se pode ressaltar que o atual Prefeito, Edson Antônio da Silva, ocupa, no momento, o cargo de vice-presidente FNP em ESOL, que possui articulação com a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Tal fato contribui para estabelecimento de um efetivo diálogo e articulação com as diversas esferas governamentais responsáveis pela construção de políticas públicas de ESOL.

b. *Universidades*

O papel da universidade dentro de um ecossistema para ESOL é de fundamental pertinência, principalmente no sentido de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que sejam capazes de captar a realidade que permeia a esfera da ESOL em um determinado território, tornando, assim, possível o desenvolvimento de políticas públicas e tecnologias sociais⁵⁴ mais aprimoradas.

A trajetória da relação entre a universidade e o governo local, pela via da ESOL, foi sendo modelada, de modo mais efetivo, a partir de 2004, quando foi criado o NEESC, vinculado à Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *campus* de Araraquara. A partir daquele momento, a ESOL foi ganhando mais forma e atenção da administração pública; até que, em 2005 – como já sublinhado –, foi criada a Coordenadoria de Economia Solidária. Logo após a sua criação, a Coordenadoria foi responsável por assistir sete grupos e/ou

⁵³ Este documento pode ser consultado através do *link*: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?Id=182144>. Acesso em: 16 abr. 2019.

⁵⁴ Segundo a Fundação Banco do Brasil (FBB), a “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala”. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>. Acesso em: 29 jul. 2019.

iniciativas de ESOL no município, que foram: a Cooperativa Acácia; a Coostuara⁵⁵; a Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI; a Cozinha Comunitária do Monte Alegre III; a Lanchonete Solidária; a Associação de Artesanato Mãos Que Criam; e um grupo de jovens de estamperia (FONSECA *et al.*, 2014).

No final do ano de 2007, mediante a publicação de um edital de chamada de projetos no âmbito do PRONINC – vinculado ao MTE –, formalizou-se, a partir do NEESC (com parcerias de professores da UNESP de Franca), a criação de uma incubadora de EES, denominada “Incubadora de Cooperativas Populares do Nordeste de São Paulo”, a INCONESP (FONSECA *et al.*, 2014).

Um dos frutos da parceria entre a universidade, através da INCONESP, e a Prefeitura, foi a realização do Fórum de Economia Solidária, em Araraquara, no ano de 2008, no qual – como já salientado – foi elaborada e aprovada a Carta de Princípios de Economia Solidária. Esse movimento motivou, já no ano de 2009, a elaboração e aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária, que representou mais um passo importante para o robustecimento da ESOL na cidade.

Em 2011, realizou-se, juntamente com o “Coletivo Colmeia Cultural de Araraquara”, o “Festival Gaia de Arte, Cultura e Sustentabilidade”, local onde foi realizada a primeira Feira de Economia Solidária, que contou com a participação de vários grupos de ESOL do município, tais como: a Padaria Comunitária do Monte Alegre VI; a Cozinha Comunitária do Monte Alegre III; e a Coostuara (FONSECA *et al.*, 2014).

Ainda, nesse ano de 2011, o NEESC foi responsável por realizar um mapeamento e diagnóstico dos grupos e iniciativas solidárias em Araraquara. A partir desse esforço, foi possível elaborar estratégias de intervenção e apoios, que seriam realizados pela INCONESP e pela Coordenadoria de Economia Solidária, e contemplariam do curto ao médio prazo – até o ano de 2013, quando o projeto vinculado ao PRONINC se finalizaria (FONSECA *et al.*, 2014).

Na sequência desses fatos, em fins do ano de 2011, a INCONESP passa a enfrentar algumas restrições financeiras, que, mais adiante, culminariam por comprometer a continuidade das atividades da incubadora. Essa notificação surgiu de um ofício do Ministério do Desenvolvimento Social, que, naquele momento, era responsável pela gestão dos recursos do PRONINC.

Assim, a INCONESP contribuiu significativamente para o fortalecimento de alguns grupos de ESOL no território, tais como: a Padaria Comunitária do Assentamento Monte

⁵⁵ Grupo este que não existe mais atualmente.

Alegre VI; a Cozinha Comunitária do Monte Alegre III; e a Coostuara. No caso da Cooperativa Acácia, esta recebeu diversos outros apoios, que vieram, também, de outras esferas da universidade e do governo local.

A partir do ano de 2017, o movimento da ESOL dentro da universidade volta a aparecer. Desse movimento resultou a criação do NEPESC, a partir do qual se vem reconstituindo um elo mais efetivo entre a universidade e o poder público, em prol da ESOL no município. Assim como o NEESC, o NEPESC também vem realizando esforços no sentido de construir apoios para os empreendimentos de ESOL locais. Um desses esforços é a realização de um novo mapeamento e diagnóstico dos EES atuais, a fim de captar todas as especificidades inerentes à realidade dos empreendimentos de Araraquara; para que, a partir disso, se possa promover uma rede bem estruturada de apoios, incentivos e fortalecimento aos mesmos.

Um dos resultados da conexão entre o NEPESC e o governo local foi a realização, em março de 2019, do “I Congresso Internacional de Democracia Participativa: Participação Popular e Economia Solidária”, que contribuiu – como já destacado – com o debate entre diversos atores a respeito da ESOL no território.

Além disso, constatou-se a presença de outros esforços importantes da universidade em prol de dois grupos de ESOL. De acordo com Célia Silva, integrante do Grupo de Artesanato do Bela Vista, a UNESP, na figura do ENACTUS⁵⁶, contribuiu para a criação do Grupo através de um projeto, desenvolvido dentro da universidade, denominado “Projeto Fuxico”. Este projeto foi criado em 2016, por meio da iniciativa de algumas mulheres do assentamento Bela Vista, com o suporte dos alunos do ENACTUS. O principal objetivo desse Projeto era o de proporcionar geração de renda e possibilitar uma integração maior das moradoras dessa comunidade. Além disso, o Projeto conseguiu doações de materiais para serem destinados às mulheres do assentamento, para a confecção e venda de produtos artesanais. Ademais, também através do ENACTUS surgiu o projeto “Luz do Valle”, direcionado a um grupo de mulheres do bairro Valle Verde (que estão desempregadas formalmente), no intuito de lhes proporcionar um ganho de renda através da produção e comercialização de velas ecológicas – chamadas de “ECOvelas”.

Percebe-se, portanto, que a universidade assume um papel estratégico no fomento da ESOL local e, conseqüentemente, para a construção do ecossistema empreendedor solidário;

⁵⁶ ENACTUS é uma organização sem fins lucrativos (presente em diversos países) composta por estudantes da UNESP-Araraquara, que desenvolve projetos empreendedores com o objetivo de fornecer melhorias para o padrão de vida das comunidades do território.

traduzido, principalmente, pelo suporte em forma de pesquisas e desenvolvimento de projetos na área de ESOL.

c. *Sistema S*

Em se tratando dos atores do Sistema S, foi possível notar um esforço no sentido de se promover uma cultura empreendedora para com as pessoas que atuam nos EES. Dentre esses esforços, destacam-se os incentivos realizados a partir do estabelecimento de parcerias entre a Prefeitura local e o SEBRAE, no intuito de oferecer diversos cursos sobre cultura empreendedora, inovação, riscos que envolvem a rotina das micro e pequenas empresas etc.⁵⁷

Segundo Luciane Frigieri (analista de negócios do SEBRAE), a principal ligação do SEBRAE com a sociedade acontece por meio do estímulo à cidadania, através do apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social (informação verbal)⁵⁸. Nesse sentido, o SEBRAE atua como fomentador e orientador de uma cultura empreendedora, para que essas pessoas possam montar seus próprios negócios de forma mais estruturada. Além disso, também buscam mostrar que a atuação em grupo pode ser capaz de gerar maiores níveis de renda para os trabalhadores.

Quando se observam os frutos obtidos com esses esforços – em termos de se notar que os cursos foram capazes de despertar nessas pessoas uma “identidade de empreendedor”, capacitando-as e dando-lhes credibilidade própria, para que seus trabalhos possam se expandir; além de fomentar um olhar cooperativo, mostrando-lhes que, quando atuam em conjunto, formando, portanto, um grupo, elas podem ser capazes de obter maiores ganhos de renda, facilitando, assim, a atuação e acesso ao mercado local –, Luciane afirma que os principais resultados foram percebidos nos grupos onde o SEBRAE assistiu mais diretamente (informação verbal)⁵⁹, como é o caso dos cursos oferecidos a alguns grupos no “Espaço

⁵⁷ Uma das iniciativas tomadas nesse rumo foi a criação do programa “Juntos Somos Fortes”, pelo SEBRAE, em parceria com a Prefeitura de Araraquara, cujo enfoque se deu na realização de cursos com *kits* de aprendizagem (cartilha, DVD e folha de avaliação), com o objetivo de despertar nos participantes a cultura da cooperação, bem como valores e atitudes indispensáveis às práticas associativas. Para mais informações, consultar: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcddtexto=3807&%5E%5E>. Acesso em: 15 abr. 2019.

⁵⁸ Informação concedida por Luciane Frigieri, em entrevista realizada para esta pesquisa, na unidade do SEBRAE em Araraquara, em 2019, presencialmente.

⁵⁹ Informação concedida por Luciane Frigieri, em entrevista realizada para esta pesquisa, na unidade do SEBRAE em Araraquara, em 2019, presencialmente.

Kaparaó”, através do Programa de Capacitação Profissional⁶⁰, promovido pela Coordenadoria de Economia Solidária, por meio do qual são oferecidos diversos cursos nas áreas de costura, alimentos e serralheria (entre outros), direcionados à inclusão socioeconômica dos grupos mais vulneráveis – como é o caso de muitos trabalhadores dos empreendimentos, que, inclusive, participam desses cursos.

Dentre os desafios observados na aplicação desses cursos, percebeu-se alguma resistência, por parte dos alunos, em discutir assunto de natureza administrativa e financeira. Os motivos disso, segundo as entrevistas realizadas com alguns agentes públicos locais (informação verbal)⁶¹, podem ser: i) enfoque dos cursos direcionado às empresas de caráter “tradicional” (capitalista), que, muitas vezes, não se adéqua às características inerentes às empresas solidárias; ii) existência de alguma resistência entre as pessoas envolvidas com a ESOL, no que diz respeito à associação da ideia de empreendedorismo com as empresas capitalistas; iii) falta de interesse por parte dos envolvidos com os empreendimentos em se especializarem técnica e profissionalmente em áreas que contribuam para o melhor gerenciamento e administração dos empreendimentos solidários etc. Em muitos casos, os próprios cooperados ou associados não se veem como possíveis “empreendedores” no contexto da ESOL, mas apenas como pessoas que, por se dedicarem diária e arduamente nos empreendimentos, já “estão vencendo na vida”. Portanto, Luciane enfatiza que é importante saber trabalhar com a resistência dessas pessoas. Segundo ela, o esforço de lidar com essa questão é relevante para que os cursos gerem resultados satisfatórios no sentido de se fomentar uma cultura empreendedora e capacitadora aos membros dos EES, e, portanto, contribuir com o fortalecimento dos mesmos e com a construção do ecossistema empreendedor solidário no município (informação verbal)⁶².

Ademais, também constatou-se que um passo importante dado pelo SEBRAE é a montagem (futura, visto que essa ação ainda encontra-se na condição de projeto) de uma Oficina de Planejamento Participativo (OPP)⁶³, que tem por objetivo incluir membros dos

⁶⁰ Cujos recursos advêm do Fundo Social de Solidariedade de Araraquara, bem como de parcerias com atores do Sistema S, como o SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições da cidade.

⁶¹ Informações concedidas por Camila Capacle e por Flávia Andrade, ambas através de entrevistas realizadas em 2018 e em 2019, via mensagens de áudio.

⁶² Informações concedidas por Luciane Frigieri, em entrevista realizada para esta pesquisa, na unidade do SEBRAE em Araraquara, em 2019, presencialmente.

⁶³ Foi realizada no município, em 2016, uma Oficina de Planejamento Estratégico e Participativo, promovida pelo SEBRAE local (em parceria com o SENAR), cujo objetivo foi organizar todo o processo da cadeia produtiva do “Turismo Rural” – que será detalhado mais adiante – presente no território, “que inclui o levantamento das necessidades de infraestrutura pública e de equipamentos turísticos do município com captação de recursos para ativação de bens e serviços com promoção de vendas de produtos e serviços ao setor turístico e aos consumidores finais, turistas e visitantes”. Fonte: <https://angelicabombarda.com.br/sebrae-vai-implantar-o->

EES nos processos de planejamento e suporte ao empreendedorismo de ESOL local, através da participação direta destes no levantamento das necessidades e das soluções para cada um deles. Além disso, na OPP também participarão a universidade e o governo local (entre outros atores relevantes).

d. Outros atores

- *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)*

O INCRA é uma autarquia federal, cujo principal objetivo é o de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional⁶⁴. Em Araraquara, o INCRA centra-se na assistência às comunidades assentadas, a partir de um conjunto de ações e projetos voltados para algumas áreas (como redes de água; esgoto; iluminação e transmissão de energia; produções sustentáveis etc.). Dentre essas ações, destaca-se o caso dos assentados da Fazenda Bela Vista do Chibarro, que obtêm auxílios com a comercialização de seus produtos, com equipamentos e capacitação para feirantes, por meio do projeto “Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária” (ou, “Feira do Produtor”, com produtos da reforma agrária)⁶⁵.

- *Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)*

O ITESP, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, é uma entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo e também pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos. Sua principal atuação está ligada à promoção da democratização do acesso às terras

Em benefício de posseiros, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, além de implementar políticas de desenvolvimento sustentável para as

[turismo-rural-em-araraquara/](#). Acesso em: 11 set. 2019.

⁶⁴ Para mais informações, consultar: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em: 16 abr. 2019.

⁶⁵ Os recursos para o projeto são provenientes do “Terra Sol”, que é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização, a partir da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Além dessas, as atividades não agrícolas (como turismo rural, artesanato e agroecologia) também são apoiadas. Fonte: http://www.incra.gov.br/programa_terra_sol. Acesso em: 16 abr. 2019.

comunidades com as quais atua, numa perspectiva de resgate da cidadania, com vistas ao desenvolvimento humano, social e econômico⁶⁶.

Nesse sentido, o ITESP contribui, no território de Araraquara e região, com o fornecimento de diversos lotes de terras para a atuação de muitos grupos e empreendimentos de ESOL, tais como: i) Assentamento Monte Alegre III (local onde situa a Cozinha Comunitária), com uma área de 1.099,56 hectares; ii) Bela Vista do Chibarro, com área de 3.455,16 hectares; iii) Assentamento Monte Alegre VI (local onde se encontra a AMA – “Padoka”), com área de 1.253,94 hectares; entre outros.

- *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – ONG “Mundo Melhor”*

A OSCIP é uma entidade civil sem fins lucrativos, que busca apoiar e promover algumas proposições, tais como:

- i. Divulgação de ideias que permitam a geração de trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado de trabalho formal;
- ii. Difusão dos princípios de ESOL, tais como: cooperativismo, associativismo, clubes de trocas e instituições de microcrédito;
- iii. Apoio e promoção da educação em todos os âmbitos (de diversas formas), a fim de fomentar a inclusão de indivíduos menos favorecidos social e economicamente;
- iv. Apoio e promoção de ações ligadas ao meio ambiente e à sua preservação, contribuindo para a disseminação de princípios de desenvolvimento sustentável;
- v. Apoio e promoção de ações ligadas ao turismo sustentável;
- vi. Estabelecimento de uma cooperação com o poder público e privado, associações e entidades etc., com o intuito de propiciar à população de baixa renda maior e

⁶⁶ Fonte das informações: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>. Acesso em: 16 abr. 2019.

acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios nas áreas de saúde, cultura, esporte, segurança, assistência e desenvolvimento social;

- vii. Estudos, pesquisas, produções e divulgações de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades mencionadas nestes itens;
- viii. Organização de seminários, eventos, exposições, cursos e congressos ligados ao propósito da causa.

A relação entre a OSCIP e os EES acontece, principalmente, pelo estabelecimento de parcerias diretas entre estes dois atores. Segundo Davi Teixeira (um dos membros responsáveis pela OSCIP), a principal articulação entre a ONG e a ESOL no município ocorre, atualmente, através de uma parceria com a Cooperativa Acácia (informação verbal)⁶⁷. Essa relação acontece mediante ao estabelecimento de um projeto de “Gestão de Resíduos Sólidos”, de Logística Reversa⁶⁸, que vem sendo executado desde o início do ano de 2019 e permitiu um acordo entre o *shopping* Jaraguá (localizado no município de Araraquara) e a Cooperativa Acácia. De modo geral, o projeto possibilita que todo o volume de resíduos sólidos recicláveis produzidos no *shopping* seja revertido para a Acácia – enquanto a outra parte dos resíduos, destinada à compostagem, segue para outra organização.

Além disso, a ONG também presta serviços nas áreas de consultoria e assessoria a muitas organizações de ESOL. Um exemplo deste feito é o plano de negócios elaborado para a “Rede Anastácia de Cooperativas de Catadores(as) de Materiais Recicláveis” (que é fruto do Comitê Anastácia, base orgânica do MNCR). Essa Rede, ligada ao programa para redes de cooperativas “Cataforte”⁶⁹, é composta por diversas cooperativas de catadores de materiais

⁶⁷ Informações captadas com Davi Teixeira, através de entrevista realizada com o mesmo, em 2019, por meio de ligação telefônica.

⁶⁸ Como consta no *site* do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Logística Reversa faz parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que a define como um “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁶⁹ O programa “Cataforte - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias” – fruto de parcerias estabelecidas entre a Secretaria-Geral da Presidência da República; FBB; MTE; MMA; Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Petrobras; e Banco do Brasil (BB) – “visa possibilitar a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. O projeto é voltado à estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas redes solidárias se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis”. Fonte das informações: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>. Acesso em: 28 ago. 2019.

recicláveis de vários municípios – dentre eles, Araraquara, representado pela figura da Cooperativa Acácia. O principal objetivo dessa Rede é o de fortalecer os EES, via compartilhamento de informações a respeito de questões organizacionais e gerenciais dos mesmos, tais como: compra de insumos; venda de materiais recicláveis; aquisição de novas tecnologias de coleta e produção etc.

Segundo o próprio site da Rede Anastácia⁷⁰,

A articulação em rede permitiu que algumas cooperativas pleiteassem e garantissem a remuneração pelo serviço prestado de coleta seletiva, triagem, beneficiamento e comercialização junto ao poder público. A experiência acumulada de atuação em conjunto que envolve os EES da Rede Anastácia demonstra que o fortalecimento da identidade do(a) catador(a), conseqüentemente dos empreendimentos, é a grande conquista deste arranjo até o momento.

Desse modo, percebe-se que a existência de diálogos estabelecidos entre atores de ESOL no território configuram-se como estratégias de fomento e fortalecimento dos EES, permitindo-lhes ganhos de renda, de mercado e de conhecimento (capaz de gerar inovações). A OSCIP, portanto, pode ser considerada como um desses atores importantes nesse processo, por garantir a um EES importante no território um suporte para seu crescimento e fortalecimento; contribuindo, assim, para a aproximação do objetivo de construção de um efetivo ecossistema empreendedor para ESOL.

- *Sindicatos*

No que tange à presença dos sindicatos atuantes na esfera da ESOL em Araraquara, foi possível constatar algumas conexões (diretas ou indiretas) entre estes⁷¹ e os EES, tais como:

1. Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara: este sindicato atuou como ator fundamental na consolidação do grupo como associação, a partir do suporte direto em diversas frentes (como jurídica, organizacional etc.). Além disso, por meio deste sindicato, foram oferecidos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem

⁷⁰ Fonte: <http://www.ceadec.org.br/projetos/cataforte-III--negocios-sustentaveis-em-redes-solidarias/rede-rede-anastacia--sp>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁷¹ A grande maioria dos sindicatos identificados é de caráter patronal.

Rural (SENAR) a grupos de ESOL (como cursos voltados à panificação e à manipulação de alimentos, direcionado à AMA), em parceria com a Prefeitura (informação verbal)⁷²;

2. Sindicato dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar de Araraquara: através do auxílio direto da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), este sindicato auxiliou grupos como a AMCA no estabelecimento de contatos para a realização de cursos de interesse ao EES, dentre outros feitos;
3. Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara: também ofereceu alguns cursos, sobretudo voltados para a realidade a AMA. Todavia, por não corresponder exatamente ao caráter solidário do empreendimento, esses cursos não geraram resultados significativos em termos de fortalecimento do referido grupo de ESOL (informação verbal)⁷³;
4. Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara (SINCOMERCIO): também estabeleceu algumas conexões com alguns grupos de ESOL, mas de forma indireta e esporádica, que não rendeu frutos em termos de crescimento ou fortalecimento dos EES.

- *Associações Empresariais*

As associações empresariais, por sua vez, não foram vistas como peças fundamentais no processo de construção do ecossistema empreendedor solidário no município (informação verbal)⁷⁴.

Algumas poucas conexões entre essas associações e a ESOL foram relatadas por Flávia. Uma delas foi a articulação da Associação Comercial e Industrial de Araraquara (ACIA) com alguns grupos de ESOL (como a AMA e a Cooperativa Acácia), no intuito de

⁷² Informações levantadas através de entrevista realizada com Adiel Gonçalves, membro e fundador da Associação Macaxeira (Farinheira), por ligação telefônica, no ano de 2019.

⁷³ Informações captadas através das entrevistas realizadas com Camila Capacle e Flávia Andrade, por meio de mensagens de áudio, entre os anos de 2018 e 2019.

⁷⁴ Informações captadas a partir das entrevistas realizadas com Flávia e Camila, por meio de mensagens de áudio, entre os anos de 2018 e 2019.

realizar um trabalho de estruturação das associações de artesãos de Araraquara. Contudo, esse trabalho não perdurou de modo efetivo (informação verbal)⁷⁵. Com isso, pode-se constatar que as associações empresariais de Araraquara não exercem grande influência sobre os EES.

- *Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*

A partir de uma parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal, através da Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária, iniciou-se, a partir de julho de 2018, um trabalho de formação de ESOL em alguns CRAS do município (como nas unidades localizadas no bairro Parque São Paulo, no Jardim das Hortênsias, no Valle Verde etc.)⁷⁶. A partir dessas conexões, surgiu o programa “Territórios em Rede”, que proporciona à população dos bairros mais vulneráveis da cidade atividades de convivência, de “articulação e fortalecimento da rede intersetorial de proteção social” (PMA, 2018a). Nessas convivências, é enfatizada importância das práticas coletivas entre as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como são apresentadas as formas de trabalho, organização e as múltiplas atividades presentes no âmbito da ESOL que a comunidade pode desenvolver. Além disso, também são ministrados cursos para pessoas que desejam realizar trabalhos ligados às atividades de ESOL⁷⁷.

Como afirma Camila Capacle,

Quando as pessoas se unem para pensar coletivamente formas de apoio mútuo e de geração de renda alternativas ao mercado de trabalho formal, cria-se uma rede de proximidade que pode modificar a vida delas. Às vezes a renda não é imediata, mas as relações sociais podem trazer inúmeros benefícios (PMA, 2018).

Portanto, a partir de programas como esse, que viabilizam um fomento das articulações entre atores estratégicos no processo de construção do ecossistema para ESOL, torna-se possível a realização de diagnósticos acerca das participações e trabalhos das pessoas

⁷⁵ Informações obtidas por meio da entrevista realizada com Flávia Andrade, via mensagens de áudio, em 2019.

⁷⁶ As pessoas que fizeram parte desse processo, mais diretamente, foram: Camila Capacle (coordenadora executiva de trabalho e Economia Criativa e Solidária da Prefeitura Municipal de Araraquara); Celina Garrido (gestora do programa “Territórios em Rede”); Sueli Aparecida Stivanato e Ana Miriam Petito (membros de alguns CRAS citados). Fonte: <http://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2018/07/31/prefeitura-inicia-formacao-em-economia-solidaria>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁷⁷ Um desses cursos, focado em atividades de artesanato, é ministrado por Maria da Conceição da Silva, criadora e participante do grupo “Mulheres Unidas do Parque São Paulo”, listada como um dos EES mapeados no território.

pertencentes a essas comunidades. Com isso, é possível contribuir com o planejamento de assessorias de gestão de negócios para EES, bem como gerar frutos satisfatórios do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico local.

e. Os próprios EES

A arquitetura do ecossistema empreendedor solidário demanda alguns alicerces principais. Um desses alicerces são os próprios EES. Como destacado, os EES são considerados como a principal manifestação da ESOL na economia e na sociedade. Desse modo, a existência de um efetivo ecossistema de ESOL requer que esses empreendimentos sejam conectados a outros atores importantes nesse processo. Mas, requer, também, que os próprios empreendimentos (e suas “lideranças”) realizem seus esforços de fortalecimento próprio (ISENBERG, 2010).

Por esse motivo, é de fundamental relevância que os EES fortaleçam as conexões e articulações entre si. Isto é, o estabelecimento de uma rede de inter-relações (ou, uma “intercooperação”) entre os próprios empreendimentos pode gerar ganhos – em termos de crescimento e fortalecimento dos empreendimentos na esfera econômica, social e política – mais expressivos para eles próprios, em comparação com os ganhos obtidos apenas com os incentivos dos demais atores envolvidos com a ESOL (como: poder público local; universidades etc.).

Silva & Carneiro (2016) destacam algumas estratégias de formação de redes adotadas por EES, a partir dos dados obtidos com o segundo mapeamento nacional de EES realizado pela SENAES e SIES: rede de comercialização; rede de produção; central de comercialização; rede ou organização de comércio justo e solidário; rede de crédito ou finanças solidárias; cooperativa central; cadeia produtiva solidária; complexo cooperativo; e rede de consumo.

Um exemplo de um movimento que possibilita essa conexão é o projeto Rolê Feira (que pode ser caracterizado como uma “rede ou organização de comércio justo e solidário”), que, como descrito anteriormente, contribui para o fortalecimento de uma rede entre os empreendedores e produtores locais, no sentido de promover uma economia criativa, colaborativa e sustentável, através do aumento da articulação produtiva e comercial entre os EES.

Segundo Flávia Andrade, uma possibilidade para a consolidação dessa rede entre os

empreendimentos pode ser a realização de compra e venda, entre eles, dos produtos que cada um produz (informação verbal)⁷⁸. Essa articulação pode contribuir significativamente com o aumento da circulação de produtos e da renda dentro dos EES; além de permitir a troca e a difusão de conhecimento, capaz de gerar inovação e competitividade para os EES perante o mercado capitalista (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

Nesse sentido, através do estabelecimento dessas conexões com os demais agentes do território (inclusive com os próprios EES), os EES podem atuar como “peças-chave” do ecossistema, capazes de gerar ganhos em termos de desenvolvimento econômico sustentável, bem como se fortalecer de forma mais intensa dentro do território, a partir do ganho de autonomia econômica e, possivelmente, de emancipação em outras esferas – além de possibilitar um campo “mais fértil” para a entrada de novos empreendimentos no município.

4.3 – Percepção da presença dos fatores que compõem o ecossistema empreendedor solidário na realidade da ESOL em Araraquara

A partir do panorama apresentado no tópico anterior, que identificou os atores que se relacionam com a ESOL no município, é possível delinear alguns pontos relevantes para a percepção de cada um dos fatores propostos por Isenberg (2010; 2011) e pela *European Commission* (2016) – adaptados à ESOL – presentes em Araraquara.

i. Políticas Públicas de Apoio

A criação de políticas públicas voltadas para a ESOL pode ser considerada como uma importante iniciativa das entidades públicas no sentido de reconhecer a importância que a ESOL tem na sociedade, sobretudo como alternativa para a geração de trabalho e renda para muitos trabalhadores que foram excluídos do mercado de trabalho formal. Em outras palavras, a existência de políticas públicas para este campo, além de possibilitar e contribuir para o fortalecimento e dinamização da ESOL em um determinado território, se mostra como um instrumento fundamental no desenvolvimento socioeconômico local (FONSECA *et al.*, 2014).

⁷⁸ Informações baseadas nas entrevistas concedidas por Flávia, por meio de mensagens de áudio, entre os anos de 2018 e 2019.

Como enfatizam Moraes & Bacic (2018), quão mais fortes e institucionalizadas forem as políticas públicas subnacionais, maior a capacidade de existência e de manutenção dos EES em seus respectivos territórios.

De acordo com Flávia Andrade, Camila Capacle, Silvani da Silva e Sérgio Fonseca, o papel do poder público no fomento da ESOL e, portanto, para a existência de um efetivo ecossistema empreendedor solidário no município, é imprescindível (informação verbal)⁷⁹. Como já descrito e detalhado anteriormente (no tópico “governo local”), em Araraquara, desde o início dos anos 2000 (principalmente), constata-se que o suporte público esteve atuando de modo estratégico no sentido de dar fomento às atividades e empreendimentos de ESOL no território.

Como exemplo mais evidente desse amparo público aos EES, tem-se o caso da Cooperativa Acácia de Catadores de Materiais Recicláveis de Araraquara; que, desde a sua criação até os dias atuais, vem recebendo amparo e suporte do governo local (assim como de outros agentes) para a execução de suas atividades⁸⁰. Essa Cooperativa iniciou a sua história entre fins dos anos 1990 e início dos 2000, a partir do momento em que alguns catadores (cerca de 30) de um antigo lixão de Araraquara reuniram-se em prol do estabelecimento de um grupo de trabalho coletivo. Após algumas etapas desse processo, no ano de 2002, formaliza-se a “Associação Acácia de Trabalhadores com Materiais Recicláveis” no município, que passa a atuar de modo mais efetivo tanto no trabalho de coleta seletiva como nos demais estágios do processo (como a triagem dos materiais – que, até aquele momento, era realizada por uma usina na cidade).

Como detalhado por Capacle (2017), o poder público, então, passa a atuar como ator importante no processo de consolidação desse grupo dentro do município, através de um suporte direto (ou, incubação) da Acácia, de forma a alinhar e a coordenar as suas atividades. Desse modo, a SDE e a Coordenadoria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Araraquara dão início a diversos projetos em prol desta causa, como foi o caso do “Projeto Piloto de Coleta Seletiva”, implantado em alguns bairros da cidade.

A partir de então, o grupo vai conquistando, através de todo o aparato público e de outras parcerias estabelecidas a partir deste, algumas vitórias importantes em sua trajetória, tais como: obtenção de espaços para armazenamento dos materiais; meios de locomoção (como caminhonetes); equipamentos para a realização de suas atividades; entre outros.

⁷⁹ Informações concedidas por Camila Capacle, Flávia Andrade e Sérgio Fonseca em entrevistas realizadas com estes através de mensagens de áudio (as duas primeiras) e presencialmente (último), ambos em 2019.

⁸⁰ Para mais informações a respeito da história da Cooperativa Acácia, consultar: Capacle (2017).

Entre os anos de 2005 e 2006, quando é criada a Coordenadoria de Economia Social e Solidária (CESS) e elaborado o Programa de Economia Solidária para a cidade, a Acácia recebe novos incentivos, após alguns anos de muitos desafios enfrentados. Dentre esses incentivos, criou-se o chamado “Conselho Gestor para Coleta Seletiva”, com o objetivo de implantar a coleta seletiva no município. Neste Conselho, participaram ativamente, durante alguns anos, membros da própria Acácia, bem como figuras do governo local ligadas à ESOL. E, como resultado desse movimento, tem-se a criação do “Programa Municipal de Coleta Seletiva” e o início do processo de formação da Cooperativa Acácia (cujo Estatuto fora elaborado em conjunto com os seus próprios membros e assessorado pela CESS), que permitiu à mesma a consolidação de suas atividades no território (CAPACLE, 2017).

No ano de 2007⁸¹, a Cooperativa amplia a cobertura da coleta seletiva no município para 100%. E, além disso, nos anos subsequentes, também obtém importantes auxílios financeiros, advindos, sobretudo, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸², no valor de R\$ 240.000,00 e R\$ 269.370,00, respectivamente, que contribuíram significativamente para compra de diversos materiais e equipamentos, modernizando e inovando, assim, as atividades da Cooperativa (CAPACLE, 2017).

A Cooperativa Acácia, portanto, vem se fortalecendo no território ao longo dos anos, com o apoio direto do poder público local. Importante ressaltar, também, que, desde 2008, esta Cooperativa mantém firmado com a Prefeitura Municipal um contrato oficial de prestação de serviços de coleta seletiva no município – sendo este, de acordo com Capacle (2017), um dos primeiros do Brasil a entrar em vigor.

Além do exemplo da Cooperativa Acácia, é importante citar, também, o papel do Conselho Municipal de Economia Solidária do município. O Conselho, criado em 2019, pode ser considerado como um dos pilares na construção do ecossistema empreendedor solidário, visto que ele é, em sua essência, a cristalização de um esforço e avanço no sentido da criação de canais institucionalizados de contato entre o poder público local e a sociedade civil, cuja composição encontra-se disponível no Anexo B desta monografia.

Essa democratização da governança torna a criação, monitoramento e avaliação de políticas públicas um processo “co-construído” por diversos atores. Como enfatiza Carneiro (2002, p. 280),

⁸¹ Momento em que o NEESC, em parceria com a prefeitura, realizava um trabalho de diagnóstico da Acácia e de outros EES na cidade.

⁸² Através da inscrição e aprovação da Acácia em um projeto destinado às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Os conselhos são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada e de publicização das ações do governo. Dessa forma, constituem espaços de argumentação sobre (e de redefinição de) valores, normas e procedimentos, de formação de consensos, de transformação de preferências e de construção de identidades sociais. Têm poder de agenda e podem interferir, de forma significativa, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos. Os conselhos, como espaços de formação das vontades e da opinião, são também mecanismos de ação, que inserem na agenda governamental as demandas e os temas de interesse público, para que sejam absorvidos, articulados politicamente e implementados sob a forma de políticas públicas. Portanto, mais do que um canal comunicacional para ressonância das demandas sociais, os conselhos possuem dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivos as questões, os valores e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil.

Em linhas gerais, constata-se que as políticas de apoio, figuradas pela atuação do governo local, assumem uma posição importante e estratégica no sentido do fomento dos EES (e, portanto, da ESOL) no território. E, a partir de um olhar histórico, é possível identificar que as principais articulações entre os EES e o poder público local devem ser estabelecidas através de relações que sejam capazes de garantir uma sustentabilidade na atuação dos EES dentro do mercado, bem como viabilizar aos mesmos um caminho de fortalecimento e emancipação no território – como é o caso de uma relação contratual de exclusividade na prestação de algum tipo de serviço oferecido por um determinado EES.

ii. Acesso a Recursos Financeiros

Como enfatiza Silva (2018, p. 8), com base em constatações de França Filho & Laville (2006),

A organização econômica e a mobilização dos recursos numa ótica solidária e cooperativa [...] possuem como finalidade não somente a manutenção imediata de seus agentes, chamada de “reprodução simples da vida”, mas principalmente ultrapassar essa fase em direção a uma “reprodução ampliada”, inserida em contextos diferenciados de sociabilidade.

Nesse sentido, com base nas informações obtidas com as entrevistas realizadas junto aos atores previstos neste trabalho, foi possível identificar as principais fontes de financiamento dos EES de Araraquara: Banco do Povo Paulista; BNDES; Fundação Banco do

Brasil (FBB); FUNASA; e algumas outras parcerias menores.

Como destacado anteriormente, a partir do estabelecimento de uma conexão entre a Prefeitura de Araraquara e o Banco do Povo Paulista, os micro e pequenos empreendedores (formais ou informais), associações e cooperativas poderiam obter financiamentos para seu capital de giro e investimento fixo, favorecendo, assim, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades.

Conforme consta na LDO do município, de 2018 (p. 73), a respeito da parceria da Prefeitura com o Banco do Povo,

O microcrédito popular constitui-se [como uma] alternativa de democratização do sistema financeiro, ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas dos micros e pequenos empreendimentos individuais ou coletivos, formais ou informais, geralmente excluídos do sistema bancário tradicional. O crédito popular é viabilizado através da oferta de recursos financeiros, a taxas de juros acessíveis, exigências mais adequadas à realidade do seu público alvo e agilidade na sua liberação, de forma a estimular a atividade econômica e reduzir a pressão do desemprego.

Segundo Flávia, apesar de existir a real possibilidade de obtenção de recursos financeiros para os EES – visto que o Banco do Povo, segundo Camila, realizou, uma vez, um empréstimo de recursos para um EES de Araraquara (que, no caso, foi a Cooperativa Acácia)⁸³ –, na prática, tal procedimento é mais burocrático (informação verbal)⁸⁴. Dentre essas burocracias, sublinham-se algumas:

- Um dos pré-requisitos para a obtenção desses recursos é o de que todos os membros do empreendimento em questão não tenham restrições cadastrais no *Serasa Experian*⁸⁵ e/ou no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) Estadual. Este é um fator torna a possibilidade de captação de crédito mais trabalhosa, visto que, em sua grande maioria, as pessoas que compõem os EES são de baixa renda. Portanto, a chance de essas pessoas não terem qualquer pendência financeira do tipo é muito reduzida;

⁸³ Não se obteve informações do valor exato desse empréstimo. Todavia, como consta no próprio site do Banco do Povo, o valor de crédito oferecido a associações e cooperativas produtivas ou de trabalho situa-se entre R\$ 200,00 e R\$ 25.000,00. Fonte: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/requisitos-para-solicitacao/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

⁸⁴ Dados obtidos através das entrevistas realizadas com Camila e Flávia, por meio de mensagens de áudio, entre os anos de 2018 e 2019.

⁸⁵ É uma empresa de análise de informações para fins liberação de crédito ao consumidor.

- Outro pré-requisito para a obtenção desses recursos é a existência de uma determinada “renda mínima” para os membros dos EES, que, como salientado, é um ponto de fragilidade para os trabalhadores dos EES;
- A avaliação do crédito acontece dentro do próprio governo de São Paulo. A implicação disso é o aumento da burocracia; além do fato de que os agentes públicos de Araraquara não podem interferir nesse procedimento.

Soma-se a isso o fato de não existir, ainda, em âmbito municipal, outra fonte de micro crédito; ou, até mesmo, uma cooperativa de crédito, que poderia diminuir a elevada dependência do crédito proveniente do Banco do Povo⁸⁶.

Ademais, dependendo do tipo de organização do EES (associação, cooperativa, grupo informal etc.), o acesso a esses recursos torna-se mais difícil. Para o caso das associações, Silva & Carneiro (2016, p. 21) ressaltam que, embora estas “constituam uma alternativa intermediária de formalização, dada sua simplicidade jurídica, elas são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial”. No tangente aos grupos informais, os autores afirmam que o “acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio” torna-se mais trabalhoso e burocrático, “além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho” (*ibid.*, p. 21). Nesse caso, os autores constatam que “a personalidade jurídica de sociedade cooperativa seria, nesse entendimento, a mais recomendada institucionalmente para o exercício social de uma atividade econômica coletiva” (*ibid.*, p. 21)⁸⁷ – o que, portanto, poderia tornar o acesso ao crédito mais fácil.

Diferentemente do Banco do Povo, o auxílio financeiro proveniente do BNDES, da FBB e da FUNASA são pontuais. Isto é, os recursos obtidos através dessas instituições necessitam de abertura de editais específicos, que contemplem os EES. Como já descrito anteriormente, já aconteceu, em Araraquara, a real possibilidade de captação de recursos desses órgãos, que contemplou, principalmente, a Cooperativa Acácia. Contudo, a inscrição

⁸⁶ Este que, segundo informações obtidas com agentes de crédito da unidade do Banco do Povo de Araraquara, retomou as suas atividades em maio de 2018, após alguns anos de inatividade no município.

⁸⁷ Nesse contexto, os autores afirmam que “o excesso de procedimentos burocráticos previstos em lei para a formalização de cooperativas no Brasil e a maior complexidade administrativa que lhe é exigida fazem com que muitos coletivos de trabalhadores não se sintam motivados a despender tempo e recursos adicionais para realizar essa formalização de seu empreendimento, mantendo-se como associação ou mesmo na informalidade. Grande parte desses fatores resulta do próprio marco normativo do cooperativismo no Brasil, regido por uma lei geral antiga e bastante controversa (Lei no 5.764/1971)” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 21).

nesses projetos nem sempre é algo fácil, segundo Camila, visto que esses editais também são burocráticos e exigem uma documentação específica (que, muitas vezes, não se encontra disponível facilmente nos EES), além do fator concorrencial que envolve todo o processo (informação verbal)⁸⁸.

Com base nas informações obtidas, é possível verificar que, em Araraquara, embora exista algum grau de articulação entre os EES e os atores ofertantes de crédito para atividades ligadas à ESOL, ainda persiste um cenário de relativa escassez de oferta de crédito para esses grupos. As causas dessas percepções encontram-se, sobretudo, na elevada burocracia envolvida no processo de obtenção de recursos financeiros de uma das únicas fontes de microcrédito local, representada pela figura do Banco do Povo Paulista. Acrescenta-se a isso o fato de que a não existência de uma cooperativa de crédito em um município que tem um significativo esforço de fomento à ESOL possa representar alguns “degraus a mais” na escada que direciona os EES à emancipação futura dentro do território. Isso porque a disponibilidade de crédito aos EES evita que estes se prendam a um “ciclo vicioso”,

Onde não conseguem investir devido a sua baixa capacidade de geração de excedente; e por não investirem, não conseguem potencializar sua estrutura produtiva para poderem gerar maior excedente econômico (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 30).

Nas palavras de Abramovay (2004 *apud* SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 32),

O baixo índice de acesso a crédito não compromete apenas a capacidade de investimento dos EES, mas também sua disponibilidade de capital de giro para resolver pendências financeiras no dia a dia de suas atividades. Como os pequenos empreendimentos apresentam pouca disponibilidade de caixa, muitas vezes não resistem a oscilações na demanda. Os efeitos destrutivos desta oscilação podem ser atenuados por serviços financeiros mais adequados a sua realidade.

Portanto,

Tal realidade traz à tona a importância do desenvolvimento de programas de apoio e assessoria técnica a esses empreendimentos para que consigam atender aos requisitos necessários para sua formalização, de acordo com as características de cada um.

⁸⁸ Informações captadas através de entrevista realizada com Camila Capacle, por meio de mensagens de áudio, em 2019.

Para Tavares & Belluzzo (2002), a ESOL figura-se como um dos pilares fundamentais na constituição de um desenvolvimento econômico e social sustentado. Nesse sentido, para os autores, o crédito torna-se um fator essencial no fomento desta causa. Portanto, deve-se

Incentivar e desbloquear as instituições de crédito popular e cooperativo. Para tanto, as atuais restrições ao crédito cooperativo e aos depósitos populares em bancos do povo deveriam ser eliminadas. O seguro de depósito teria de ser estendido aos bancos populares e cooperativos, sob pena de não se ter *funding* suficiente para o financiamento de atividades não favorecidas pelo mercado. Sem esse núcleo de instituições financeiras não é possível ampliar a economia solidária (*ibid.*, p. 178).

iii. *Fatores Culturais*

Verifica-se, no município, tentativas de se fomentar uma cultura empreendedora com os membros dos EES. Dentre os principais exemplos de tentativas realizadas nesse sentido, destacam-se as diversas parcerias estabelecidas entre a Prefeitura de Araraquara e os agentes do Sistema S (SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) etc.).

Como já mencionado, a partir de uma conexão entre a Prefeitura e o SEBRAE, tentou-se fomentar essa cultura empreendedora junto às pessoas envolvidas com os EES, de modo a adequá-la à realidade que permeia dentro das empresas de ESOL. Foram oferecidos, nesse sentido, diversos cursos voltados para pequenos empreendedores, bem como a criação de um projeto, pelo SEBRAE, em parcerias com as prefeituras municipais, denominado “Juntos Somos Fortes”, cujo enfoque foi a realização de cursos com o objetivo de despertar nos participantes a cultura da cooperação, assim como valores e atitudes indispensáveis às práticas associativas.

Mais recentemente (no ano de 2019), consta-se um novo esforço na promoção de cursos que podem auxiliar os EES em sua gestão e organização. Essas iniciativas estão sendo promovidas no “Espaço Kaparaó”, como resultado de parcerias entre a Prefeitura do município e agentes do Sistema S (como SEBRAE, SENAI, o SENAC etc.). Essas medidas têm se mostrado como uma nova alternativa de tentar se promover oportunidades profissionalizantes para os grupos mais vulneráveis socioeconomicamente (como é o caso da maioria dos membros dos EES). Um exemplo desses esforços tem sido o oferecimento de cursos gratuitos na área de “Soluções de Gestão”, destinadas a artesãos (que incluem alguns membros dos EES) do município e a beneficiários do Programa de Incentivo à Inclusão Social

(PIIS), do programa “Frentes da Cidadania”⁸⁹. Como enfatiza Camila Capacle (em PMA, 2019),

Nós queremos qualificar esses artesãos. Assim, eles podem começar a pensar no trabalho deles como um negócio [...]. O mesmo se encaixa aos beneficiários do PIIS. Quando eles terminarem o projeto, eles vão poder ter condições de empreender e abrir algum negócio próprio.

Com base nas experiências dos EES de Araraquara, portanto, verificou-se um esforço no sentido de se promover iniciativas que pudessem possibilitar um aprofundamento de conhecimentos ligados ao empreendedorismo e gerenciamento de pequenas empresas, direcionados ao caso dos EES. Em alguns casos, percebeu-se esses cursos não criaram articulações fortes o suficiente – no caso, entre os EES e os agentes do Sistema S, principalmente –, no sentido de se fomentar uma cultura empreendedora. Todavia, iniciativas mais recentes têm se mostrado como potenciais impulsionadoras de cultura empreendedora para os EES.

Além disso, novos projetos estão sendo construídos por meio da parceria entre a Prefeitura e o SEBRAE, tal como é o projeto que prevê a criação da OPP, que permite um diálogo mais próximo entre esses atores estratégicos de ESOL no município; e contribui, portanto, para a efetiva construção de um ecossistema para ESOL no território.

Por um lado, Sérgio Fonseca defende que esse fator (ligado ao fomento da cultura) pode impulsionar a ESOL no território, porém não é um fator primordial (assim como as políticas públicas, por exemplo). Por outro, para Flávia, Silvani, Camila e Luciane, esse aspecto é relevante e, por esse motivo, a sua ausência se torna um empecilho quando se fala na construção de um ecossistema empreendedor solidário em Araraquara (informação verbal)⁹⁰. Desse modo, o empenho em se construir uma “cultura empreendedora” e, ao mesmo tempo, aprofundar as culturas inerentes aos próprios EES, pode contribuir significativamente com o fortalecimento dos próprios EES, dando-lhes autonomia dentro do sistema econômico e da sociedade civil.

⁸⁹ O “Frentes da Cidadania” se refere a um programa de “incentivo à inclusão social e no mercado de trabalho por meio da qualificação e da prática profissional”, direcionado às pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente. Para mais informações, consultar: <http://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/assistencia-e-desenvolvimento-social/paginas-desenvolvimento/conteudo/frentes-da-cidadania>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁹⁰ Informações captadas por meio das entrevistas realizadas em 2018 e 2019 com Sérgio Fonseca (presencial), Flávia Andrade, Camila Capacle (ambas por meio de mensagens de áudio) e Luciane Frigieri (presencial).

iv. *Infraestruturas de Apoio*

Do ponto de vista da infraestrutura que dá suporte à ESOL no município, destaca-se o importante trabalho do governo local, através do Conselho Municipal de Economia Solidária e da Coordenadoria de Economia Solidária, e suas conexões estabelecidas com outras entidades que contribuem com o fomento da ESOL.

Desde o início da consolidação dos diversos EES no município, o poder público local tem exercido um importante papel no sentido de prover infraestruturas para esses grupos, sobretudo via parcerias com outras entidades. Esse apoio pode ser traduzido em infraestruturas físicas e “não físicas” (tais como infraestruturas jurídicas). Em se tratando do provimento de locais para os EES exercerem as suas atividades, é possível destacar a parceria estabelecida entre a Prefeitura e alguns atores importantes para tal, tais como: Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara; INCRA; ITESP; CRAS etc. No caso das infraestruturas “não físicas”, é possível citar: OSCIP; Rede Anastácia; sindicatos; atores do Sistema S; universidades locais (como a UNESP e a Universidade de Araraquara - UNIARA); BNDES; FBB; FUNASA; Banco do Povo; e algumas empresas privadas (locais ou não) – entre outros.

Constatou-se, através das entrevistas realizadas com os membros dos EES e com agentes do poder público local, que os principais atores que se articulam e/ou que oferecem algum tipo de infraestrutura de apoio aos EES são:

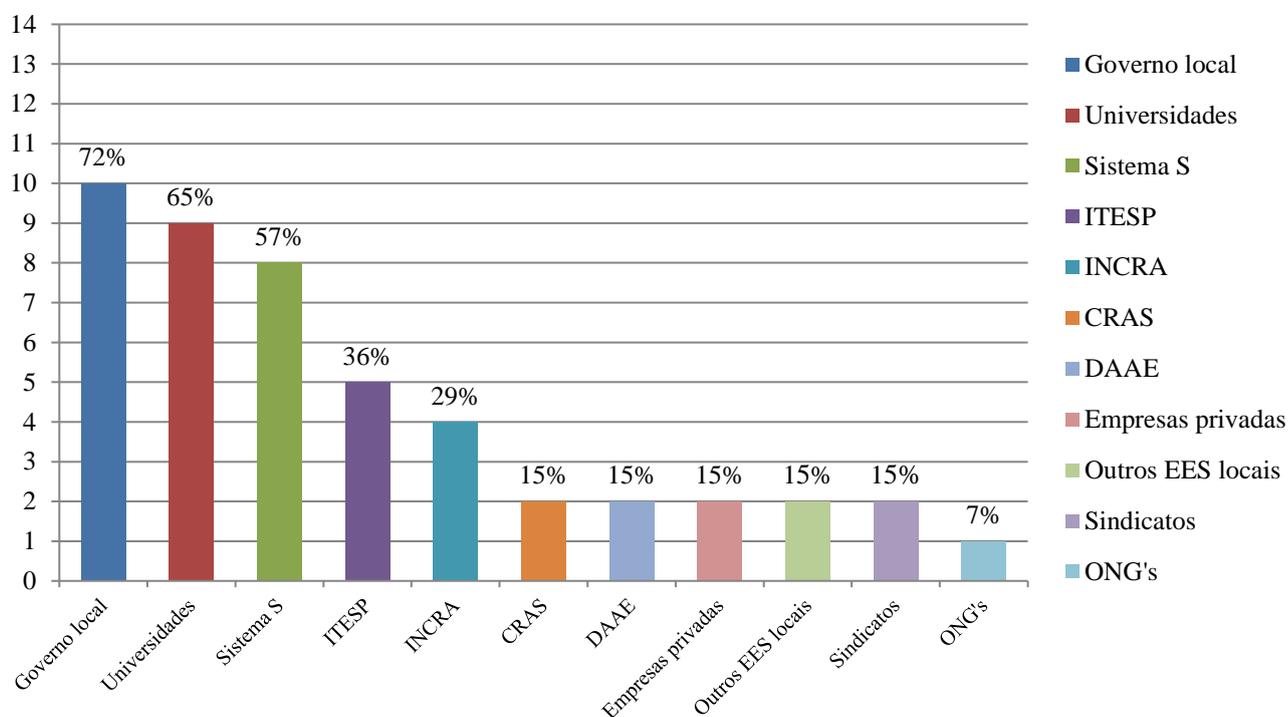
Quadro 3 - Principais atores que oferecem algum tipo de infraestrutura de apoio aos EES

Empreendimentos	Principais atores que fornecem algum tipo de suporte aos EES
AMA	Governo local, ITESP, SENAR, SEBRAE, UNESP/NEPESC/INCONESP/NEESC e UNIARA
AMCA	Governo local, UNESP, UNIARA, UFSCar, SEBRAE, SENAR, Sindicato dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar de Araraquara e INCRA
Associação de Artesãos Mãos Que Criam	Governo local e SEBRAE
Associação Macaxeira	Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, INCRA e SEBRAE
ATCAAR	Governo local, SEBRAE e UNIARA
COOBELA	Governo local, INCRA, UNESP e SEBRAE
COOPAM	Governo local, ITESP, SEBRAE, SENAR, UNIARA, UNESP e Cooperativa Acácia
Cooperativa Acácia	Governo local, UNESP/NEESC/NEPESC/INCONESP, UFSCar, UNIARA, Rede Anastácia, OSCIP, DAAE, Tetra Pak, Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), <i>shopping Jaraguá</i> , BNDES, FBB, FUNASA e Banco do Povo
COOPERSOL	Governo local e ITESP
Grupo de Artesanato do Bela Vista	UNESP/ENACTUS, SEBRAE, ITESP e INCRA
Grupo de Palha - Bela Vista	ITESP
Horta Comunitária Zona Norte	UNESP/NEPESC, governo local, DAAE e FBB
Luz do Valle	UNESP/ENACTUS e CRAS
Mulheres Unidas do Parque São Paulo	Governo local, CRAS, Cooperativa Acácia e Araquímica

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas com os atores de ESOL locais.

Segue, logo abaixo, a Figura 4, que mostra a intensidade da presença de cada um dos atores listados acima (que se articulam e/ou são responsáveis por prover algum tipo de infraestrutura de apoio aos EES) em relação ao total de EES listados:

Figura 4 - Intensidade da presença dos atores que se articulam e/ou são responsáveis pelo provimento de infraestruturas de apoio em relação ao total de EES listados



Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas com os atores de ESOL locais.

v. *Capital Humano*

O capital humano, de acordo com Sérgio Fonseca, é outro elemento de singular relevância para a ESOL no território (informação verbal)⁹¹. Aliando-se aos outros constructos, este fator pode contribuir com o fortalecimento dos EES em termos técnicos, administrativos e gerenciais (etc.), e, assim, proporcionar uma posição de maior autonomia por parte dos mesmos. Entretanto, sabe-se que o quesito “conhecimento técnico”, proveniente dos meios educacionais, é um fator que muitos empreendimentos demandam. Isso porque, como já sublinhado, a maior parte das pessoas envolvidas com os empreendimentos não possuem elevada alfabetização; e, em muitos casos, a própria localização do EES não permite o fácil acesso a esses recursos. Por esse motivo, é importante que exista a difusão do conhecimento adquirido em entidades educativas.

Tomando como exemplo a universidade (ou as próprias incubadoras) – representada

⁹¹ Informação obtida com Sérgio Fonseca, através de entrevista realizada com o mesmo, presencialmente (no campus da UNESP, em Araraquara), no ano de 2019.

pela UNESP, NEESC, NEPESC, INCONESP, ENACTUS, UNIARA etc. –, por meio das diversas pesquisas que estas realizam no território (como àquelas que captam as especificidades dos EES), é possível, mediante à estruturação das informações, construir projetos, programas e afins em prol da ESOL no município. Nesse sentido, além dos projetos desenvolvidos pelo ENACTUS e NEESC (etc.) já descritos nos tópicos anteriores, é possível citar, como exemplo mais recente, a conquista de dois projetos importantes, direcionados a dois EES locais, que foram desenvolvidos pelo NEPESC:

- Horta Comunitária da Zona Norte: foi elaborado e aprovado um projeto vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o título “Corredor Agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara (SP)”, cujo principal objetivo é o de “alcançar, simultaneamente, a recuperação do manancial, a canalização do corredor e o preparo do terreno para a horta, no intuito de fortalecer a população do território com a preservação ambiental, geração de renda, educação ambiental e alimentar e construção de um espaço público coletivo” (contido no projeto submetido ao CNPq/MCTIC/MDS no. 36/2018 – TECNOLOGIA SOCIAL). A partir dessa iniciativa, outro projeto de extensão (também ligado à Horta Comunitária), com o nome de “Arte e Cultura Popular para a Produção Agroecológica Comunitária Periférica”, conquistou um certificado da FBB de “tecnologia social”⁹²;
- Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) – “Padoka”: foi elaborado e aprovado um projeto vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX), da UNESP, com o título “Enriquecimento de saberes populares em produtos de panificação: o caso da Padoka do Assentamento Monte Alegre”, que tem como objetivo central o de “aprimorar quatro processos inerentes ao funcionamento da Padoka: o de gestão administrativa; o de gestão econômica; o de logística e o de gestão da produção e conservação dos alimentos – este último incluindo o foco nos aspectos nutricionais” (contido no projeto submetido ao PROEX, em 2019).

⁹² Para mais informações, consultar: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/34824/iniciativas-da-unesp-ganham-certificado-de-tecnologia-social/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Nota-se, assim, que todos esses suportes que partem de dentro da universidade e que chegam até a realidade que permeia os EES constituem-se como importantes estratégias para que se possa alcançar e concretizar a emancipação desses grupos. E, com isso, torna-se mais fácil o desenho de políticas públicas específicas para esses empreendimentos. Assim, mesmo que não exista fácil acesso ao conhecimento por parte da maioria dos trabalhadores dos empreendimentos, pode-se afirmar que é possível adaptar, moldar e direcionar esses conhecimentos para essas pessoas, no intuito de proporcionar melhores condições para que os EES prosperem.

vi. *Acesso aos Mercados*

Como relatou Flávia Andrade, em Araraquara existem algumas iniciativas que possibilitam aos EES disporem de mais fácil acesso aos mercados (informação verbal)⁹³. Dentre algumas dessas experiências, podem-se destacar diversos casos de projeções em espaços públicos – que correspondem ao caráter associado à “finalidade multidimensional” dos EES, proposto por França Filho & Laville (2004) –, manifestados através das várias feiras que ocorrem no município (muitas promovidas pelos próprios empreendimentos) com frequência (e, algumas, até mesmo de caráter fixo), como é o caso da Feira Noturna, que acontece na antiga estação ferroviária, às quintas-feiras; da Feira de Alimentos, que ocorre às terças, na praça do DAAE de Araraquara; do projeto Rolê Feira, que se realiza na Praça do Faveral, mensalmente; da Feira do Meio; da Feira do Pôr do Sol; da FACIRA “Brasil – Portugal. Agora Internacional” (feira ocorrida entre 21 e 25 de agosto de 2019, em Araraquara); entre outras.

Como enfatiza Silva & Carneiro (2016, p. 16),

Tais eventos são relevantes tanto por seu potencial de integração entre produtores e consumidores quanto pela integração dos próprios empreendimentos e seus associados, propiciando a troca de saberes e de vivências entre grupos de diferentes localidades, além de estreitar suas relações para outras estratégias de troca e colaboração.

Existem, também, alguns pontos fixos de comercialização de produtos dos

⁹³ Informações obtidas com entrevista realizada com Flávia, via mensagens de áudio, em 2019.

empreendimentos, como é o caso do espaço ocupado pela Associação Mãos Que Criam, instalada no Terminal de Integração, no centro da cidade.

O “Circuito dos Sabores”, criado a partir da AMA, também pode ser considerado como uma importante iniciativa no sentido de ampliar os mercados para os produtos dos EES. Esse programa surgiu a partir de esforços da própria AMA, juntamente com a Prefeitura Municipal (através da Coordenadoria de Agricultura, de Economia Solidária e de Turismo, principalmente), o ITESP, o SENAR, o SEBRAE e a UNESP/NEPESC (entre outros), no intuito de se promover os produtos alimentícios e artesanais produzidos no assentamento⁹⁴ e fomentar o turismo rural; contribuindo, assim, com a geração de renda, trabalho e desenvolvimento sustentável para o local. O Circuito dos Sabores é frequentado por muitas pessoas, que, além de desfrutarem dos produtos vendidos no próprio Circuito, desfrutam das belezas naturais que dispõe o Assentamento Monte Alegre. Ademais, esse espaço também é frequentado por um conjunto de aproximadamente cento e cinquenta ciclistas, que, aos finais de semana, fazem o uso das estradas do assentamento para a realização de trilhas e aproveitam para desfrutar dos produtos comercializados no Circuito. Esses ciclistas, inclusive, foram os responsáveis pelo apelido dado à AMA, de “Padoka”.

Existe, também, um enfoque semelhante ao do Circuito dos Sabores do Monte Alegre, que é o “Turismo Rural Bela Vista” (“Café com Coronel”), um projeto que ainda não foi implementado, mas que tem por objetivo criar um espaço de turismo rural, de modo a aproveitar a história, a cultura e as curiosidades existentes no local. Lugares como a seringueira, a Cozinha Comunitária, a igreja de São Judas Tadeu e o Casarão do Coronel (monumento cultural que atrai grande público devido à sua história) seriam capazes de atrair visitantes, o que tornaria favorável a comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres assentadas envolvidas no projeto – que seria realizada no formato de um café da manhã, em frente ao Casarão do Coronel, entre as 8h e às 9h.

Rêgo (2014) e Silva & Carneiro (2016) afirmam que essas relações baseadas no “consumo solidário” e no “comércio justo” (“*fair trade*”) “surgem como alternativa no sentido de construir estratégias de compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores, vendedores e consumidores” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 16). Tais relações

Envolvem pessoas e organizações no intuito de comprar determinados produtos com base em relações diferentes daquelas comuns ao mercado convencional, isto é,

⁹⁴ No qual tiveram quatorze produtores capacitados, através de cursos do SENAR, para a realização dessas atividades.

buscando estabelecer novas relações entre produtores e consumidores com vistas a superar a intermediação comercial, sobretudo no caso de alimentos (como no caso de compras de alimentos agroecológicos e produtos tradicionais) (*ibid.*, p. 16).

Como consequência disso, os chamados “circuitos curtos de comercialização” são estimulados no território, com vistas a criar uma “proximidade entre produtores e consumidores”, que

Permite minimizar problemas como os altos custos de transporte, a necessidade de embalagens e armazenamentos por maior período, além de favorecer a relação direta entre as partes envolvidas nas negociações e a desconcentração do poder de mercado de grandes redes varejistas (*ibid.*, p. 16).

Outro fator importante para fomentar as vendas dos produtos dos empreendimentos – neste caso, produtos agrícolas – são as Organizações de Controle Social (OCS). Em Araraquara, as OCS estão presentes em quatro assentamentos, dentre os quais, destacam-se: o Bela Vista e o Monte Alegre. O objetivo dessas OCS é garantir a qualidade da produção orgânica, realizada por grupos, associações ou cooperativas de ESOL. Nesse sentido, o papel da OCS contribui significativamente para a comercialização dos produtos dos EES, por fornecer garantias ao consumidor final, em relação à procedência orgânica dos produtos desses assentamentos.

Ademais, em se tratando da constituição de outras estratégias para aumentar o acesso aos mercados pelos EES, Rêgo (2014) e Silva & Carneiro (2016, p. 16) afirmam que as “centrais de comercialização” surgem “como outra estratégia comum de articulação envolvendo um conjunto de empreendimentos” (*ibid.*, p. 16). Segundo eles, essas centrais

São geralmente constituídas em forma de lojas ou espaços fixos de comercialização, muitas vezes em parceria com o poder público local. Independentemente de seu formato ou tamanho, as centrais têm como objetivo superar de forma coletiva algumas barreiras para a comercialização que os empreendimentos encontram ao agirem individualmente, como a diminuição dos custos de instalação e divulgação; a aquisição de preços mais vantajosos de insumo, por meio da compra coletiva; o compartilhamento logístico e de estrutura de armazenamento; o maior fluxo de informação entre produtores e consumidores, entre outras vantagens.

Assim, percebe-se que existe uma significativa movimentação e esforços em prol do aumento da visibilidade dos EES no município. Além disso, como ressalta Flávia Andrade, esses esforços tendem a se intensificar cada vez mais no futuro, para que se possa, ainda mais,

contribuir para a geração de trabalho e renda no município, via ESOL (informação verbal)⁹⁵.

Como enfatizado, para que exista um efetivo ecossistema empreendedor solidário no município, faz-se necessário o fortalecimento dos EES existentes, bem como dos alicerces que constituem as bases para a criação de novos EES. Partindo dessa constatação, foram realizadas entrevistas com membros dos EES mapeados⁹⁶, em busca de captar, sob o ponto de vista destes, o grau de importância que cada um dos constructos propugnados por Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016) têm no processo de *criação, manutenção e emancipação* dos EES dentro do território⁹⁷. A classificação do grau de importância de cada um desses fatores foi dividida em quatro categorias, que são: 1) muito importante; 2) importante; 3) neutro; ou 4) irrelevante. Os seguintes resultados foram obtidos:

Tabela 3 - Classificação do grau de relevância dos constructos propostos por Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016) para a *criação, manutenção e emancipação* de um EES no território, a partir do ponto de vista de membros dos EES mapeados (em %)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio	50,0	7,1	42,9	0,0	50,0	21,4	28,6	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso a Recursos Financeiros	50,0	28,6	21,4	0,0	50,0	42,9	7,1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Fatores Culturais	64,3	0,0	35,7	0,0	50,0	28,6	21,4	0,0	78,6	21,4	0,0	0,0
Infraestruturas de Apoio	85,7	14,3	0,0	0,0	64,3	35,7	0,0	0,0	85,7	14,3	0,0	0,0
Capital Humano	35,7	14,3	50,0	0,0	28,6	35,7	35,7	0,0	85,7	14,3	0,0	0,0
Acesso aos Mercados	78,6	14,3	0,0	7,1	85,7	7,1	0,0	7,1	92,9	7,1	0,0	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados obtidos com as entrevistas realizadas com membros dos EES.

Como se pode notar, os resultados obtidos indicam que, da perspectiva dos membros que atuam nos EES, os principais fatores que deram condições necessárias para que fossem *criados* os seus respectivos EES foram:

⁹⁵ Informação obtida com entrevista realizada com Flávia Andrade, via mensagem de áudio, em 2019.

⁹⁶ Citados no capítulo 3, onde constam os procedimentos metodológicos adotados nesta monografia.

⁹⁷ O roteiro do questionário aplicado nessas entrevistas consta no Apêndice C desta monografia.

1. Infraestruturas de Apoio
2. Acesso aos Mercados
3. Fatores Culturais
4. Políticas Públicas de Apoio e Acesso a Recursos Financeiros
5. Capital Humano

Partindo de uma perspectiva da atual situação dos EES, constatou-se que os seguintes fatores destacam-se como os mais relevantes na *manutenção* dos EES atualmente:

1. Acesso aos Mercados
2. Infraestruturas de Apoio
3. Políticas Públicas de Apoio, Acesso a Recursos Financeiros e Fatores Culturais
4. Capital Humano

E, por fim, a partir de um olhar para o futuro, as respostas obtidas pelos membros dos EES com relação aos principais fatores que podem contribuir para o ganho de autonomia destes perante aos demais agentes da sociedade e, portanto, para a *emancipação* dos EES no território, são:

1. Políticas Públicas de Apoio e Acesso a Recursos Financeiros
2. Acesso aos Mercados
3. Infraestruturas de Apoio e Capital Humano
4. Fatores Culturais

Desse modo, constatou-se que cerca de 86% dos EES presentes no município de Araraquara necessitaram de considerável infraestrutura de apoio em sua criação. Tal suporte pode traduzir-se em apoio direto ou indireto de outros atores no sentido de: provimento de espaço para a realização das atividades de produção e comercialização dos EES; doação de materiais e equipamentos para o início das atividades; suporte jurídico e/ou institucional; assessorias e consultorias; viabilização de recursos financeiros; suporte administrativo/gerencial; facilitação de conexões e estabelecimento de redes com outros

atores importantes; incubação etc.

Para o caso da manutenção dos EES nos dias atuais, para quase 86% dos mesmos se verificou que o acesso aos mercados configura-se como um fator primordial para a realização hodierna das atividades destes. Isso porque, em sua maioria (cerca de 93%), os EES atuam na esfera comercial⁹⁸. Portanto, sua atuação nos mercados é fator fundamental para que estes possam aumentar a sua produção e reduzir os custos.

Notou-se que a principal via de acesso ao mercado local acontece através das feiras locais, ambiente onde os EES expõem seus produtos à população local. Apenas alguns EES detêm de um espaço fixo para a comercialização de seus produtos (como é o caso da Associação Mãos que Criam). Contudo, observou-se que muitos EES ainda têm dificuldades em escoar sua produção, visto que nem todos têm acesso às feiras locais; e, mesmo os que possuem um local fixo, também enfrentam desafios, seja pela pouca visibilidade que o local proporciona a seus produtos, como também pelo fato de o público frequentador do respectivo local não ser muito apto a comprar os tipos de bens oferecidos pelo empreendimento.

Finalmente, averiguou-se que as políticas públicas de apoio, juntamente com o acesso aos recursos financeiros, são considerados por 100% dos EES entrevistados como fatores cruciais para a emancipação dos mesmos. No que tange às políticas públicas, como já verificado, estas atuam de forma estratégica em praticamente todas as etapas consideradas neste processo (criação, manutenção e emancipação dos EES). Todavia, elas agem de modo peculiar na emancipação dos EES. Tal circunstância se justifica pelo fato de que as políticas públicas de apoio contribuem com a criação e o fortalecimento de conexões e parcerias estratégicas entre EES e outros atores relevantes. Com essas articulações estabelecidas, os EES podem ser capazes de obter ganhos de autonomia, traduzidos em aumento da produção, melhorias nos processos produtivos, aumento das vendas, melhorias na organização e administração do empreendimento, aumento do grau de capacitação técnica dos trabalhadores envolvidos (pela realização de cursos de capacitação nas áreas de interesse) etc.

Além disso, também se verificou que o acesso aos recursos financeiros também são tidos como fundamentais para o processo de emancipação dos EES. Como destacado, o caminho de fortalecimento dos EES requer que alguns fatores essenciais sejam trabalhados. Um desses fatores é a facilidade de obtenção de recursos para a conquista de autonomia nesse aspecto. Para tal, também se reitera que é importante o estabelecimento de conexões com atores que possam contribuir com a viabilização desses recursos, tais como: universidades (que podem escrever e submeter projetos a editais específicos, para que um determinado EES

⁹⁸ Constatou-se que apenas um EES não atua diretamente na esfera comercial: a Horta Comunitária.

possa obter recursos financeiros); governo local (pode favorecer o estabelecimento de redes de contatos entre agentes estratégicos, que possam fornecer algum tipo de recurso para os EES, sejam eles em forma monetária ou em forma de materiais e equipamentos; bem como podem articular os EES a algum programa que contemple as atividades realizadas pelos EES locais; e, também, podem fornecer subsídios e/ou isenções fiscais para que os EES possam reduzir seus custos e aumentar a sua capacidade financeira de atuação no mercado); ONG's (atuando como consultor e assessor de EES, criando conexões com outros atores relevantes, que podem facilitar a captação de recursos); entre outros.

Na sequência desta monografia, será realizado um esforço no sentido de propor possíveis caminhos para que a construção de um ecossistema empreendedor para a ESOL possa ser efetivada no território.

CAPÍTULO 5: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO EM ARARAQUARA

O estudo da ESOL no município de Araraquara mostrou a existência de uma realidade permeada por diversas iniciativas que resultaram em boas bases para a criação de EES. Bases estas que, aos poucos, vêm permitindo a constituição de uma rede articulada entre os diversos atores atuantes no âmbito da ESOL local.

No capítulo anterior, constatou-se que um dos principais meios pelos quais os EES são criados, mantidos e, possivelmente, emancipados, é através das políticas públicas de apoio à ESOL. Para dez dos quatorze empreendimentos mapeados verificou-se que o poder público local – representado, sobretudo, pela Coordenadoria e pelo Conselho Municipal de Economia Solidária – atua como agente estratégico na consolidação dos três períodos dos EES descritos anteriormente. Nesse sentido, Silva *et al.* (2018) evidencia que os EES fazem parte de uma “abordagem multidisciplinar” e de “coesão social”, devendo, portanto, a sua implantação, gestão e fortalecimento estarem submetidos à vinculação de políticas públicas, movimentos sociais, projetos de apoio diversos, consultorias e assessorias de planejamento (etc.).

Quando se observa a presença da articulação entre a universidade e o governo local no estabelecimento de condições para o fortalecimento dos EES locais, identifica-se um considerável esforço para a criação de projetos estratégicos, capazes de gerar inovações e fortalecimento para estes. A UNESP, por exemplo, atuou estrategicamente (via NEESC, INCONESP, NEPESC, ENACTUS, entre outros grupos) na incubação de EES. Os casos mais evidentes foram:

- Criação de uma incubadora de EES (a INCONESP), a partir do NEESC e de um projeto aprovado pelo PRONINC, que gerou diversos ganhos para o fortalecimento da ESOL no município e plantou sementes para a futura consolidação do ecossistema empreendedor solidário. Em linhas gerais, os frutos dessa parceria foram:
 - i. Realização do primeiro Fórum de Economia Solidária e a elaboração da Carta de Princípios de Economia Solidária; a partir do qual se criou, em 2009, a Lei

- de Economia Solidária no município;
- ii. Realização de diversas feiras e festivais na cidade, que ampliou a visibilidade e o ganho de mercado e renda para os EES;
 - iii. Realização de um primeiro mapeamento e diagnóstico dos EES da época;
 - iv. Apoio e suporte direto a alguns EES, como os grupos do assentamento Monte Alegre, a Coostuara e a Cooperativa Acácia.
- Através do ENACTUS, criou-se:
 - i. O “Projeto Fuxico”, em 2016, que deu bases e suporte para o surgimento do Grupo de Artesanato do Bela Vista;
 - ii. O Projeto “Luz do Valle”, que contribuiu para a criação de um grupo (formado por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica) direcionado à produção e comercialização de velas ecológicas, gerando, assim, renda para essas mulheres.
 - Criação do NEPESC, mais recentemente (2017), que, até o presente momento, rendeu os seguintes resultados:
 - i. Realização de um novo mapeamento e diagnóstico dos EES locais;
 - ii. Realização do I Congresso Internacional de Democracia Participativa: Participação Popular e Economia Solidária, no qual ocorreu a Feira Regional de Economia Solidária;
 - iii. Incubação direta de EES (Horta Comunitária e AMA), que rendeu a aprovação de importantes projetos de fomento para estes EES.

Em se tratando da articulação dos EES com outros agentes do ecossistema empreendedor solidário local, Morais & Bacic (2018a, p. 3) propõem que é relevante a “inserção dos EES dentro do tecido produtivo e seu apoio às ações inovadoras”. Nesse sentido, os autores afirmam que “é necessário pensar a articulação dos EES com as empresas do tecido produtivo local existentes e com novas empresas que estejam sendo criadas, seja

individualmente, seja dentro de incubadoras de empresas” (*ibid.*, p. 3). Nesse contexto, foi possível constatar dois casos marcantes de parcerias estabelecidas entre EES e outras empresas locais, que contribuem exponencialmente para a ampliação dos mercados das empresas de ESOL no território. Um deles é o caso da Cooperativa Acácia, que, através de articulações com a OSCIP, conquistou uma parceria estratégica (no início de 2019) com o *shopping* Jaraguá, localizado na cidade, por meio de um projeto de “Gestão de Resíduos Sólidos” (de Logística Reversa), a partir do qual se torna possível a captação, pela Cooperativa, de todo o volume de resíduos sólidos recicláveis produzidos no *shopping*. Além disso, a Cooperativa também mantém parcerias com a Tetra Pak e com a ABIHPEC, que também estimulam o crescimento e fortalecimento do empreendimento pelas vias do “acesso aos mercados”.

De modo semelhante, tem-se o caso do grupo das MUPSP, direcionado à produção de sabão. O resultado das pesquisas de campo indicou que este grupo vem conquistando parceria estratégica com uma empresa local, do ramo de produtos de limpeza – a “Araquímica”⁹⁹. Essa conexão entre um EES e uma empresa, para além de permitir um aumento de renda para os trabalhadores (com o aumento das vendas), também possibilita uma melhoria nos processos produtivos dos produtos, visto que essas parcerias exigem, em muitos casos, selos de qualidade específicos, elevando, assim, a qualidade dos produtos advindos do EES em questão. Por outro lado, sabe-se que a conquista da garantia de qualidade dos produtos também envolve um processo burocrático, que, em muitos casos, requer um envolvimento jurídico e financeiro considerável. Por esse motivo, é importante enfatizar o papel de atores que contribuam com conhecimentos técnicos e consultorias, necessários para o estabelecimento dessas parcerias estratégicas entre EES e empresas tradicionais.

Ademais, constatou-se a existência parcerias estabelecidas entre a COOPAM, COOPERSOL e a COOBELA e a Prefeitura local, que resultou na inclusão destas Cooperativas em diversos programas estratégicos, tais como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – por meio do qual são direcionados os produtos alimentícios produzidos nos EES às escolas, com o objetivo de serem constituídos em merenda escolar de qualidade para os estudantes –; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰⁰; Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS); Programa de Assistência Técnica e

⁹⁹ Para mais informações, consultar: <http://www.araquimica.net.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

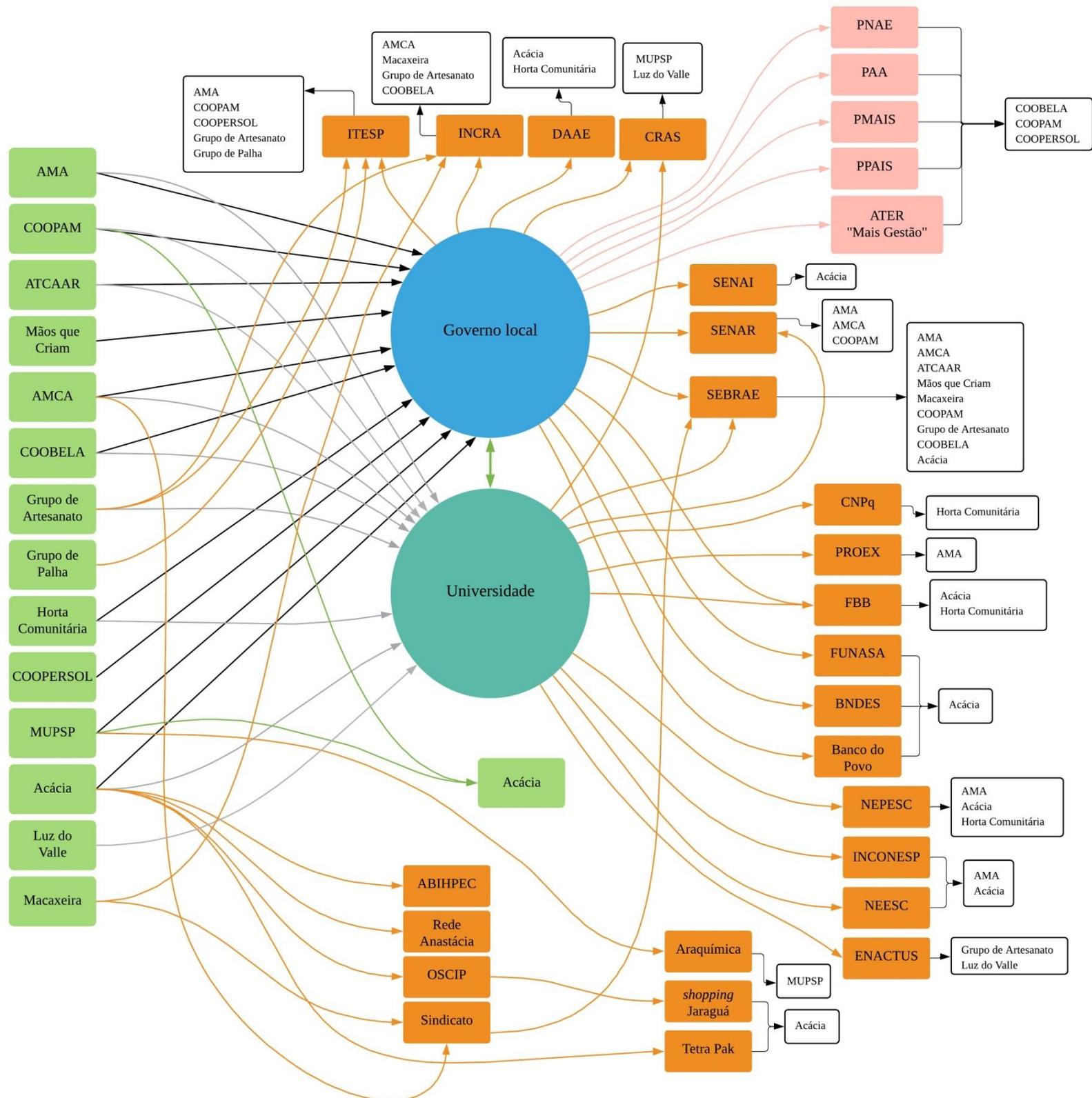
¹⁰⁰ O PAA é um programa da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, criado em 2003, com o objetivo de “promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar”. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 02 set. 2019.

Extensão Rural para Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (ATER “Mais Gestão”); Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social (PMAIS); entre outros.

Para o caso das conexões dos EES com os demais atores do ecossistema, o que se tem percebido é que, quase sempre, essas parcerias acontecem com uma interlocução do poder público local e/ou da universidade. Isto é, desde os agentes fomentadores de “cultura empreendedora” (como o Sistema S) até os atores que fornecem algum tipo de infraestrutura de apoio (física ou não, como ITESP, INCRA, OSCIP, CRAS, sindicatos etc.) para os EES, o que se nota é a existência de uma intermediação do governo local (figurado pela Coordenadoria e Conselho de Economia Solidária) e/ou da universidade, no sentido de atuarem como “facilitadores” de parcerias.

Como descrito anteriormente, a articulação entre essas “três esferas” (universidade, poder público e os próprios EES) compõe uma das principais artérias das articulações existentes entre os diversos atores de ESOL no território. Os dados mostraram que a maior parte das parcerias conquistadas entre EES e algum agente estratégico foi facilitada pelo papel da universidade (atuando como incubadora e dando suporte na elaboração e aprovação de projetos de fomento direcionados a empreendimentos de ESOL) e do governo local (através do amparo institucional e jurídico aos EES, demonstrado pelas diversas iniciativas em prol da ESOL). Com base nisso, pode-se chegar ao seguinte formato do atual arranjo do ecossistema empreendedor solidário presente em Araraquara atualmente:

Figura 5 - Principais atores e articulações que compõem o atual arranjo do ecossistema empreendedor solidário em Araraquara



Fonte: elaboração própria através da plataforma *Lucidchart*, com base nos dados obtidos com as entrevistas realizadas com atores envolvidos com a ESOL em Araraquara.

Partindo da constatação – como observado na Figura 5 – de que existem três “elos” principais pelos quais os atores de ESOL no município se articulam, é possível entender que a construção do ecossistema empreendedor no município de Araraquara pode ser viabilizada através da consideração do modelo da “Hélice Tríplice” ou “Hélice Tripla”¹⁰¹, que prevê a existência de três pilares essenciais para a efetivação de um ecossistema empreendedor: i) o governo; ii) a universidade; e iii) as empresas¹⁰². Quando esses alicerces são fortalecidos dentro do território, é possível que haja, então, uma fonte de geração de desenvolvimento socioeconômico local (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Segundo Etzkowitz & Zhou (2017, p. 23), essa abordagem

Provê uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida.

Ainda, como enfatizam os autores,

A Hélice Tríplice tornou-se um modelo reconhecido internacionalmente, que está no âmago da disciplina emergente de estudos de inovação, e um guia de políticas e práticas nos âmbitos local, regional, nacional e multinacional. As interações universidade-indústria-governo, que formam uma “hélice tríplice” de inovação e empreendedorismo, são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento (*ibid.*, p. 47).

Em recente artigo publicado na Revista Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Morais & Bacic (2019) adaptam o modelo da Hélice Tripla para o caso da composição e construção de ecossistemas empreendedores para a ESOL. Nesse contexto, os autores enfatizam que tal abordagem:

- i. Concentra-se na visão de um modelo *bottom-up*, marcado por uma atenção ao papel do interesse coletivo na construção de políticas públicas na área;
- ii. Compreende que é importante a “capacidade de orquestração e articulação (de

¹⁰¹ Essa abordagem parte da análise das relações triádicas proposta por Georg Simmel.

¹⁰² Nos termos de Morais & Bacic (2019, p. 7), a “Hélice Tripla” tem como base atores que dispõem de três “ativos estratégicos” para a construção de um ecossistema empreendedor, que são: “a) ativos voltados às atividades inovadoras; b) ativos para ações empreendedoras e, c) ativos-ponte, que seriam formados por pessoas e mecanismos responsáveis pela indução e coordenação da interação entre os empreendedores e o conhecimento” (*ibid.*, p. 7).

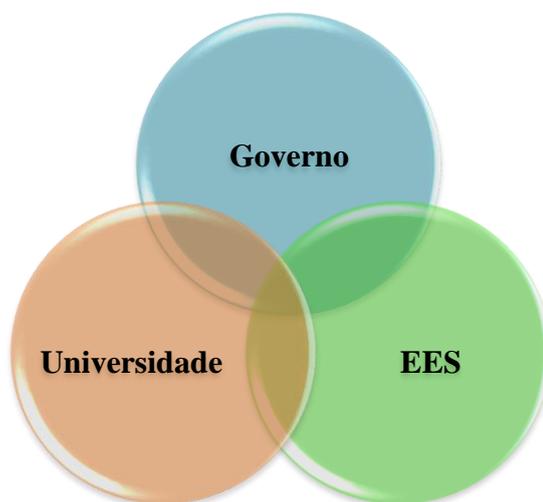
natureza transversal), como forma de caracterização das diretrizes teóricas desta metodologia” (*ibid.*, p. 7);

- iii. Enfatiza o olhar “horizontal” na construção das redes, a partir do qual se torna possível construir um ecossistema pela via da “co-evolução” dos atores participantes do mesmo.

Adaptando os três pilares do modelo original para o ecossistema empreendedor solidário em Araraquara, é possível chegar aos seguintes tópicos:

- a) *Governo local* (figurado pela Prefeitura Municipal e seus principais órgãos de fomento à ESOL, como a Coordenadoria e o Conselho Municipal de Economia Solidária);
- b) *Universidade* (representado pela UNESP e seus grupos de extensão atuantes no âmbito da ESOL, tais como o NEESC, NEPESC, INCONESP, ENACTUS etc.; bem como pela UNIARA);
- c) *Empreendimentos Econômicos Solidários*.

Figura 6 - Fatores componentes da Hélice Tripla adaptados para o ecossistema empreendedor solidário em Araraquara



Fonte: elaboração própria com base nos fatores que compõem o modelo da Hélice Tripla.

Com base nesse modelo, torna-se imprescindível o alcance de um grau de articulação e integração – ou, nas palavras de Moraes & Bacic (2018a), de um “potencial sinérgico” – entre essas três grandes esferas, que se conectam com os demais agentes do ecossistema. O que resulta disso, portanto, é a constatação de que esses três atores devem assumir o “papel de tradutores” ou apoiadores das “traduções para a construção de redes sociotécnicas” (SILVA *et al.*, 2018, p. 11). Isto é, o *governo*, a *universidade* e os *próprios EES*, sendo as principais artérias dessa rede, devem ser capazes de garantir os fatores apontados como prioritários para a construção do ecossistema – que depende do “apoio de atores com diferentes competências, sendo resultado de ação em rede” (*ibid.*, p. 11). Nesse sentido, “sociologia da tradução ou sociologia da inovação ou, ainda, sociologia das redes sociotécnicas”¹⁰³ (*ibid.*, p. 11) constitui-se como instrumento para a compreensão da atuação e articulação de determinados atores em um dado território. Como enfatizam Silva *et al.* (2018, p. 11), essa “rede sociotécnica” é um espaço de integração (de atores sociais e elementos não humanos) e “cooperação, fundamentado em um quadro de interesse comum”. Logo, “para que a rede se construa é necessário que haja um tradutor das lógicas de ação. Neste caso, traduzir é promover e apoiar alianças e não passar um texto de um idioma a outro” (*ibid.*, p. 11).

¹⁰³ Os fundadores desse referencial teórico são Michel Callon e Bruno Latour. Para mais informações, consultar: Callon (1986; 1999) e Latour (2000).

Para isso, é importante trabalhar alguns pontos críticos identificados na construção das conexões entre esses atores, percebidos em Araraquara. Para o caso da universidade, o que mais se ouviu em relação ao suporte dado aos EES foi a existência de uma não continuidade ou constância nesse apoio. É sabido que poucas são as pesquisas desenvolvidas dentro das universidades, com um intuito de fornecer algum suporte aos EES, que possuem alguma continuidade após terem sido concluídas – em termos de oferecer bases para a criação de políticas públicas e contribuir com o desenvolvimento econômico e sustentável local. Nesse contexto, Morais (2014, p. 53) salienta que é importante

Verificar a possibilidade de usar tecnologias [ou inovações] desenvolvidas dentro das universidades, e que muitas vezes ficam “adormecidas” depois da execução dos testes de campo, seja por falta de interesse na exploração comercial por parte de empresas, seja por falta de interesse ou incapacidade do pesquisador em dar continuidade aos estudos comerciais.

Assim, um olhar atento para isso, permitirá, muito provavelmente, a descoberta dessas “tecnologias adormecidas”, “que podem ser usadas na agregação de valor nas atividades desenvolvidas pelos EES” (*ibid.*, p. 53; BACIC, 2014).

No que tange ao poder público, tem-se percebido, com base na experiência nacional de ESOL, que, em muitos casos, “a apropriação política da [ESOL] por governos” (SILVA *et al.*, 2018, p. 12) tem provocado “desvios nos processos em curso, e, como consequência, emergem conflitos ou não se proporcionam condições para que o grupo avance para a autogestão” (*ibid.*, p. 12). Para este caso, é preciso fomentar meios de comunicação com a comunidade, sobretudo àquelas ligadas aos EES, no sentido de promover uma “forma de gestão compartilhada” (*ibid.*, p. 12), como algo construído em conjunto com a sociedade civil. Olhando para a realidade de Araraquara, o que se pode afirmar é que a existência de um Conselho de Economia Solidária no município – recentemente criado – pode ser um caminho para um possível fortalecimento dessas relações entre o poder público e os EES no território, justamente por representar um espaço no qual poderão ser cristalizados os objetivos de diversos atores relevantes para a viabilização de políticas públicas para a construção de um efetivo ecossistema para ESOL.

No que se refere aos EES, em alguns casos percebe-se a existência de uma relação hierárquica presente na organização – ou, nas palavras de Silva & Carneiro (2016, p. 18), uma “heterogestão camuflada”. Nesse caso, todos os pilares de um EES – apresentados nos capítulos iniciais – tornam-se fragilizados, pondo em risco a sobrevivência do próprio

empreendimento aos moldes de uma empresa solidária. As relações construídas em um ecossistema empreendedor solidário devem ser horizontais, baseadas na cooperação. Como destacado nos capítulos anteriores, “a cooperação na esfera do trabalho, uma vez internalizada como prática cotidiana, pode propiciar fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo diretamente para sua viabilidade” (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 13). Portanto, quando constatada a existência de disputas pela liderança entre os membros, o fortalecimento dos EES e, por conseguinte, a construção dessa rede de ESOL, torna-se inviável. Por esses motivos, é necessário que exista uma “simbiose” entre os interesses individuais e o interesse coletivo, em prol do grupo. Ou, nas palavras de Kraychete (2015, p. 190), “para que [essas] atividade[s] funcione[m], é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades”. Para isso, deve-se considerar um acréscimo na atenção dada à causa, através – por exemplo – do fomento à cultura de ESOL local, de modo a fazer penetrar no âmbito dos EES o verdadeiro espírito e valor dos princípios da ESOL e dos benefícios que estes podem trazer para seus integrantes.

Silva *et al.* (2018, p. 12) enfatizam que é de suma relevância o “conhecimento das características dos tipos psicológicos” dos integrantes de um dado EES, na medida em que esse processo pode possibilitar melhores níveis de compreensão entre os integrantes do grupo, de modo a torná-los aptos a resolver problemas cotidianos mais facilmente, bem como aproveitar as “características individuais para a realização das diferentes tarefas” que envolvam o cotidiano do empreendimento (*ibid.*, p. 12). O resultado desses esforços, portanto, é o de proporcionar uma vivência baseada em “relações horizontais”, nas quais são criadas redes de identificação, trocas de experiências etc. Desse modo, torna-se possível a construção de uma “rede social e solidária”, baseada na solidariedade e na inclusão social (*ibid.*).

Pamplona (2003) faz uma análise dos principais fatores responsáveis pelo sucesso de EES. Como enfatiza Silva & Carneiro (2016, p. 15), “embora não tenha focado especificamente em iniciativas associativas, seus resultados podem ser levados em conta para a análise de EES”. Nesse sentido, o autor faz uma crítica às

Definições usuais de viabilidade, baseadas unicamente na dimensão econômica dos empreendimentos, uma vez que consideram apenas os níveis de lucro e patrimônio líquido. Não significa dizer que os indicadores financeiros não têm importância, mas que esses empreendimentos são constituídos a partir de diferentes motivações, de modo que uma análise de seu “sucesso” baseada apenas nesses indicadores se tornaria incompleta, por negligenciar o que ele chamou de “objetivos intangíveis”, como a satisfação pessoal em gerir ou participar de um negócio próprio ou coletivo (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 15).

Para Pamplona (2003, p. 7), o sucesso dos EES é uma “concepção multifacetada que incorpora fatores de naturezas diferentes”, que

Deve ser [...] percebido como um conceito que apresenta três dimensões: a do desenvolvimento econômico, a do desenvolvimento humano e a do desenvolvimento comunitário. Nessas duas últimas dimensões, os resultados seriam mais qualitativos, tais como aquisição de qualificação profissional, aumento da auto-estima, melhora no bem-estar individual e familiar (melhores condições de trabalho, jornada e horários mais flexível de trabalho, etc.), e elevação da participação comunitária (*ibid.*, p. 7).

Portanto,

A definição de sucesso deve incorporar tanto resultados econômicos como níveis de bem-estar social e pessoal alcançados. Nos critérios de sucesso do micro e pequeno empreendimento devem constar não só critérios relacionados à elevação [...] da renda, mas também critérios sociais como aumento do status dos envolvidos, qualidade de vida, controle e poder de barganha dos que se tornam auto-empegados, elevação da confiança e independência dos envolvidos, melhoria da capacidade de gerir recursos escassos, ampliação da rede de relações profissionais e pessoais (*ibid.*, p. 7).

Verifica-se, assim, que a construção de um ecossistema empreendedor solidário é um processo de múltiplas faces, constituído de desafios ligados a fatores de naturezas distintas e possibilitado pela conjunção de esforços mútuos, que devem articular-se de tal forma que seja possível a consubstancialização de uma sinergia entre os atores, capaz de estruturar bases para a criação de ações e políticas públicas estratégicas na área.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo central compreender a dinâmica de construção do ecossistema empreendedor solidário no município de Araraquara, no intuito de visualizar o “estado da arte” deste processo nos dias atuais, buscando entender como são concebidas as conexões entre os principais atores envolvidos com a ESOL no território.

Para além de atividades que visam a geração de trabalho e renda para as pessoas marginalizadas social e economicamente do sistema capitalista, alguns estudos importantes verificaram que a ESOL também tem a capacidade de configurar-se como estratégia de desenvolvimento local; sendo um dos caminhos possíveis para a efetivação deste processo a construção de um ecossistema empreendedor solidário – espaço no qual estão presentes uma gama de atores interdependentes, ligados à ESOL, que, quando atuam juntos, determinam a “saúde” ou desempenho do ecossistema como um todo –, que permita aos EES – célula básica de representação da ESOL na dinâmica econômica real – fortalecerem-se e, possivelmente, emanciparem-se dentro do território.

Esta pesquisa partiu da pressuposição de que a construção desse ecossistema em um determinado território requer a presença e o fortalecimento de alguns fatores essenciais, que são: políticas públicas de apoio; acesso a recursos financeiros; fatores culturais; infraestruturas de apoio; capital humano; e acesso aos mercados. Com base nisso, buscou-se, no desenvolvimento deste trabalho, identificar quais os atores locais – envolvidos com a ESOL – são os responsáveis pelo provimento e/ou respondem mais intensamente por cada um desses constructos no território.

Para isso, o estudo de caso do ecossistema para ESOL em Araraquara iniciou-se com um mapeamento e uma análise um pouco mais aprofundada dos EES, que têm peculiaridades e especificidades inerentes à sua estrutura e funcionamento, marcados por uma dinâmica própria, que os permite atuar em diversas esferas: social, política e econômica. Foram identificados quatorze EES atuantes na esfera da ESOL no município, sendo, em sua maior parte, associações (42,86%), seguidos por cooperativas (28,57%) e grupos informais (28,57%).

Além dos EES, foram identificados os demais atores responsáveis pelas “interações locais” de ESOL no território. Dentre estes, percebeu-se que três atores destacam-se como

sendo os principais canais ou artérias responsáveis pelo provimento de conexões estratégicas para a construção do ecossistema empreendedor solidário, capazes de fomentar cada um dos constructos propostos por Isenberg (2010; 2011) e pela *European Commission* (2016) no território, que foram: governo local, universidades e os próprios EES.

Mais especificamente, os dados mostraram que a maior parte das parcerias conquistadas entre os EES e algum agente estratégico foi facilitada pelo papel da universidade (atuando como incubadora e dando suporte na elaboração e aprovação de projetos de fomento direcionados a empreendimentos de ESOL) e do governo local (através do amparo institucional e jurídico aos EES, demonstrado pelas diversas iniciativas em prol da ESOL).

Essas parcerias são fundamentais para a criação, consolidação e emancipação de um EES, visto que são elas que determinam a viabilidade e a intensidade com que cada um dos seis fatores citados seja acessado por esses empreendimentos. Dentre os elementos identificados como primordiais para a criação de um EES, constatou-se que a existência de suportes estratégicos (físicos ou não) em diversas áreas pertinentes configura-se como uma das peças-chave para que um EES possa nascer e enraizar-se no território de forma estruturada.

Para o caso dos EES que já estabeleceram as suas bases no território, averiguou-se que outro componente essencial é o grau de acesso aos mercados que estes detêm. Este, pois, é um dos caminhos que os permite crescer como empresa solidária e aumentar a sua parcela de participação econômica e social no território.

Além disso, as políticas públicas de apoio, juntamente com o acesso aos recursos financeiros, foram considerados por todos os EES entrevistados como fatores cruciais para a emancipação dos mesmos. No que se refere às políticas públicas, estas atuam de forma estratégica em praticamente todas as etapas consideradas neste processo (criação, manutenção e emancipação dos EES). Todavia, elas agem de modo peculiar na emancipação dos EES. Tal circunstância se justifica pelo fato de que as políticas públicas de apoio contribuem com a criação e o fortalecimento de conexões e parcerias estratégicas entre EES e outros atores relevantes. Com essas articulações estabelecidas, os EES podem ser capazes de obter ganhos de autonomia no território.

Verificou-se, também, que o acesso a recursos financeiros é tido como outro componente fundamental no processo de emancipação dos EES. E, sendo este um aspecto crucial na determinação da “saúde” econômica e financeira do empreendimento, e, portanto, da sua autonomia, reitera-se que o estabelecimento de conexões com atores que possam fornecer esse tipo de recurso é indispensável.

Ademais, esta pesquisa também demonstrou que um EES (bem como um ecossistema empreendedor) não depende somente de um desses fatores de forma isolada, mas de todos eles, interagindo no território, de forma simultânea – adaptando a intensidade necessária de cada fator para as características e situação de cada empreendimento.

Partindo da constatação de que existem, no território, três grandes elos responsáveis pelo provimento desses fatores, foi possível compreender que a construção dessa “rede” em Araraquara pode ser viabilizada através do fortalecimento desse tripé: “governo local, universidade e EES” – que compõem os pilares do modelo da “Hélice Tripla” ou “Hélice Tríplice” –, cujas articulações sincronizadas em prol da ESOL são capazes de viabilizar todas as condições e fatores necessários para a consolidação do ecossistema empreendedor solidário, além de estimular o fomento do desenvolvimento econômico local.

Para tanto, os atores componentes desse “tripé estratégico” devem assumir o papel de “tradutores” na construção e estruturação do ecossistema empreendedor para ESOL, no sentido de promover e apoiar alianças, de modo a garantir o provimento ou os meios para que sejam fornecidos os fatores apontados como prioritários para a criação, manutenção e emancipação dos EES, e, conseqüentemente, para a consolidação do ecossistema. Nesse sentido, a “sociologia da tradução” ou “sociologia das redes sociotécnicas” constitui-se como instrumento para a compreensão da atuação e articulação desses atores no território.

Desse modo, o estudo da ESOL no município de Araraquara evidenciou a existência de uma realidade econômica, política e social permeada por diversas iniciativas, que resultaram em boas bases para a criação e manutenção de EES. Essas iniciativas podem ser compreendidas como sementes já plantadas, que projetam em seu futuro um viável e possível caminho para se alcançar o estabelecimento de um efetivo ecossistema empreendedor para ESOL. Com isso, os dados e as informações apresentadas nesta monografia reafirmam mais claramente a hipótese de que a existência de um ecossistema empreendedor para ESOL possibilita a criação, manutenção e emancipação dos EES dentro do território e, portanto, contribui com o desenvolvimento econômico local.

Verifica-se, assim, que a construção de um ecossistema empreendedor solidário é um processo multifacetado, constituído de desafios ligados a fatores de naturezas distintas e possibilitado pela conjunção de esforços mútuos e coesos, que devem articular-se de tal forma que seja possível a consubstancialização de uma sinergia entre os atores, capaz de estruturar e erigir bases para a criação de ações, iniciativas e políticas públicas estratégicas de fomento à ESOL. Com isso, torna-se possível vislumbrar um horizonte de desenvolvimento econômico local, pautado na geração de trabalho e renda por meio da cooperação, da igualdade, da

democracia e da solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (2004). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Anablume.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. (2004). **Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local**. In: Ci. Inf, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/02/pdf_65f187e98d_0008132.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.
- ALBUQUERQUE, P. P. de. (2003). Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. p. 20–25.
- ANDRADE, D. C. T.; COSTA, D. M. D.; VASCONCELOS, V. N. S. A.; RAMOS, H. R. (2016). Empreendedorismo e Economia Solidária: um Ensaio de Suas Convergências e Divergências. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 7, n. 1, p. 175-186. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40133/empreendedorismo-e-economia-solidaria--um-ensaio-de-suas-convergencias-e-divergencias>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- ANTUNES, D. de C.; CONTI, B. R. (2019). O Comércio Justo e Solidário na Política Pública Federal: Histórico e Perspectivas. In: **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, n. 66, abril de 2019, p. 205-218. 238 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34732&Itemid=9. Acesso em: 05 set. 2019.
- BACIC, M. J. (2014). Da oportunidade de pensar no desenvolvimento de um ecossistema empreendedor para os empreendimentos de economia solidária em América Latina. In: MORAIS, L. P. (org.). **Cooperação Sul-Sul e Triangular e Economia Social e Solidária**. Genebra. OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--exrel/documents/publication/wcms_248046.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.
- BARROS, A.; MIRANDA, C. M. (2008). Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 975-993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n4/05.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- CALLON, M. (1986). Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Anné Sociologique**. n 36.

- _____. (1999). Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. In: CALLON, M; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. **Réseau et coordination**. Paris: Economica. 13-64 p.
- CAPACLE, C. (2017). **As relíquias do lixo: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir**. Tese (doutorado). 269 p. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/330722/1/Paiva_CamilaCapacle_D.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.
- CARNEIRO, C. B. L. (2002). Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 277-292, jan. 2002. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6439/5023>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- CARVALHO, K. L. de. (2011). Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: II Conferência do Desenvolvimento. Brasília, DF. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN E INFORMACIÓN SOBRE LA ECONOMÍA PÚBLICA, SOCIAL Y COOPERATIVA (CIRIEC). (2007). **La economía social en la Unión Europea**. Por: Rafael Chaves e Jose Luis Monzón. Disponível em: <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-es.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. (2018). La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. **Working Paper**. CIRIEC-International, No. 2018/13. 64 p. Disponível em: <http://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2019/02/WP2018-13.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2019.
- CHELL, E. (2007). **Social Enterprise and Entrepreneurship**. Towards a convergent theory of the entrepreneurial process. *International Small Business Journal*, v. 25, n.1, p. 5-26.
- COHEN, B. (2006). Sustainable Valley Entrepreneurial Ecosystems. In: **Business Strategy and the Environment**, vol. 15 (1), p. 1-14.

- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CNES); SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAS); MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE) (2014). **III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)**. Texto de Referência – Contextualização e Balanço Nacional. Brasília-DF. Disponível em: http://www.coopcentabc.org.br/documentos/documentos_eventos/conferencia_nacional_economia_solidaria_abc_baixada_santista_28_29/III_Conferencia/05_Texto_de_Referencia.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.
- CORAGGIO, J.; SABATÉ, A. (2010). **Emprendimientos socioeconômicos asociativos: su vulnerabilidad y sostenibilidad**. Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines.
- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis Velloso. (Coord.). **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CRUZ, A. C. M. (2006). **A diferença da igualdade** – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de doutorado em economia aplicada. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.
- CUNHA, G. C. (2002). **Economia Solidária e Políticas Públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 171 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- DASH, A.; MORAIS, L. (2015). **Mapping the SSE Landscape in India and Brazil through South-South and triangular cooperation**: A focus on Gender-Based Initiatives in Social and Solidarity economy. Research Coordinated by: Anita Amorim. Emerging and Special Partnerships Unit. PARDE V ILO, Geneva.
- DEDECCA, C. S. (1999). **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas, IE – Unicamp (col. Teses). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/teses/Racionalizacao%20economica%20e%20trabalho%20no%20capitalismo%20avancado.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, May 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2019.
- EUROPEAN COMMISSION (2014). **A map of social enterprises and their eco-systems in Europe** – Country Report: Portugal. Brussels: European Commission. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/keyDocuments.jsp?pager.offset=20&langId=en&mode=advancedSubmit&advSearchKey=socententryrepts>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- _____. (2016). **Social enterprises and their eco-systems**: developments in Europe. Luxemburgo. Disponível em: <http://europa.eu/>. Acesso em: 05 nov. 2017.

- FONSECA, S. A.; GUSHIKEN, O. H.; GRIGOLETTO, F.; LORENZO, H. C. (2014). Panorama da economia solidária em Araraquara. In: Elton Eustáquio Casagrande; Maria Chaves Jardim. (Org.). **Araraquara dos anos 2000: uma perspectiva a partir de diferentes olhares**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, v. 1, p. 127-143.
- FONTANEAU, B.; NEAMTAN, N. N.; WANYAMA, F.; MORAIS, L.; PORTER, M. (2010). Social and Solidarity Economy: building a common concept. Reader 2010. In: **1st. International Academy of SSE**. ITCILO, Turin.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). (2017). Disponível em: <https://fbes.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. Organização: França Filho, G.; Laville, J. L.; Medeiros, A.; Magnen, J. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 57-72.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. (2004). **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 198 p. Coleção Sociedade e Solidariedade. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2014/07/Economia-solidaria.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- _____. (2006). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- FREITAS, M. (2012). **As políticas públicas de economia solidária no Governo Federal: 2003-2010**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp.
- GAIGER, L. I. (2008). A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economia** – V. II - Nº 3 - 2º. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- _____. (2014). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. Editora OIKOS.
- GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. (2018). O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, março de 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000100137. Acesso em: 08 out. 2019.
- GIL, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. Editora Atlas.

- GRIGOLETTO, F.; FONSECA, S. A. (2012). **Possibilidades e limites da incubação de empreendimentos solidários: o caso da INCONEP, de Araraquara**. Temas de Administração Pública (UNESP-Araraquara), v. E E 4, p. 217-230. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemaSdeAdministracaoPublica/babo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- GUÍA LABORAL DE LA ECONOMIA SOCIAL VALENCIANA. (2018). In: **Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa (CIRIEC-España)**. Org.: José Luis Monzón Campos Isidro Antuñano Maruri. Edición 2018. 311 p. Disponível em: <http://ciriec.es/wp-content/uploads/2018/12/guia-laboral-sd.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- GUSHIKEN, O. H. (2015). **Avaliação das Virtudes e Fragilidades de Programas Municipais de Economia Solidária: um estudo de casos múltiplos**. 166 p. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, Araraquara. Disponível em: https://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/dissertacoes/2015/oscar-gushiken.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.
- INDALECIO, A. M. A. (2010). **Participação e a governança nas organizações mutuais**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e Privada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. 66 f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6672/ATILA%20INDAL%C3%89CIO.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. (ILO). (2013). Social and Solidarity Economy: an opportunity to enhance youth employment. In: **The Reader 2013**. 8-12 april 2013. Agadir, Morocco. 64 p. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/reader_2013_-_english_ssea2013_.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.
- _____. (2017). Social and Solidarity Economy and the Future of Work. In: **Euricse Working Paper for the ILO/International Labour Office**. p. 1-50. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sse_and_the_future_of_work_ilo_2017_.pdf. Acesso em: 05 nov. 2017.
- ISENBERG, D. (2010). How to start an entrepreneurial revolution. **Harvard Business Review**, v. 88, n. 6, p. 40-50.
- _____. (2011). The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy. The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project. In: **Babson College**. Disponível em: <http://www.innovationamerica.us/images/stories/2011/The-entrepreneurship-ecosystem-strategy-for-economic-growth-policy-20110620183915.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.

- KANTIS, H.; ISHIDA, M.; KORNORI, M. (2002). **Entrepreneurship in emerging economies: the creation and development of new firms in Latin America and East Asia**. Washington: Inter-American Development Bank, Disponível em: <http://publications.iadb.org/handle/11319/5004?locale-attribute=en>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- KIM, Y.; JUNG, T. (2016). **Status of Social Economy Development in Seoul: a Case Study of Seoul**. GSEF Social Economy Policy Guidebook - Seoul Metropolitan Government.
- KLAES, L. S. (2005). **Cooperativismo e Ensino à Distância**. . 270 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- KRAYCHETE, G. (2015). Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. **Cadernos do Ceas**, n. 235.
- KREIN, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Revista Tempo Social**. V 30, n. 01, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082/138676>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (2018). **Dimensões críticas da reforma trabalhista**. IE/Unicamp, Campinas, SP. Curt Nimuendajú. 304 p. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/LIVRODimensoes-Criticas-da-Reforma-Trabalhista-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.
- LATOUR, B. (2000). **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP. 438 p.
- LIMA, A. M. (2003). O fenômeno da Economia Solidária: reflexões em um campo de estudo controverso. In: **Revista Integração**, no. 25, abril de 2003.
- MONTOLIO, J. M. (2002). **Economía Social: concepto, contenido y significación en España**. CIRIEC. España, n. 42, nov., p. 5-3.
- MONZÓN, J. L. (2006). **Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector**. CIRIEC- España, no. 56, nov. 2006, p. 9-24.
- MONZÓN, J. L.; DEFOURNY, J. (1987). **Economía Social: entre economía capitalista y economía pública**. Valencia. CIRIEC-España.

- MORAIS, L. (2006). Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado? **Unisinos: Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 68-101, jan./jun.
- _____. (2007). **Economia Social e Solidária**: do que se trata este complexo e contraditório setor? Balanço, tendências e perspectivas para análise do caso brasileiro. In: ANAIS do Congresso Nacional da ABET. Salvador, Bahia.
- _____. (2010). Empreendimentos econômicos solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. IPEA, n. 42, p. 65-70. Fevereiro de 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4052/1/bmt42_09_Eco_03_empreendimentos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.
- _____. (2013). **As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL)**: avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema. 289 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286124>. Acesso em: 14 out. 2019.
- _____. (2014). Cooperação Sul-Sul e triangular e Economia Social e Solidaria: possíveis conexões e contribuições para o desenvolvimento sustentável inclusivo. In: **Documento de Trabalho - OIT**, Turim, Itália. Disponível em: https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS_546403/lang--en/index.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.
- MORAIS, L.; BACIC, M. (2016). La comercialización en la perspectiva de la formación y fortalecimiento de las redes: la relevancia del ecosistema emprendedor. In: **31st International Congress of CIRIEC**, Reims, França. Disponível em: <http://www.ciriec.ulg.ac.be/event/31eme-congres-international-reims-france-21-23-septembre-2016/>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- _____. (2017). **The entrepreneurial ecosystem for Social and Solidarity Economy and its importance**. In: Rama Devi Women's University Journal of Social Sciences and Humanities, vol. 2, India, December de 2017.
- _____. (2018). **Modern Cooperatives in the System of Sustainable Development Goals: the Importance of the Solidarity Entrepreneurship Ecosystem**. In: Annual Chayanov Meetings Moscou. Moscou: Russian University of Cooperation. p. 1-18.
- _____. (2018a). **Pela necessidade de criar, manter e fortalecer o ecossistema empreendedor solidário**. VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária. Vol. 1, p.1-18, Manaus, AM, Brasil, 02/2018.
- _____. (2018b). **Política pública local para o fortalecimento da Economia Solidária (ESOL) em prol da inclusão socioeconômica: a experiência do município de Araraquara (SP)**, 08/2018, X Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo. Vol. 1, p.1-19, Buenos Aires, Argentina.

- _____. (2019). A Importância do Ecossistema Empreendedor para a Economia Social e Solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. **Revista da ABET** (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho). V. 18, n. 1, p. 3-21, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/38568>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- MORENO, A. S. (1996). **Análisis económico del sector no lucrativo**. València. Ed. Tirant lo Blanc.
- MORENO, A. S.; CHAVES, R. (2006). **Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo**. Especial referencia al caso español. CIRIEC-España, n. 56, nov., p. 87-116.
- MUNICÍPIO DE ARARAQUARA. (2017). **Planejamento Orçamentário - Lei De Diretrizes Orçamentárias - LDO: Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício de 2018**. 92 p. Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?Id=182144>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- NYGAARD, S. (2008). **Co-Evolution of Technology, Markets and Institutions - the Case of Fuel Cells and Hydrogen Technology in Europe LU**. 288 p. Doctoral Thesis - Lund University, Sweden. Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/search/ws/files/5588049/1025046.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- OFFE, C. (1989). **Trabalho e Sociedade**. Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho". Vol. I, A Crise. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). (2014). Economia Social e Solidária. In: **Documento de Trabalho – OIT**. Organização: Bénédicte Fonteneau; Nancy Neamtan; Fredrick Wanyama; Leandro Pereira Morais; Mathieu de Poorter. Turim, Itália. 120 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/116900913-Economia-social-e-solidaria.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- PAMPLONA, J. B. (2003). O autoemprego e os fatores de seu sucesso. In: BENECKE, D. W.; NASCIMENTO, R. **Política social preventiva: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer.
- PATEO, F. V. (2012). **Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo produtivo e do seu trabalho**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2702_pt.html. Acesso em: 05 out. 2019.
- POCHMANN, M. (2004). Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. **Revista Educação e Sociedade**, v. 87, n. 25, p. 383-399. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

- POIRIER, Y. (2010). **The Origins and Development of the Concept ‘Solidarity Economy’**. In: Asian Alliance of Solidarity Economy – Working Paper, 2010. Disponível em: <http://aa4se.com/>. Acesso em: 11 mai. 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (PMA). (2018). **Prefeitura inicia formação em economia solidária**. Notícias. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2018/07/31/prefeitura-inicia-formacao-em-economia-solidaria>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (PMA). (2018a). **Programa Territórios em Rede tem balanço de seis meses**. Notícias. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2018/12/04/programa-territorios-em-rede-tem-balanco-de-seis-meses>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (PMA). (2019). **Prefeitura e Sebrae oferecem cursos gratuitos de Soluções de Gestão**. Notícias. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/regiao/NOT,0,0,1429157,prefeitura+e+sebrae+oferecem+cursos+gratuitos+de+solucoes+de+gestao.aspx>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. (1984). **Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland**. Berkeley, University of California Press.
- RÊGO, D. F. A. (2014). **A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- RODRÍGUEZ, J. F. A. (2017). **Economía social y solidaria en el territorio: significantes y co-construcción de políticas públicas**. 2ª ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2017. 82 p.
- SANTOS, B. S. (2002). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, D. A. Z.; SCHMIDT, V. K.; ZEN, A. C. (2010). **A emergência de um ecossistema de empreendedorismo: o caso do armazém da criatividade e a cidade de Caruaru, Pernambuco, Brasil**. Disponível em: http://www.anprotec.org.br/moc/anais/ID_151.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (SENAES). (2017). **Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- SERRANO, S. (2015). Economía Social y solidaria: una propuesta para un ecosistema más complejo. In: **Información Estadística y Cartográfica de Andalucía (IECA)**. La Economía Social y Solidaria em Andalucía: aspectos sectoriales e transversales, p. 172-178.

- SILVA, J. L. A. da.; SILVA, S. I. R. da. (2008). **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. In: e-cadernos ces, fevereiro de 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1451>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- SILVA, M. C. (2017). **Análise do Ecosistema Empreendedor Brasileiro e dos Fatores Críticos de Sucesso para a Gestão de Incubadoras de Empresa**. 153 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017.
- SILVA, J. R. da.; PINTO, A. G.; THURLERNACIF, R.; REIS, M. F.; ABESSA, D. M. de S. (2018). Fatores determinantes para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários. In: **Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES)**. 2, 2018. São Carlos. Anais. Diagrama Editorial. Disponível em <http://www.conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes>. Acesso em: 19 ago. 2019.
- SILVA, S. P. (2018). O Campo de Pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Brasília. **Texto para Discussão**, nº 2361 – IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.
- SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. (2016). Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. **Relatório de Pesquisa**. IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os_Novos_dados_do_mapeamento_de_economia_solidaria_no_Brasil_2016.pdf. Acesso em: 09 mar. 2019.
- SINGER, P. (1998). **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002a). **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2009). Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. IPEA, n. 39, p. 43-48. Maio de 2009. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES1Paul.pdf. Acesso em: 23 nov. 2017.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (2000). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES). (2013). SENAES/Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em: 04 out. 2019.

- SOUZA, A. (2012). Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. In: **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA e MTE, n. 52, agosto de 2012, p. 63- 70.
- TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. (2002). Desenvolvimento no Brasil – relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R. e MUSSI, C. (Org.). **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros**. Brasília, DF: IPEA: CEPAL, pág. 149-184. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1553/1/S338981B587_pt.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.
- TREMBLAY, C. (2009). Advancing the social economy for socio-economic development: international perspectives. In: Canadian Social Economy Research Partnerships. **Public Policy Papers Series**, n. 1.
- UNIÃO E SOLIDARIEDADE DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNISOL). (2019). **Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários**. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- VALE, G. M. V. (2000). Novos agentes em ação. **Revista Rumos do Desenvolvimento**, p. 34, outubro.
- _____. (2004). **Reinventando o espaço para a construção de territórios competitivos**. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Relume Dumará. p. 301-323.
- VIEIRA, F. M. (2005). **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. São Paulo, 2005. 456 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, N. S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. (2017). “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, p. 100-121. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15700.%20Cristina.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- VIEITEZ, C.; DAL RI, N. M. (2004). **Elementos da história da ANTEAG**. Marília, ORG & DEMO, v. 5, n. 2, p. 267-272.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE MAPEAMENTO DOS EES

ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DOS GRUPOS E INICIATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA (SP)

Tal levantamento foi dividido em quatro blocos, compreendendo: i) histórico; ii) perfil socioeconômico dos integrantes de cada empreendimento; iii) situação atual; e iv) perspectivas futuras.

Bloco I: *Histórico do Empreendimento*

- a) Data de criação
- b) Iniciativa da criação
- c) Produtos/serviços (mudanças/manutenção)
- d) Oscilações/razões dos integrantes

Bloco II: *Perfil Socioeconômico dos Integrantes*

- a) Número de pessoas (móvel dos últimos 24 meses, para captar tendência)
- b) Escolaridade
- c) Faixa etária
- d) Sexo
- e) Experiência profissional
- f) Renda (percentuais extraídos do empreendimento, para cada integrante)

- g) Dependentes

Bloco III: *Situação Atual do Empreendimento*

- a) Atividades realizadas
- b) Mercados
- c) Valor médio mensal gerado
- d) Distribuição do trabalho
- e) Padrão de relacionamento interpessoal
- f) Perfil de liderança
- g) Processos/sistemas de gestão
- h) Distribuição do valor gerado
- i) Fontes de insumos
- j) Parcerias
- k) Espaços ocupados/infraestrutura existente
- l) Dificuldades enfrentadas

Bloco IV: *Perspectivas Futuras*

- a) Perspectivas/projetos para futuro: curto/médio prazo – o que pretendem fazer?
Quais objetivos almejam alcançar?
- b) Com que recursos contam para alcançar os objetivos – e como pensam fazer?
- c) Apoios/parcerias necessários.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ATORES SUPRAMENCIONADOS PARA A COMPREENSÃO DO ATUAL ARRANJO DO ECOSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)

Para compreender melhor a organicidade e a articulação entre os empreendimentos econômicos solidários em Araraquara, aplicou-se o seguinte questionário para algumas figuras públicas envolvidas com a ESOL no município:

1. O que você entende por ecossistema empreendedor para a ESOL?
2. Quais atores você considera importante para compor o ecossistema empreendedor solidário?
3. Você visualiza essa estrutura (ou parte dela) no município de Araraquara?
4. Quais os pontos positivos (conquistas) e pontos negativos (desafios) atuais, no que diz respeito aos EES existentes, bem como para um ecossistema empreendedor para ESOL em Araraquara, a partir de sua perspectiva?
5. Você pode comentar como visualiza a presença de cada um dos fatores listados abaixo dentro da ESOL em Araraquara, bem como opinar como cada um deles pode contribuir para o estabelecimento e fortalecimento dos EES e de um ecossistema para a ESOL no município?
 - i. Políticas Públicas de Apoio;
 - ii. Acesso a Recursos Financeiros;
 - iii. Fatores Culturais;
 - iv. Infraestruturas de Apoio;
 - v. Capital Humano;

vi. Acesso aos Mercados.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM MEMBROS DOS EES A FIM DE CAPTAR O GRAU DE IMPORTÂNCIA QUE CADA UM DOS CONSTRUCTOS PROPUGNADOS POR ISENBERG (2010; 2011) E *EUROPEAN COMMISSION* (2016) TÊM NO PROCESSO DE CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EMANCIPAÇÃO DOS EES DENTRO DO TERRITÓRIO

De acordo com Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016), são seis os fatores considerados essenciais no processo de construção do ecossistema empreendedor solidário:

- i. Políticas Públicas de Apoio;
- ii. Acesso a Recursos Financeiros;
- iii. Fatores Culturais;
- iv. Infraestruturas de Apoio;
- v. Capital Humano;
- vi. Acesso aos Mercados.

Com base nessa constatação, pede-se que sejam classificados os seguintes itens, de acordo com o seu grau de importância para:

- a. A *criação* de novos EES;
- b. A *manutenção* de um EES no território;
- c. A *emancipação* de um EES no território.

Os níveis classificatórios dividiram-se em:

1. Muito importante;
2. Importante;
3. Neutro; ou
4. Irrelevante.

Tabela 4 - Questionário aplicado aos membros dos EES para a identificação do grau de relevância dos constructos propostos por Isenberg (2010; 2011) e *European Commission* (2016) para a *criação, manutenção e emancipação* de um EES no território (em %)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio												
Acesso a Recursos Financeiros												
Fatores Culturais												
Infraestruturas de Apoio												
Capital Humano												
Acesso aos Mercados												

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE D

DADOS DAS ENTREVISTAS

RESULTADOS OBTIDOS COM AS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS MEMBROS DOS EES DIVIDIDOS PELOS TIPOS ORGANIZACIONAIS

Tabela 5 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como *associações* no município (em %)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio	66,7	16,7	16,7	0,0	66,7	16,7	16,7	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso a Recursos Financeiros	33,3	33,3	33,3	0,0	33,3	50,0	16,7	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Fatores Culturais	66,7	0,0	33,3	0,0	66,7	16,7	16,7	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0
Infraestruturas de Apoio	66,7	33,3	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0
Capital Humano	50,0	0,0	50,0	0,0	50,0	16,7	33,3	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0
Acesso aos Mercados	66,7	16,7	0,0	16,7	66,7	16,7	0,0	16,7	83,3	16,7	0,0	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados obtidos com as entrevistas realizadas com membros das associações presentes no município.

Tabela 6 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como *cooperativas* no município (em %)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio	50,0	0,0	50,0	0,0	75,0	25,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso a Recursos Financeiros	50,0	25,0	25,0	0,0	75,0	25,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Fatores Culturais	25,0	0,0	75,0	0,0	25,0	50,0	25,0	0,0	75,0	25,0	0,0	0,0
Infraestruturas de Apoio	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Capital Humano	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso aos Mercados	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados obtidos com as entrevistas realizadas com membros das cooperativas presentes no município.

Tabela 7 - Resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os EES classificados como *grupos informais* no município (em %)

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas Públicas de Apoio	25,0	0,0	75,0	0,0	0,0	25,0	75,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso a Recursos Financeiros	75,0	25,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Fatores Culturais	100,0	0,0	0,0	0,0	50,0	25,0	25,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Infraestruturas de Apoio	100,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Capital Humano	50,0	0,0	50,0	0,0	25,0	0,0	75,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso aos Mercados	75,0	25,0	0,0	25,0	100,0	0,0	0,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: elaboração própria com base nos resultados obtidos com as entrevistas realizadas com membros dos grupos informais presentes no município.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADO A ALGUNS ATORES DO SISTEMA S DO MUNICÍPIO

1. Como você visualiza a importância dos cursos de fomento à cultura empreendedora para empresas de economia solidária?
2. Você acredita que os cursos oferecidos pelos atores do Sistema S (SEBRAE, SENAR, SENAC, SENAI etc.), em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, estão surtindo efeito para os EES, no sentido de melhorarem a capacidade organizacional destes?
3. Quais são os principais desafios encontrados no oferecimento desses cursos para membros dos EES?
4. Se tiver alguma percepção a acrescentar, pode fazê-lo neste item.

ANEXOS

ANEXO A

CARTA DE PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ARARAQUARA¹⁰⁴

A partir da instalação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara, em junho último, passaram a ser discutidos os princípios norteadores, as características e possibilidades de parcerias da Economia Solidária no município. Esta Carta de Princípios é a expressão reflexões coletivas realizadas.

A Economia Solidária representa uma alternativa ao modo de produção hegemônico, social e culturalmente excludente. Apoiada nos princípios da solidariedade, da autogestão, do consumo consciente, da preservação do meio ambiente e da formação continuada, propicia a geração de oportunidades, a valorização do trabalho e do ser humano, possibilitando a inclusão social, o acesso à cidadania e o resgate da dignidade humana.

A inexistência de um marco legal, a concorrência das formas capitalistas, a falta de capacitação dos agentes dos empreendimentos econômicos solidários e de aplicação prática dos princípios citados por parte de alguns agentes, são alguns dos fatores que dificultam o desenvolvimento da economia solidária.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara é um espaço de articulação e representação de empreendimentos econômicos solidários, de entidades de apoio e fomento, de gestores públicos, de movimentos sociais e de redes, visando o apoio ao fortalecimento das iniciativas coletivas e comunitárias.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de Araraquara se propunha a atuar nos seguintes campos:

¹⁰⁴ Fonte do documento: FONSECA *et al.* (2014, p. 136). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126255/ISBN9788579835308.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 abr. 2019.

- Representar e articular os diversos atores frente ao Poder Público e demais instituições;
- Construir redes de colaboração solidária para dar sustentação aos empreendimentos, promovendo a troca de experiências e de informações entre os atores envolvidos;
- Fortalecer a Economia Solidária, enquanto política pública, respeitando a autonomia dos empreendimentos, das redes e entidades que o integram;
- Buscar uma relação de uso sustentável dos recursos naturais e de valorização da cultura e das potencialidades locais;
- Promover a formação política e técnica dos empreendimentos econômicos solidários, contando com o apoio das entidades e instituições envolvidas com a Economia Solidária no município;
- Debater constantemente a questão da Economia Solidária, articulando os diversos atores para promoção de campanhas públicas de defesa e fortalecimento dos princípios de Economia Solidária no município, participando e realizando feiras e eventos, na busca de alternativas para a consolidação dos empreendimentos populares.

ANEXO B

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA

1. Membros do Poder Público local:
 - a. 3 (três) representantes da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico (que incluem Camila Capacle, Flávia de Jesus Andrade e Silvani Silva, ambas entrevistadas nesta pesquisa);
 - b. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - c. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
 - d. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
 - e. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 1 (um) representante do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST);
 - f. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;
 - g. 1 (um) representante do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE);
 - h. 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade do Município;
 - i. 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito.

2. Membros das Instituições, Movimentos Sociais e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES):
 - a. 3 (três) representantes de EES
 - AMA
 - Associação Mãos que Criam
 - Cooperativa Acácia

- b. 2 (dois) representantes de Movimentos Sociais Organizados
 - Coletivo Rolê Feira
 - Coletivo Bennu

- c. 1 (um) representante de Instituição de Ensino Profissionalizante
 - SENAC

- d. 2 (dois) representantes de ONG's e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 - Federação das Entidades do Terceiro Setor de Araraquara e Região (FEARA)
 - Horta Comunitária da Zona Norte

- e. 2 (dois) representantes de Instituições de Ensino e Pesquisa de nível superior
 - UNESP (prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca)
 - UNIARA (prof. ^a Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante)

- f. 1 (um) representante do Orçamento Participativo (OP).

